

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

ABIGAIL VALE ROCHA

Transformações e usos do Patrimônio no Centro Histórico de São Luís (Maranhão)

São Luís – MA

2025

ABIGAIL VALE ROCHA

Transformações e usos do Patrimônio no Centro Histórico de São Luís (Maranhão)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientadora: Profa. Dra. Martina Ahlert

São Luís - MA

2025

ABIGAIL VALE ROCHA

Transformações e usos do Patrimônio no Centro Histórico de São Luís (Maranhão)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais, sob orientação da Profa. Dra. Martina Ahlert.

Banca Examinadora

Dra. Martina Ahlert (orientadora - UFMA)

Dra. Anelise dos Santos Gutterres (UFRJ)

Dra. Thaís Fernanda Salves de Brito (UFRB)

Dra. Karina Biondi (UEMA - suplente)

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Vale Rocha, Abigail.

Transformações e usos do Patrimônio no Centro Histórico
de São Luís Maranhão / Abigail Vale Rocha. - 2025.
151 p.

Orientador(a): Martina Ahlert.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em
Ciências Sociais/cch, Universidade Federal do Maranhão,
São Luís, Ma, 2025.

1. Patrimônio Histórico. 2. Vínculos. 3. Economia
Popular. I. Ahlert, Martina. II. Título.

AGRADECIMENTOS

São muitas as pessoas a quem agradeço pela realização deste trabalho. A primeira delas é minha orientadora favorita, a professora Martina Ahlert. À Martina, agradeço por ter respondido ao meu e-mail com atenção em 2019, por ter me selecionado para a bolsa de Iniciação Científica e por ter me integrado ao LEAP, onde tudo isso começou. Agradeço pelos projetos, pelas aulas, pelas reuniões, pelos eventos, pelas viagens, pelas pessoas a quem fui apresentada, pelas inúmeras conversas, pela imensa generosidade e pela companhia, dentro e fora da Universidade, ao longo desses anos. Esta dissertação é, sem dúvidas, fruto de uma orientação séria e cuidadosa, com debates, correções pacientes e reflexões que me permitiram ampliar minhas visões sobre a antropologia, sobre o Centro Histórico e, principalmente, sobre minha formação enquanto pesquisadora. De lá para cá, foram tantos ensinamentos e momentos compartilhados que não cabem nestas palavras, mas que levarei como referência por toda a minha trajetória profissional e pessoal. Sou grata por sua excelência profissional e pela importância que tem na minha vida!

Agradeço a sorte de ter conhecido o Laboratório de Estudos em Antropologia Política (LEAP), que demonstrou, ao longo desses anos, que o trabalho em equipe e o companheirismo podem ser praticados e realmente vividos no ambiente acadêmico, quando as pessoas estão dispostas a transformar a universidade em um espaço mais acolhedor, colaborativo e menos competitivo. A todos os integrantes do LEAP/UFMA, agradeço pelas discussões de trabalhos, pelos momentos de leitura, pela companhia no campo, pelas ótimas festas e pela amizade. Especialmente à Conceição Lima, Maynara Costa, Julia Moita, Alexandra Tavares, Julyana Ketlen, Ciro Campos, Beatriz Ferro, Rosangela Pinheiro, Raphaela Cunha, Nicole Pinheiro, Gabriela Gonçalves, Lara Matos, Lior Zalis e Alex Rodrigues, agradeço por serem grandes profissionais e por tornarem esta jornada mais leve e prazerosa!

Sou imensamente grata ao Adson Carvalho pelas fotos feitas com tanto profissionalismo e generosidade, e, acima de tudo, pela grande parceria, confiança e amizade. À Natália Mendes, por estar comigo em vários momentos de campo, pela colaboração direta neste trabalho e por todo o apoio ao longo desta pesquisa. Agradeço à Marcella Morena pela companhia, pelas conversas, por todas as vezes em que compartilhamos os mesmos neurônios, pelas ideias malucas, por ser uma ótima colega de trabalho e uma amiga maravilhosa. Agradeço ao Antônio Olávio pela parceria desde a Iniciação Científica, pelos momentos de trabalho compartilhados e, especialmente, pela irmandade que construímos!

Agradeço ao PPGCSoc/UFMA pelas oportunidades na Pós-Graduação, pelo empenho dos docentes em promover grandes pesquisas, em gerar excelentes contribuições nas Ciências Sociais para o estado do Maranhão e em fortalecer os debates a nível nacional. Agradeço a todos(as) os(as) professores(as) do Programa, especialmente aos professores Juarez Lopes, Igor Grill, Antônio Paulino de Sousa, Benedito Souza, Joaquim Shiraishi, Camila Sampaio e Silvia Aguião (professora visitante), pelas aulas enriquecedoras e pelas discussões deste trabalho ao longo do curso. Agradeço também a Wilame Costa pelo trabalho técnico e compromisso com o Programa, por me auxiliar em diversos momentos durante esta formação e pela companhia ao longo desse período. Também agradeço aos funcionários responsáveis pela manutenção do prédio, que tornam o ambiente mais agradável, e, em especial, à dona Naná, pela companhia, pelo auxílio constante e pelo carinho.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento desta pesquisa nesses anos e pelo incentivo ao desenvolvimento científico no Brasil.

Agradeço aos interlocutores desta pesquisa, pois sem eles ela não seria possível. Sou grata pelo tempo dedicado por cada pessoa que se dispôs a conversar e compartilhar suas experiências e percepções sobre o Centro Histórico.

Agradeço à minha turma de mestrado pela companhia nas aulas, pelos debates coletivos e pelas contribuições nas discussões desta pesquisa. Agradeço, especialmente, à Anna Carolina Spindola, Nicole Raiane Moraes e Roana Gouveia (*in memoriam*) por compartilharem a experiência do mestrado, aprendendo juntas sobre a vida na Pós-Graduação e, ainda mais, por tornarem minhas manhãs e tardes na UFMA mais divertidas.

Agradeço imensamente à minha família, especialmente à minha irmã, Airina Vale, pelo apoio diário, e a todos que me acompanharam desde o início desta pesquisa, quando era apenas um projeto. À Silmara Moraes e Sonayra Carneiro, agradeço pela amizade e pelas trocas neste processo. A Lucas Moreira, por ser amigo de todas as horas e acompanhar de perto esta etapa da minha vida. Agradeço a Roberto Nascimento pelo companheirismo, por ouvir sobre meu campo de pesquisa e minhas alegrias ao aprender sobre antropologia, além de debater comigo diversos temas das Ciências Sociais que atravessam este trabalho.

Agradeço enormemente às professoras Anelise dos Santos Gutterres e Alline Torres Dias da Cruz, pela generosidade em contribuir para esta pesquisa com suas leituras atentas, apontamentos precisos e sugestões valiosas. Também sou grata à professora Thaís Fernanda Salves de Brito e à professora Karina Biondi por fazerem parte desta banca. Meus mais sinceros agradecimentos!

Ruínas,

Aqui eu convivo no presente com o velho em Ruínas. Vou caminhando e me deparo com o dilema do abandono.

Fachada bonita, desenho bem traçado, “Patrimônio Tombado”, como uma obra de arte que emoldura um passado.

Passado, Ruínas, histórias de um tempo fundido na memória da cidade que resiste ao mar de incertezas, salitre, descaso, tristeza.

Ando contemplando sobrados caídos, nascidos do sacrifício de mãos calejadas, surpreso, me deparo pensando em descaso, mas não consigo enxergar a vida escondida na pedra viva, mesmo sendo ela, o resquício do passado.

Sou um diletante, perdido nas profundezas obtusas da minha mente.

Ainda não sou capaz de extrair o sentido de gente, das vidas pulsantes, que se confundem com as Ruínas do presente.

Galinhas a ciscar, no chão vazio da pedra antiga, uma caixa de isopor que se deita sobre rodas, no canto absorto, das memórias do sobrado calejado.

Esperando o sinal do Tambor, para enfim começar a labuta, de quem faz de um espaço semimorto, a luta que sustenta o corpo.

As minhas imagens distorcidas do todo, na dormência da insensibilidade de um morto, não conseguem alinhar as vidas com o espaço torto.

Só enxergo, às vezes, um azulejo quebrado, um telhado coberto de ervas, uma fachada que me enerva, a ponto de criticar o quadro, que nem sei como foi pintado.

Como se transformou, portanto, esse elevado imponente, nessas Ruínas deprimentes, que meu coração não pode transformar num canto.

Um lar de idas e vindas, onde histórias se constroem, se escrevem e se deparam com o caos organizado, dos cortiços, dos sobrados, das vidas dos excluídos, do abandono do mundo, que nunca foi planejado.

Um lugar que, decerto, o olhar ojeriza; guarda em seu recorte, umas histórias de nascimento e morte, numa rua de memórias vivas.

(Denis do Desterro)

RESUMO

Esta dissertação analisa as transformações e os usos do “patrimônio” no Centro Histórico de São Luís, abordando suas dimensões material (casarões, ruas, praças etc.) e social (interações cotidianas). A pesquisa adotou uma abordagem etnográfica, combinando trabalho de campo e teoria antropológica, a partir das narrativas de moradores, eventos institucionais e discursos da mídia local. Observou-se que o conceito de “degradação” — tanto no aspecto físico (deterioração dos casarões) quanto social (comportamentos considerados “desviantes”) — ocupa um lugar central nas discussões sobre a dita “preservação” da região. Investigou-se como essas narrativas se refletem nas práticas cotidianas de moradia, trabalho e lazer, e de que maneira impactam a transformação dos espaços. A dissertação também explorou a relação entre “patrimônio” e economia popular, analisando como os usos dos espaços influenciam as representações sociais e os modos de vida local, em uma área reconhecida como Patrimônio da Humanidade desde 1997. Foram analisados, ainda, os vínculos afetivos estabelecidos nas trocas entre as pessoas, as casas, os objetos e os animais, e como essas relações contribuem para a ressignificação dos espaços patrimoniais. Assim, buscou-se aprofundar a compreensão das práticas cotidianas no Centro Histórico, considerando as negociações entre as narrativas de “preservação” e as demandas dos habitantes, e demonstrando como o “patrimônio” é constantemente transformado e reinterpretado no contexto local.

Palavras-chave: patrimônio histórico, vínculos, economia popular.

ABSTRACT

This dissertation analyzes the transformations and uses of “heritage” in the Historic Center of São Luís, addressing its material dimensions (houses, streets, squares etc.) and social (daily interactions). The research adopted an ethnographic approach, combining field work and anthropological theory, from the narratives of residents, institutional events and speeches of local media. It was observed that the concept of “degradation” - both in the physical aspect (deterioration of the houses) and social (behaviors considered “deviant”) - occupies a central place in the discussions about the so-called “preservation” of the region. It was investigated how these narratives are reflected in the daily practices of housing, work and leisure, and how they impact the transformation of spaces. The dissertation also explored the relationship between “heritage” and popular economy, analyzing how the uses of spaces influence social representations and local ways of life in an area recognized as a World Heritage since 1997. We also analyzed the affective ties established in the exchanges between people, houses, objects and animals, and how these relations contribute to the re-meaning of heritage spaces. Thus, it was sought to deepen the understanding of daily practices in the Historic Center, considering the negotiations between the narratives of “preservation” and the demands of the inhabitants, and demonstrating how the “heritage” is constantly transformed and reinterpreted in the local context.

Keywords: historical heritage, bonds, popular economy.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Rua Quatorze de Julho, Centro Histórico (2022)	14
Figura 2 - Mapa da área de tombamento do Centro Histórico	17
Figura 3 - Rua do Giz, Centro Histórico (2022).....	20
Figura 4 - Mapa dos percursos do campo.....	26
Figura 5 - Projetos e execuções de obras do Novo PAC no Centro Histórico	39
Figura 6 - Rua da Palma, Desterro, Centro Histórico (2024)	45
Figura 7 - Fachada e galpão do Centro de Criatividade Odylo Costa Filho (2014).....	50
Figura 8 - Imagens externas e internas do Centro de Criatividade (2024).....	51
Figura 9 - Projeto de requalificação do Complexo Trapiche Santo Ângelo.....	62
Figura 10 - Escombros do casarão na Rua do Giz (2024).....	67
Figura 11 - Transformações do casarão nº 302	73
Figura 12 - Modelos de casarões e sobrados do Centro Histórico	81
Figura 13 - Praça da Faustina (2024)	84
Figura 14 - Casarão em ruínas na Travessa do Portinho (2024)	90
Figura 15 - Rua da Saúde (2024).....	95
Figura 16 - Casarão em ruínas, Rua da Estrela (2022).....	97
Figura 17 - “Hoje tem porco”	101
Figura 18 - Os casarões “no meio da gataria”	108
Figura 19 - Comércio Gonçalves Lima- Travessa da Lapa, Desterro	122

LISTA DE SIGLAS

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BPTur - Batalhão de Polícia Militar de Turismo do Maranhão

CAEMA - Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão

CAU - Conselho de Arquitetura e Urbanismo

CCVM - Centro Cultural da Vale

DEPAM - Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização

DPHAP - Departamento de Patrimônio Histórico Artístico e Paisagístico do Maranhão

FAPEMA - Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão

FGV - Fundação Getúlio Vargas

FIPA - Fórum Internacional de Patrimônio Arquitetônico

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IPHAN - Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano

LEAP - Laboratório de Estudos em Antropologia Política

MDB - Movimento Democrático Brasileiro

MINC - Ministério da Cultura

MPF - Ministério Público Federal

AO - Ordem dos Arquitetos Portugueses

ONG - Organização não governamental

PAC - Programa de Aceleração do Crescimento

PSB - Partido Socialista Brasileiro

PSD - Partido Social Democrático

PT - Partido dos Trabalhadores

SECID - Secretaria de Cidades e Desenvolvimento Urbano

SECMA - Secretaria de Estado da Cultura

SEDEPE - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e Programas Estratégicos

SEDES - Secretaria de Desenvolvimento Social

SEMAM - Secretaria Municipal de Meio Ambiente

SEMOSP - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos

SEMTT - Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes

SEMURH - Secretaria Municipal de Urbanismo e Habitação

SEPLAN - Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento

SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

SULIP - Superintendência de Limpeza Pública

UA - Universidade de Aveiro

UEMA - Universidade Estadual do Maranhão

UFMA - Universidade Federal do Maranhão

UNDB - Unidade de Ensino Superior Dom Bosco

UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	14
1.1 Os reflexos da arquitetura colonial nas dinâmicas do campo.....	16
1.2 Caminhos metodológicos: a etnografia como abordagem de pesquisa	22
1.3 Apresentação dos capítulos	33
2. “DETERIORAÇÃO E PERIGO”: UMA AMEAÇA AO PATRIMÔNIO HISTÓRICO....	35
2.1 Investimentos e políticas de “preservação” do patrimônio	38
2.2 “É tudo nosso”: narrativas e estigmas relacionados à “destruição” do patrimônio.....	44
2.3 “Ninguém mexe comigo aqui”: as nuances entre “perigo” e “segurança”.....	65
3 HÁ VIDA NOS CASARÕES: ECONOMIA POPULAR, MATERIALIDADE E CUIDADO COTIDIANO.....	70
3.1 Transformação dos espaços: a geração de renda e os vínculos comunitários	72
3.2 Técnicas de construção, manuseios e vigilância sobre os casarões.....	80
3.3 Ruínas vivas: habitação, reforma e cuidado com as casas	90
3.4 Criação de animais nos casarões: entre afetos e sustento econômico	97
4 RELAÇÕES DE TROCA: VÍNCULOS ENTRE CASAS, ANIMAIS E PESSOAS.....	104
4.1 Compartilhando bens: o valor das coisas e os significados dos afetos.....	111
4.2 Conflitos como fundamento dos vínculos comunitários	115
4.3 Redes de solidariedade: o alimento como símbolo de cuidado	119
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	130
REFERÊNCIAS	136
APÊNDICE A – Programas e políticas voltados ao patrimônio do Centro Histórico de São Luís (1927-2018).....	143

1. INTRODUÇÃO

As fachadas dos casarões do Centro Histórico de São Luís, capital do Maranhão, podem nos remeter a um *“lugar que não é um lugar”*. Essa percepção foi compartilhada por José, morador e líder comunitário do bairro do Desterro e um dos nossos principais interlocutores, durante uma conversa ao final de uma tarde de agosto de 2024, na Rua do Giz. Ativo na causa de moradia na região, ele compartilhou comigo suas percepções sobre o cotidiano dessa área da cidade. Para ele, as fachadas “belas” e “conservadas” transmitem uma imagem “positiva” e “agradável” aos olhos do poder público e dos visitantes, que, ao encontrarem espaços “preservados” da arquitetura original dos séculos passados, costumam associar esses locais à habitação e ao dinamismo do Centro. Em contrapartida, as fachadas “velhas”, “arruinadas” e “abandonadas” parecem refletir o descaso e a falta de cuidado com os casarões, sendo frequentemente retratadas nos discursos dominantes como ambientes “sem vida”.

Figura 1 - Rua Quatorze de Julho, Centro Histórico (2022)



Autor: Leandro Assunção¹

¹ Leandro Assunção, embora não se considere um fotógrafo profissional, tem grande interesse por fotografia, que pratica como uma atividade de lazer. Em 2022, ele fotografou alguns espaços do Centro Histórico de São Luís para nossas pesquisas sobre a área.

Essa visão, para José, ilustra como um local pode ser percebido de forma equivocada e superficial, pois o que parece ser um “lugar” nem sempre é, exatamente, um “lugar”. Ele defende que o “belo” pode esconder espaços vazios e sem uso, enquanto o “deteriorado” pode, na verdade, estar repleto de vida e atividade. Assim, essas imagens, em sua percepção, são apenas as camadas mais visíveis dos espaços, enquanto a complexidade dos modos de vida local é frequentemente ignorada por aqueles que não vivenciam a realidade da área no dia a dia. A perspectiva de José sobre a aparência material dos casarões reflete uma visão crítica de como a “preservação” ou a “não-preservação” nem sempre correspondem fielmente à realidade dos lugares. Para ele, por trás das fachadas “velhas” e “arruinadas” pode haver muita vida e interação social. Da mesma forma, as fachadas bem conservadas, embora pareçam indicar vitalidade e ocupação, podem, na verdade, esconder espaços onde as interações são de baixa intensidade, desprovidas de vínculos cotidianos, ou até mesmo vazios. Essa ideia se aproxima da noção de “não-lugares” proposta pelo antropólogo francês Marc Augé (2006), onde determinados espaços urbanos, embora frequentemente ocupados por pessoas e mercadorias, carecem de relações afetivas e interações que os constituem como “lugares”.

Com base nessas concepções, ao longo desta pesquisa, minha dissertação de mestrado em Ciências Sociais na Universidade Federal do Maranhão, pude compreender melhor a visão de José a respeito dos limites da aparência dos casarões do Centro Histórico de São Luís, assim como os modos de vida que emergem por trás dessas (ou entranhados a essas) fachadas. Esse entendimento foi alcançado por meio de um trabalho de campo etnográfico, em que foi possível observar as dinâmicas locais e ouvir as narrativas de pessoas que residem, trabalham e frequentam a região. Nas conversas com os interlocutores sobre as “dificuldades” e as “vantagens” de habitar o Centro Histórico da cidade, percebi que, embora cada narrativa fosse única, todas compartilhavam, de diferentes formas, experiências e informações comuns sobre essa área.

Paralelamente ao trabalho de campo, acompanhei esse contexto por meio de jornais *online*, redes sociais e TV local, onde observei a ênfase midiática em narrativas sobre “destruição”, “violência” e “ameaças”, que reforçam estigmas sobre os bairros, especialmente o Desterro e a Praia Grande. A partir de pesquisas realizadas no Laboratório de Estudos em Antropologia Política (LEAP)² foi possível perceber que os discursos predominantes sobre o Centro Histórico frequentemente desconsideram dinâmicas dos locais, reduzindo os espaços a

² Grupo de pesquisa da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), que reúne graduandos e pós-graduandos e é coordenado pelas professoras doutoras Martina Ahlert e Karina Biondi.

noções como “ruínas”, “vazio” e “perigo”, o que reforça uma imagem negativa tanto dos ambientes quanto dos habitantes que neles vivem.

Nesse cenário, apesar da deterioração de muitos casarões e dos discursos sobre violência que se materializam no cotidiano, inclusive em situações observadas diretamente em campo, percebi que muitas das narrativas sobre a “destruição do patrimônio” contrastam com a realidade das dinâmicas que observei durante minha convivência no local. Além das pesquisas, frequente o Centro Histórico a lazer, o que me permitiu perceber que, mesmo em seu estado de “ruínas”, o espaço abriga uma diversidade de formas de vida que desafia as lógicas de destruição. Na realidade, foram as formas de criação, em seus diversos sentidos, que me despertaram interesse. Procurei compreender como as narrativas midiáticas, marcadas por estereótipos e preconceitos, não conseguem abarcar a complexidade da vida na região, mas acabam restringindo as percepções sobre os lugares e as pessoas.

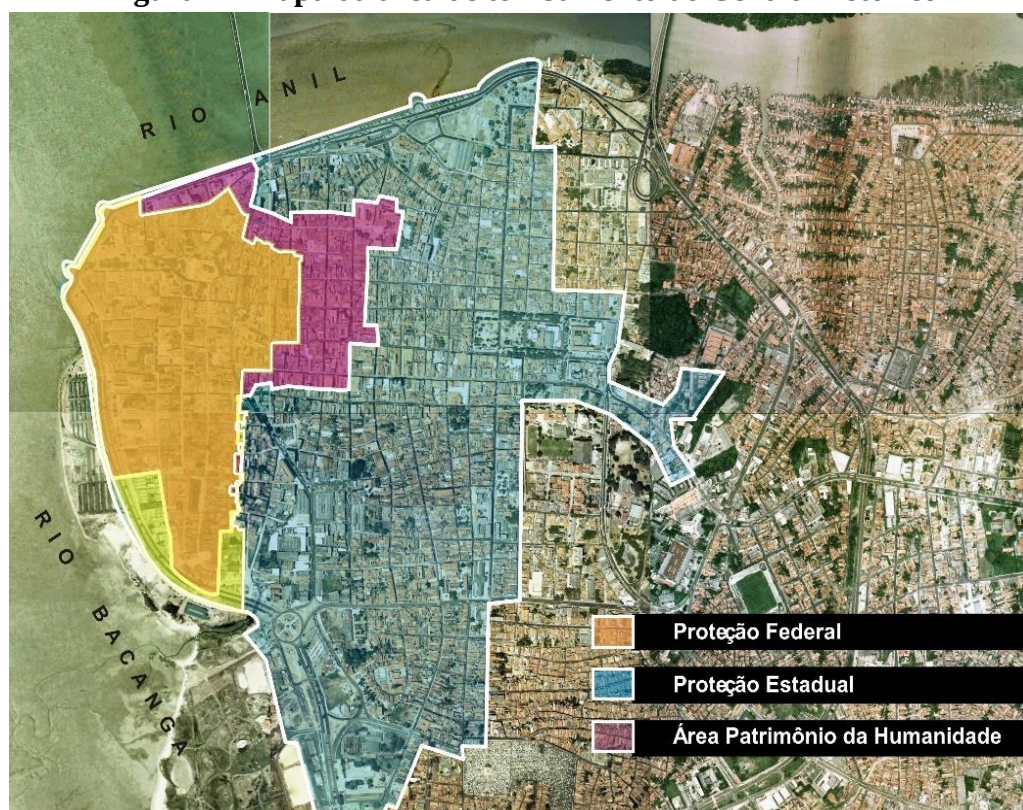
Assim, o objetivo desta dissertação foi analisar as transformações e as práticas de uso dos espaços no Centro Histórico de São Luís, em meio às narrativas de “degradação” e “preservação” dessa área da cidade. Busquei compreender como as noções de “patrimônio” são percebidas, acionadas e reinterpretadas pelas pessoas e instituições, e de que maneira essas percepções influenciam o contexto de moradia, trabalho e lazer, através dos vínculos estabelecidos por diferentes agentes (pessoas, instituições, casas, animais, objetos) na região.

1.1 Os reflexos da arquitetura colonial nas dinâmicas do campo

O Centro Histórico de São Luís é uma área de intensa atividade cultural, com manifestações artísticas, festas populares e também um importante centro comercial, consolidado como um dos principais pontos turísticos e de serviços da cidade. Entre os grandes monumentos da região, destacam-se o Palácio dos Leões, a Catedral (antiga Igreja dos Jesuítas), o Convento das Mercês, a Igreja e o Convento do Carmo, o Teatro Artur Azevedo, a Casa das Minas, a Casa das Tulhas, a Fábrica de Cânhamo, entre outros. Tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) em 1974 e reconhecido como Patrimônio Cultural da Humanidade pela Unesco em 1997, a área tem seu patrimônio material preservado por meio de um tombamento compartilhado entre as esferas federal e estadual. De acordo com o “Manual do Centro Histórico: São Luís, Patrimônio Mundial” (2024), elaborado pela Prefeitura Municipal por meio da Fundação Municipal de Patrimônio Histórico (Fumph), o tombamento federal, instituído em 1974, abrange 1.357 imóveis, enquanto o tombamento

estadual, realizado em 1986, engloba 4.620 imóveis. Esse conjunto ocupa cerca de 220 hectares, abrangendo os bairros da Praia Grande, Desterro, Ribeirão, Santo Antônio, Remédios e Centro, estendendo-se até o Canto da Fabril, como ilustrado no mapa abaixo, que mostra suas três áreas de tombamento.

Figura 2 - Mapa da área de tombamento do Centro Histórico



Fonte: Iphan/MA

Essa região, além de preservar a arquitetura portuguesa dos séculos passados, se destaca por sua importância histórica no processo de formação de São Luís, que remonta a 1612, com a chegada da expedição comandada pelo francês Daniel de La Touche, marco da colonização europeia na Ilha. Esse evento, frequentemente associado ao “mito” da fundação francesa, consolidou a narrativa oficial sobre a origem da cidade. No entanto, a chegada dos franceses, na área que hoje corresponde à Avenida Dom Pedro II, estava longe de ser uma simples “aventura” pelas terras “inabitadas”. Ela refletia, na realidade, uma série de interesses políticos e econômicos, como a exploração de produtos primários da região e o fortalecimento da França no contexto das disputas coloniais. Como aponta a obra “História do Brasil” (1993): “Alguns traficantes franceses de pau-brasil que visitavam regularmente o litoral nordestino haviam sugerido à Coroa francesa o estabelecimento de uma colônia fixa no Maranhão” (Cáceres, 1993, p. 64). Foi então que, após tentativas de exploração de diferentes populações indígenas que

habitavam a região há séculos, como os tupinambás, os franceses conseguiram se estabelecer no local. No entanto, permaneceram por pouco tempo, sendo derrotados pelos portugueses em 1614, nas batalhas pelo controle da Ilha. Em 1641, após uma série de conflitos, os portugueses perderam o domínio da região para os holandeses, que a ocuparam por três anos. Só em 1644, após novos confrontos, os portugueses conseguiram retomar a cidade de forma definitiva, como indicam Costa e Zago no texto “Dinâmica Histórica e Urbana de São Luís” (2013).

Ainda de acordo com os autores, com a consolidação da presença portuguesa na região, no final do século XVII, foi elaborado o primeiro plano urbanístico de São Luís, inspirado nas ordens Filipinas e supervisionado pelo engenheiro Francisco Frias de Mesquita. Já na segunda metade do século XVIII, durante o governo do Marquês de Pombal, a política colonial portuguesa passou por mudanças significativas. O Maranhão, que enfrentava um longo período de estagnação econômica, foi incorporado ao sistema colonial com a criação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão. A partir de 1755, pessoas de diversas regiões do continente africano — homens, mulheres, crianças, jovens e idosos, principalmente da Guiné e de Angola, entre outros lugares — foram trazidas como escravizadas para trabalhar na produção agrícola dos grandes proprietários de terra, como aponta o texto “Identidades, sujeitos e nações africanas no Maranhão do século XIX: o passaporte como objeto de análise” (2013). Nesse período, a economia de São Luís foi fortemente sustentada pela exploração do trabalho escravo, com o algodão se destacando como um dos principais produtos voltados para a exportação.

A partir da segunda metade do século XVIII, em resposta ao crescimento econômico e à demanda por novas habitações, foi erguida a maior parte dos casarões que hoje caracterizam o Centro Histórico de São Luís. Esse processo consolidou a cidade como um centro econômico estratégico no período colonial, atraindo a elite portuguesa para a região. Inspirados pela reconstrução de Lisboa após o terremoto de 1755, esses edifícios apresentavam elementos arquitetônicos como escadarias, calçadas de pedras de cantaria, portões de ferro e fachadas decoradas com azulejos em padrões geométricos e florais. Projetados para integrar funções comerciais e residenciais, os pavimentos térreos eram dedicados a atividades como lojas, armazéns e oficinas, enquanto os andares superiores serviam como áreas privadas e sociais, com quartos, salas de visita e terraços. Esse modelo não só estabeleceu uma uniformidade visual em parte do Centro, mas também refletiu as condições sociais, econômicas e culturais de uma sociedade altamente hierárquica, com cada detalhe da construção, desde as fachadas até a distribuição dos espaços, atendendo às demandas da elite local e reforçando as relações de poder, classe e raça. Essas construções refletiam tanto a riqueza da elite quanto a importância

de São Luís como um ponto-chave no sistema colonial português. No século XIX, a cidade já integrava o sistema agroexportador da colônia, destacando-se como um dos centros urbanos mais importantes da América Portuguesa (Costa; Zago, 2019).

Com a transição do modelo Imperial para o Republicano, entre os séculos XIX e XX, São Luís, marcada pela forte influência portuguesa e escravista, viu seu papel estratégico declinar diante de outros grandes centros urbanos do Brasil. Na segunda metade do século XX, com a expansão da cidade para novas áreas, muitos casarões do Centro Histórico foram “abandonados” pelos seus proprietários, à medida que a elite passou a se afastar da região, em função da descentralização residencial e comercial (Baima; Guimarães Rosa, 2007). Assim, a área se consolidou como o “Centro Antigo” de São Luís, e foi nesse contexto que grande parte dos casarões passou a ser ocupada por pessoas das classes média e baixa renda, que, com suas vivências e práticas cotidianas, especialmente de populações negras, mantiveram o espaço vivo e dinâmico ao longo das décadas. Essas ocupações foram fundamentais para a preservação das características arquitetônicas e culturais da região, o que, inclusive, contribuiu para que a área fosse reconhecida como Patrimônio da Humanidade. A preservação dessas estruturas ao longo do tempo, tanto por políticas de Estado quanto pelas práticas cotidianas, demonstrou a relevância histórica e cultural da região, reforçando sua importância como um grande símbolo da cidade.

A região, reconhecida como um dos maiores conjuntos de arquitetura urbana civil de origem portuguesa na América Latina é composta por mais de quatro mil casarões. Esses imóveis abrigam uma mistura de usos, que vão desde moradias e comércios até centros administrativos, espaços culturais e áreas de lazer (Iphan, 2014). Sua configuração, com ruas estreitas, becos, vielas, praças e escadarias, representa um tipo de arquitetura patrimonial que não é apenas monumental, mas também funcional e integrada ao fluxo diário de pessoas, mercadorias e serviços. Essa dinâmica confere à região uma importância estratégica, tanto na esfera econômica quanto cultural, posicionando o Centro Histórico como um ponto de interseção entre o passado colonial e as necessidades contemporâneas da cidade, dinamizando as relações cotidianas e institucionais nesses espaços.

Destaco que, embora já frequentasse o Centro Histórico de São Luís há alguns anos, foi a partir de 2019, como bolsista de Iniciação Científica sob a orientação da professora Martina Ahlert, no LEAP (UFMA), que comecei a compreender essa área com uma nova perspectiva. Nos trabalhos de campo, realizados tanto de forma individual quanto em grupo, desde agosto de 2019, tive a oportunidade de conhecer diversos imóveis no Centro Histórico, como casarões

destinados à habitação de interesse social, residências de uma ou mais famílias, prédios ocupados informalmente, bares e espaços voltados à criação artística e à cultura popular. Além disso, realizei pesquisa em jornais, consultei documentos e acompanhei a região também pelas redes sociais, o que me ajudou a aprofundar o entendimento sobre as dinâmicas locais. Ao longo desse processo, explorei, de forma mais densa, diferentes experiências e representações sociais sobre o Centro.

Figura 3 - Rua do Giz, Centro Histórico (2022)



Autor: Leandro Assunção

Nos bairros da Praia Grande, do Desterro e do Ribeirão, pude observar parte do cotidiano e a diversidade de atividades e interações que caracterizam o Centro Histórico: pessoas trabalhando, passeando, consumindo produtos e participando de várias ações, o que evidencia a vitalidade da região. Nas ruas mais turísticas e comerciais, como a área da Praia Grande conhecida como *Reviver*³, além dos bares, restaurantes e feiras, há um constante fluxo de vendedores ambulantes que comercializam comidas e bebidas. Artesãos também circulam

³ Iniciado em 1987 pelo Governo do Maranhão, o Projeto Reviver teve como objetivo a recuperação do Centro Histórico de São Luís, com ações em duas fases: a primeira (1987-1988) focou em obras emergenciais, como reformas no Centro de Criatividade Odylo Costa, na Igreja da Sé e no Palácio Episcopal; a segunda, com intervenções mais amplas, restaurou 15 quadras e 200 imóveis na área da Praia Grande, abrangendo 10,7 km² tombados pelo Patrimônio Histórico Nacional (Andrès, 1998)

pelas ruas e calçadas da área, onde produzem e vendem itens como pulseiras, cordões, brincos, chaveiros e objetos de decoração. Moradores de casas e pessoas em situação de rua convivem nesse cenário, enquanto turistas brasileiros e estrangeiros visitam pontos culturais da região e registram fotos em frente às fachadas dos casarões. Funcionários do governo municipal e estadual cuidam da limpeza e manutenção de certos espaços, e universitários frequentam os prédios acadêmicos. Há uma constante presença de policiais e agentes de segurança, tanto em viaturas quanto a cavalo, patrulhando a área. Jovens se reúnem nas praças para praticar esportes e socializar. Além de artistas, produtores culturais, grupos e coletivos sociais que ocupam casarões, ruas e praças para desenvolver oficinas, apresentações de dança, shows, exposições, rodas de conversa, palestras, entre outras atividades.

Logo adiante, apesar da contiguidade à Praia Grande, o Desterro, bairro mais antigo da cidade, é marcado por casarões voltados principalmente à moradia, de porte inferior aos do bairro vizinho. Com diferentes arranjos e perfis sociais, o bairro contrasta com as áreas mais comerciais do Centro Histórico. Na época de sua fundação, muitos de seus moradores estavam ligados às atividades de pesca, e a economia do bairro era voltada ao intercâmbio comercial com as cidades do interior do estado. Com o tempo, no entanto, o Desterro manteve seu caráter mais residencial, principalmente quando comparado a outras áreas da região. Devido à grande quantidade de residências, é possível perceber uma convivência mais próxima entre famílias e vizinhos, consolidada pelas interações cotidianas. Esses encontros são constantes e, apesar da maior intensidade festiva da região ocorrer nos meses de Carnaval e São João, diversas celebrações acontecem durante o ano inteiro. Os grupos artísticos se reúnem nos casarões, praças, ruas e escadarias para apresentações de tambor de crioula, rodas de samba, capoeira, shows musicais etc. Além disso, alguns espaços mais famosos, como o Centro Cultural da Vale⁴ (CCVM) e Convento das Mercês⁵, são constantemente utilizados para reuniões, exposições, palestras e grandes eventos da cidade, como, por exemplo, os seminários do G20 de 2024, que ocorreram no local entre os dias 10 e 13 de junho.

⁴ O Centro Cultural da Vale foi instalado em dois sobrados originais do século XVIII, localizado entre a Avenida Henrique Leal e a Rua Direita, nº 149. O espaço já funcionou como sede do colégio Liceu Maranhense, uma renomada escola pública do estado, onde grandes personalidades do Brasil foram formadas. Atualmente, o local fica aberto ao público de terça a sábado, das 10h às 19h (Guia Turístico Cultural São Luís, 2024).

⁵ O Convento das Mercês, construído em 1654, está localizado na Rua da Palma, 502, Desterro, Centro Histórico de São Luís. O antigo Convento da Ordem dos Mercedários é um importante centro cultural do estado do Maranhão. Atualmente, são realizados no espaço exposições, oficinas, seminários, cursos, e outras atividades de cunho cultural.

O Ribeirão, por sua vez, é conhecido por abrigar um dos pontos mais famosos do Centro Histórico: a Fonte do Ribeirão. O monumento, fundado em 1796, foi idealizado pelo tenente-coronel Dom Fernando Antônio de Noronha, que exerceu a governança do Maranhão entre 1792 e 1798. A construção foi erguida para atender à necessidade de melhorar o saneamento e o abastecimento de água para a população local. A fonte, sustentada por paredes de alvenaria, é decorada com símbolos religiosos do cristianismo e da Grécia antiga, como a pomba do Divino Espírito Santo e a estátua de Netuno, o deus romano dos mares. O monumento também incorpora a lenda da gigante serpente encantada, que cresce continuamente e vive adormecida nas galerias subterrâneas da cidade, com a cabeça repousando na Fonte do Ribeirão, o corpo na Igreja do Carmo e a cauda na Igreja de São Pantaleão. Também se conta que suas largas galerias da região seriam túneis que ligavam as igrejas locais e faziam parte de um labirinto escavado pelos jesuítas, utilizado para o contrabando de escravizados. Além das narrativas históricas, o bairro é sustentado pelas atividades do comércio local, moradia e interações cotidianas.

A partir da aproximação e dos diálogos com as pessoas que atuam em vários espaços desses bairros, foi possível perceber a formação de redes de contato e as diversas relações estabelecidas entre os moradores e os casarões da região. Essas interações vão além das dinâmicas cotidianas de convivência, abrangendo a circulação de objetos de decoração, obras de arte e materiais usados nas construções e reformas dos casarões, tanto por parte dos habitantes (moradores e donos de estabelecimentos) quanto por empresas públicas e privadas. Ao refletir sobre a materialidade que envolve os monumentos do Centro Histórico e, ao mesmo tempo, observar a produção da vida nesses espaços, foi possível compreender que os casarões, muitas vezes analisados no contexto de um debate sobre “degradação” e “preservação”, concentram uma série de forças, e ações humanas e não humanas. Essas dinâmicas são fundamentais para as transformações contínuas nesses espaços, criando uma constante interação e reconfiguração que desafiam as noções convencionais de “preservação”. Esse processo revela como o patrimônio, longe de ser estático, é constantemente remodelado e reconfigurado por aqueles que o habitam e utilizam, estabelecendo um vínculo permanente entre as estruturas físicas e as práticas sociais e culturais que nelas se desenvolvem.

1.2 Caminhos metodológicos: a etnografia como abordagem de pesquisa

Ressalto que este trabalho é fruto de anos de pesquisa, mas foi durante o mestrado, especialmente no período dedicado exclusivamente à pesquisa de campo, entre janeiro e julho

de 2024, que a maior parte dos dados apresentados e discutidos aqui foi construída. Durante esse período, pude frequentar a região com maior intensidade, realizando observações detalhadas e participando ativamente das dinâmicas locais. Pude, então, retomar conversas com antigos interlocutores do grupo de pesquisa, mas também estabelecer novos contatos, motivada pela vontade de explorar espaços que ainda não conhecia e por aprofundar minha compreensão das diversas realidades vivenciadas na área.

Em junho de 2024, passei um mês hospedada em um *hostel* na Rua da Palma, um ponto de fácil acesso entre os bairros Praia Grande e Desterro, durante o período das festas juninas. Nesse tempo, tive a oportunidade de vivenciar, ainda que brevemente, a experiência de “morar no Centro”. Esse foi um momento importante para a pesquisa, pois, imersa na efervescência cultural das festas, participei de apresentações artísticas tanto nos casarões quanto nas ruas. Além disso, realizei atividades cotidianas, como ir à padaria, fazer compras nos mercados locais e conversar com os moradores ao sentar nas calçadas em diferentes horários do dia. Essas experiências foram cruciais para o aprofundamento da pesquisa, permitindo-me observar o cotidiano dos bairros de forma mais íntima e ampliando minha compreensão das relações sociais, dinâmicas de convivência e práticas culturais vividas nas ruas e nos casarões do Centro Histórico.

Contudo, também precisei estar constantemente atenta ao meu deslocamento e às interações que estabelecia, pois estava ciente das diversas formas de violência presentes na cidade, principalmente o machismo, que afeta as mulheres em diversas situações, inclusive no contexto de pesquisa de campo. Nas ruas do Centro Histórico, notei a predominância de homens, principalmente na faixa etária de 20 a 50 anos, embora também percebi a presença de adolescentes e idosos. Esses homens desempenhavam diversas atividades: atuavam como vendedores ambulantes; flanelinhas; vigilantes de carros e casarões; atendentes de bares; empresários; funcionários do Estado; trabalhadores da construção civil em empresas públicas e privadas; além de artistas de diferentes segmentos.

Ainda que em menor proporção, também observei muitas mulheres circulando pela região, principalmente a trabalho, atuando como vendedoras ambulantes, proprietárias ou funcionárias de lojas, bares e restaurantes. Diferentemente dos homens, elas demonstravam menor disponibilidade para conversas e não pareciam circular tão “livremente” pelas ruas, especialmente no que se refere ao tempo disponível para interações informais. Além disso, percebi uma presença reduzida de crianças nas áreas que percorri durante o trabalho de campo. Nas esquinas e praças, era mais comum encontrar homens sentados, conversando e socializando

entre si. Assim, ao caminhar pelas áreas, sozinha ou acompanhada de colegas, geralmente os homens demonstravam mais interesse pela nossa presença e nos davam mais atenção. Isso exigia uma avaliação constante sobre se a conversa era uma simples gentileza e boa vontade em relação à pesquisa, ou se, de forma explícita ou sutil, poderia configurar algum tipo de importunação.

Um exemplo disso ocorreu certa vez quando caminhava pelo bairro da Praia Grande com uma colega do LEAP. Um homem, sentado em um banco de praça e acompanhado por outros, nos observou e, de longe, gritou pedindo a água que eu carregava em uma garrafa. Ao perceber a entonação de sua voz, entendi que o gesto era, na verdade, uma tentativa de iniciar uma interação que ia muito além do simples ato de “pedir água”. Situações semelhantes ocorriam com frequência, como quando nos perguntavam se éramos solteiras ou até mesmo quando alguns se aproximavam iniciando conversas de forma inesperada. Nesse contexto, embora não tenha havido uma circunstância em que eu me sentisse diretamente insegura, esse constante alerta direcionou os caminhos trilhados no campo, influenciando os dados da pesquisa.

Inicialmente, minha intenção era vivenciar os espaços classificados como “arruinados”, conforme narrativas difundidas pela mídia local e representantes do poder público. O objetivo era compreender as formas de socialidade e os significados atribuídos a esses lugares, analisando como as práticas cotidianas e representações dos habitantes contrastam com as imagens construídas pelos grupos dominantes. Nas pesquisas anteriores, identificamos um discurso recorrente que caracteriza o Centro Histórico de São Luís como um espaço de “ruínas”, associado ao risco iminente de desabamento. A região é frequentemente retratada pela mídia através dos casarões em degradação, descritos como precários, com telhados quebrados, grades corroídas, invadidos pela vegetação e frequentemente associados a ratos, a baratas e ao lixo. Contudo, a mídia tende a focar exclusivamente nesse aspecto de deterioração, sem dar atenção aos modos de vida e às formas de ocupação cotidianas que acontecem nesses espaços. As práticas de habitação e as interações sociais entre os moradores, que desafiam essa visão de abandono, raramente são abordadas nas representações sobre a área.

Com base nos dados coletados em campo e nas pesquisas do grupo, foi possível perceber como esses espaços são frequentemente descritos como “degradados” e em ruínas, inseridos em um contexto de risco. A região é vista como necessitada de “repovoamento” e, muitas vezes, considerada vazia (Ahlert e Bezerra, 2024), reforçando a imagem do Centro Histórico como um local “esquecido”. No entanto, como sugere José, essa representação é redutora, pois

contrasta com as dinâmicas cotidianas vivenciadas na região. As práticas e relações sociais reconfiguram esses espaços, desafiando as imagens de decadência e descuido perpetuadas pela mídia, e evidenciam que, apesar da degradação visível de muitos ambientes, o Centro Histórico também é um espaço de vivência, resistência e transformação. Portanto, é importante considerar como esses espaços, dentro de suas possibilidades materiais e imateriais, são cuidados pelas pessoas que neles vivem, trabalham e transitam. As pesquisas realizadas pelo LEAP sustentam muitas das reflexões apresentadas ao longo deste trabalho, especialmente sobre as distintas formas de socialidade no cotidiano do Centro Histórico. As transformações materiais e imateriais dos espaços (casas, bares, terreiros, museus, igrejas etc.) chamam nossa atenção de forma recorrente. Esses estudos mostram como, dependendo das circunstâncias, os ambientes da região são constituídos, compreendidos e reconfigurados (Ahlert e Bezerra, 2024; Carvalho, 2024; Sousa Lima, 2024; Pinheiro Bezerra, 2023; Rocha Neto, 2023; Gonçalves, 2019).

A partir de uma abordagem etnográfica, que entende os modos de vida cotidianos como uma forma mais fiel de revelar a realidade dos lugares, busquei, por meio dos habitantes, captar outras representações desses espaços “em ruínas”. No entanto, devido a alertas relacionados à segurança no campo, não foi possível explorar determinados ambientes com a frequência e profundidade que eu havia planejado, especialmente nas ruas menos movimentadas da região. Essa limitação, no entanto, me levou a investigar outros espaços igualmente interessantes, que não estavam distantes do projeto inicial da pesquisa, mas, ao contrário, abriram novas perspectivas para entender os fenômenos em questão. Assim, grande parte do trabalho de campo concentrou-se nas áreas próximas aos pontos comerciais, onde o fluxo de pessoas era mais intenso, principalmente entre os bairros Praia Grande e Desterro. Ainda que em menor grau, também percorri espaços considerados “arruinados”, onde o desgaste dos casarões era mais evidente. Essa experiência permitiu observar diferentes formas de socialidade, que variavam desde as áreas “preservadas”, voltadas ao turismo e com maior movimentação comercial, até aquelas mais “abandonadas” e “deterioradas”. Esse contraste no uso dos espaços, amplamente debatido na mídia e entre representantes políticos, revelou-se um dos pontos centrais deste trabalho.

O mapa abaixo mostra as áreas que percorri durante o trabalho de campo, destacando os trajetos e a intensidade do meu fluxo de deslocamento pelos três bairros. As linhas vermelhas representam os locais que mais percorri, concentrados principalmente nos bairros Praia Grande e Desterro, onde o movimento de pessoas e a dinâmica comercial eram maiores. As linhas laranjas indicam zonas exploradas de forma intermediária, onde os sinais de desgaste nos

festas. O Largo de São José do Desterro também era um ponto de passagem constante, com moradores caminhando principalmente pela manhã e final da tarde, em dias e horários de missas.

No Ribeirão, um bairro do Centro Histórico que eu conhecia pouco, exceto em alguns momentos de lazer, percebi que as ruas eram menos movimentadas em comparação com outros bairros da região. Durante o campo, geralmente entre manhã e tarde, me deparei com muitos casarões fechados, o que dificultou a identificação imediata de seus usos. No entanto, notei alguns espaços decorados, indicando moradia, e outros utilizados como pontos comerciais. Outro aspecto que chamou minha atenção foi o grande número de placas de venda e aluguel de imóveis. Também era comum ver animais, como gatos, cachorros e pombos, circulando por ruas e espaços deteriorados. Quanto à circulação de pessoas, observei uma grande presença de homens trabalhando como flanelinhas e vigilantes de carros, enquanto outras pessoas pareciam estar apenas de passagem, indo em direção a áreas mais movimentadas, como a Praça Deodoro ou a Praça João Lisboa.

Durante a pesquisa, compreendi que habitar o Centro Histórico de São Luís — seja pela moradia, trabalho ou lazer — envolve uma constante relação com o título de “Patrimônio da Humanidade”. Esse título, embora não seja sempre explicitamente mencionado nas rotinas diárias, é constantemente questionado e ressignificado nas práticas cotidianas. Ele surge em contextos específicos, sustentando narrativas que legitimam reivindicações ou reforçam demandas locais, ou ainda em interações sobre a mudança nos espaços, a decoração de um bar etc. Assim, o conceito de “patrimônio” é reinterpretado pelas vivências dos moradores e trabalhadores, influenciando a ocupação dos espaços e os debates sobre sua transformação.

Desta forma, as transformações de certos espaços históricos, como o Centro Histórico de São Luís, levantam questões sobre os significados e as práticas de preservação do patrimônio. Reformas realizadas pelos moradores, reconfigurações de ambientes e usos alternativos dos casarões indicaram como essas áreas são vivenciadas e adaptadas no cotidiano. Esses processos chamaram a atenção para a relação entre as práticas locais e as formas preservação, sugerindo que o patrimônio não é apenas um legado material, mas também uma construção dinâmica que envolve a vida social e as práticas de cuidado dos habitantes. Assim, a pesquisa buscou compreender como essas transformações também contribuem para a manutenção do patrimônio, na medida em que ele ganha novos sentidos que não restringem à sua origem portuguesa, e para a ressignificação dos espaços históricos, investigando as formas como os habitantes se apropriam, cuidam e reinterpretam esses lugares.

A partir disso, busquei entender como as representações sobre o “patrimônio” da região ultrapassam a materialidade do conjunto arquitetônico que lhe conferiu essa denominação, abrangendo também as práticas e interações sociais que atribuem diferentes sentidos e usos aos espaços. Assim, com o objetivo de fortalecer a literatura sobre as interações e vivências no Centro Histórico, esta pesquisa buscou ampliar as perspectivas sobre a área, considerando tanto as transformações nos espaços físicos e sociais quanto os diferentes modos de vida que se relacionam com esse patrimônio. Muitas vezes, essas dinâmicas e práticas passam despercebidas pelas lógicas organizacionais dos grupos dominantes, sendo essenciais para entender a complexidade e as reconfigurações constantes da região.

Partindo desse ponto, a perspectiva teórico-metodológica que orienta esta pesquisa adota uma abordagem etnográfica, voltada para a descrição detalhada e análise das informações compartilhadas pelos interlocutores. Esse método, amplamente reconhecido nas Ciências Sociais, especialmente na Antropologia, é fundamental para a construção e compreensão dos “objetos” de estudo, pois permite um acesso mais denso às práticas, experiências e significados que as pessoas atribuem aos seus próprios contextos. A etnografia, como uma abordagem qualitativa, combina trabalho de campo intensivo com a reflexão teórica, favorecendo a imersão no cotidiano das pessoas. Essa metodologia envolve a convivência com os interlocutores, bem como o registro detalhado de informações, na construção dos dados de forma direta, por meio de observações e interações. Especialmente através dos diários de campo, o pesquisador pode refletir sobre as dinâmicas vivenciadas e analisar as experiências de maneira contextualizada e interpretativa, como sugerem trabalhos considerados clássicos como o de Malinowski (2018) e Geertz (2008). Seguindo os esforços desses autores, o trabalho de campo se tornou essencial para esta pesquisa, pois, para compreender as formas de uso e transformação do patrimônio no Centro Histórico de São Luís, tanto no aspecto material quanto nos significados que são atribuídos a ele, foi necessário vivenciar parte da realidade local.

A investigação etnográfica, inserida na tradição antropológica das pesquisas qualitativas, recorre a uma variedade de técnicas e instrumentos de coleta de dados, cada um contribuindo de maneira única para a construção e entendimento da pesquisa. No campo, foram registrados acontecimentos e interações por meio de diários, gravações de entrevistas e fotografias. Além disso, como afirmei anteriormente, acompanhei a região pelas redes sociais

e recorri a catalogação de algumas matérias dos dois maiores jornais do estado⁷: O Imparcial⁸ e O Estado do Maranhão⁹. Em 2021, durante a Iniciação Científica, fizemos um levantamento nas matérias publicadas entre 2015 e 2021. Na época, foram encontradas 46 matérias no “Jornal O Imparcial” e 83 matérias no jornal “O Estado do Maranhão” que contemplavam o Centro Histórico de São Luís (MA). Esses materiais foram fundamentais para a análise das dinâmicas sociais, culturais e patrimoniais que caracterizam o Centro Histórico de São Luís.

A partir dos estudos de Geertz (2008), compreendo que os dados não falam por si só, sendo responsabilidade do pesquisador interpretar e atribuir sentido aos fatos, realizando o que ele chama de uma “leitura da leitura” da realidade. Para o autor, o processo de pesquisa vai além do simples registro de acontecimentos; é necessário analisar os significados dos atos, ritos e performances humanas (e hoje poderíamos dizer também, ou em interação com os não humanos). Durante o trabalho de campo, pude perceber que, nas situações cotidianas, não apenas o que era dito, mas também os gestos, expressões e atitudes, carregavam significados muitas vezes não explicitados verbalmente. Esse processo remete diretamente à análise do autor sobre as “piscadelas”, em que ele nos convida a olhar além das palavras, considerando os gestos e sinais que indicam camadas de significados mais sutis na compreensão dos contextos sociais e culturais de forma mais complexa. Essas observações se tornaram ainda mais importantes em momentos em que foi necessário ficar atenta aos “perigos” e nuances presentes nas interações cotidianas, que nem sempre eram visíveis no primeiro momento.

Nessa perspectiva, reconheço que minhas percepções sobre as pessoas e os espaços são moldadas a partir de um referencial “particular”, construído com base nas minhas “visões de mundo” e na minha própria “cultura” (Wagner, 2010). Da mesma forma, as narrativas dos interlocutores foram influenciadas pelas percepções que tinham sobre mim e sobre os objetivos da pesquisa, sendo construídas ao longo das interações e conversas que compartilhamos, mas também sobre quem sou e a partir de onde falo (uma mulher jovem, cisgênero, negra, ludovicense). Ou seja, os dados discutidos nesta pesquisa não surgem de uma relação unilateral,

⁷ A pesquisa foi realizada em parceria com Antônio Olávio da Rocha Neto, no projeto “Casa e Mobilidade no Maranhão: uma abordagem antropológica”, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA) e coordenado pela Prof.^a Dr.^a Martina Ahlert.

⁸ O Jornal O Imparcial foi fundado em 1 de maio de 1926, o periódico é o mais antigo em circulação do estado. Tornou-se pioneiro na implantação de consideráveis recursos que consolidaram a transformação do jornalismo maranhense. Na década de 1940 a organização foi adquirida pelos Diários Associados de Assis Chateaubriand, permanecendo até os dias de hoje.

⁹ O Jornal “O Estado do Maranhão” foi fundado em 1º de Maio de 1973 por José Sarney, e por seu amigo Bandeira Tribuzi, reconhecido principalmente como um grande poeta regional, mas que também atuou nas áreas do Jornalismo e da Economia. O jornal, inicialmente, foi dirigido por Arimathéa Athayde e Renato Carvalho, na devida ordem, diretor e gerente da organização.

mas sim de “trocas” entre o “pesquisador” e os “pesquisados”. Essa interação acontece em uma via de mão dupla, onde, ao pesquisar o “outro”, também se transformam as próprias percepções do pesquisador sobre si mesmo e sobre o “seu mundo”, conforme destaca Roy Wagner em “A invenção da cultura” (2010).

Jeanne Favret-Saada, em seu texto “Ser afetado” (2005), reflete sobre como os pesquisadores podem se envolver com a etnografia. Para a autora, o pesquisador pode “ser afetado” pela pesquisa, entendendo seu papel não como um intelectual que guia a pesquisa de maneira superior, mas como alguém que também faz parte do processo, apesar de sua forma distinta de compreender a realidade. Para a autora, isso não significa precisar se “identificar com o ponto de vista nativo”, tampouco “aproveitar-se da experiência de campo para exercitar seu narcisismo”. Neste contexto, “ser afetado” significa sair “transformado” pela pesquisa, desenvolvendo novos olhares sobre os fenômenos sociais. A autora evidencia que isso ocorre por meio de um esforço mental e subjetivo durante o processo investigativo, assumindo o risco de ver o projeto de conhecimento se desfazer, mas sem perder o rigor metodológico e as perspectivas teóricas que o sustentam.

Assim, as questões analisadas devem ser moldadas pelas relações estabelecidas com os interlocutores, que devem colocar em risco o projeto do pesquisador. Como destaca Edmund Leach em “Sistemas políticos da Alta Birmânia” (1996), a descrição de um “sistema social” ou das práticas de um grupo feita pelo pesquisador, seria apenas um elemento, ou um modelo, de uma realidade muito mais ampla. O autor tece uma crítica aos registros e narrativas de acontecimentos que buscam “dar forma a um todo coerente”, como se os sistemas permanecessem em equilíbrio e estabilidade social. O autor sugere que os sistemas sociais devem ser vistos não como algo estável e equilibrado, mas como dinâmicos e sujeitos a mudanças constantes. A partir dessa perspectiva, Leach nos lembra que é fundamental observar as incongruências e contradições que marcam a vida social, pois são elas que revelam as transformações e os contextos em que as práticas sociais e culturais se desenvolvem.

Baseada nas observações de Mariza Peirano em “Etnografia não é método” (2014), compreendo que o que foi visto e vivido em campo não deve ser apenas descrito, mas também questionado, sempre buscando uma “fonte de renovação” para os acontecimentos sociais. Os relatos dos interlocutores não devem ser considerados de forma isolada, pois estão imersos no tempo e no espaço, interligados a uma rede de acontecimentos pessoais e coletivos. Nesse sentido, a etnografia é compreendida como uma “ficção” da realidade, pois os acontecimentos nem sempre seguem uma lógica linear e coerente. Essa “ficção”, no entanto, não significa uma

falsidade, mas sim a interpretação de um universo de significados construído a partir da interação entre pesquisador e interlocutores. É o pesquisador quem cria as possibilidades de compreensão dos fenômenos estudados, por meio dos dados registrados, que permitem a revisão e a reinterpretação das informações ao longo do processo de análise. Alinhando essa perspectiva à reflexão de Cláudia Fonseca em “Classe e recusa etnográfica” (2006), entendo que as pesquisas etnográficas devem não apenas fornecer informações sobre os grupos pesquisados, mas também contribuir com reflexões acadêmicas e estabelecer diálogos com os diversos agentes da vida social. Nesse sentido, é preciso compreender as desigualdades e contradições nas práticas e discursos sociais, não de forma maniqueísta, mas como elementos cotidianos que moldam e organizam a vida das pessoas.

Urpi Uriarte, em seu trabalho “O que é fazer etnografia para os antropólogos” (2012), retoma análises sobre essa metodologia. Com base nas perspectivas de Mariza Peirano, a autora destaca que a etnografia vai além da simples coleta de dados, sendo entendida como um intenso trabalho de campo aliado a uma sólida bagagem teórica. Esse processo exige imersão no contexto estudado, com o objetivo de compreender as práticas e as relações sociais em sua complexidade. Para ela, a etnografia envolve uma constante reflexão sobre o papel do pesquisador, que, ao interagir com os sujeitos e com o campo, não só contribui para a construção do conhecimento, mas também se vê transformado por essa experiência. Esse aspecto da transformação do pesquisador, segundo a autora, é um dos pilares fundamentais que sustenta a construção etnográfica.

A partir da convivência com os interlocutores e das experiências vividas em cada encontro, a etnografia possibilita a construção e comparação dos dados, funcionando como um “guia” para o pesquisador em campo. Esse guia é moldado pela dinâmica das relações sociais estabelecidas, exigindo constante adaptação e revisão de hipóteses iniciais, ainda que nem tudo possa ser previsto e menos ainda controlado em campo. Ao longo do processo, a etnografia permitiu a imersão nos contextos sociais observados e uma reflexão crítica sobre as minhas próprias interpretações. Esse movimento dialógico orientou e possibilitou a incorporação de diferentes perspectivas sobre a pesquisa.

A partir dessas discussões, busquei analisar os espaços do Centro Histórico que vão além das suas aparências externas, compreendendo que, nos processos menos visíveis, se encontram muitas camadas sobre a dinâmica desses lugares. Através de estudos sociais, especificamente na área da antropologia, este trabalho visa contribuir para a pesquisa sobre o Centro Histórico de São Luís, focando nas diferentes maneiras de perceber “patrimônio”.

Desde 1988, o Estado brasileiro passou a entender o patrimônio como bens de natureza material e imaterial. Esse reconhecimento se dá não apenas para as construções históricas, mas também para as manifestações culturais, saberes e práticas, essenciais para a identidade e memória do país, conforme definido pela Constituição Federal, no artigo 216:

Constitui patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988).

No contexto do Centro Histórico, direcionei minha atenção tanto à materialidade quanto à imaterialidade do local, reconhecendo como ambas as dimensões interagem e se complementam na construção dos significados e das dinâmicas da região. Enquanto a materialidade do patrimônio, percebida nos casarões, ruas e praças, ocupa um lugar central nas discussões institucionais e midiáticas sobre a “preservação” e “degradação” do patrimônio, a imaterialidade, presente nas práticas cotidianas, nas memórias compartilhadas e nas relações de pertencimento, também desempenha um papel fundamental na forma como as pessoas se relacionam com o lugar. Essas definições podem ser repensadas, à medida que o patrimônio ganha novos usos e sentidos na dinâmica da vida social, como busquei demonstrar, a partir de uma análise que abrangeu os aspectos materiais e sociais, considerando a interconexão desses elementos na vida cotidiana dessa área tombada. Isso envolve não apenas a visão humana, mas também a consideração dos outros seres que compõem a vida social desses espaços, como animais, plantas, objetos e os próprios casarões enquanto agentes dinâmicos. A análise integrou essas duas perspectivas, explorando como se entrelaçam na construção do patrimônio vivido e nas relações sociais dessa área.

Assim, busquei compreender: 1) dinâmicas da economia local, incluindo tanto as práticas de comércio individuais quanto às contribuições coletivas que moldam as lógicas e representações da região; 2) os processos de ocupação, transformação e compartilhamento dos casarões, com foco nas práticas cotidianas de organização, reformas, manutenção e decoração dos espaços; 3) a presença de animais nos espaços, tanto no contexto econômico quanto como companheiros que partilham afetos; 4) a ocupação de espaços voltados à criatividade artística e sua relação com as dinâmicas de apropriação e desapropriação desses locais; e 5) as redes de socialidade baseadas em práticas de cuidado coletivo e nas lógicas de pertencimento à região.

1.3 Apresentação dos capítulos

Partindo das narrativas de “destruição” e suas implicações no Centro Histórico de São Luís, este trabalho teve como objetivo investigar as dinâmicas sociais que, por meio da economia popular, da criatividade e das práticas de cuidado, desafiam representações sobre o abandono e propõem outras formas de perceber esses espaços históricos. A pesquisa buscou mostrar como essas práticas, além das visões convencionais de degradação, ressignificam a maneira como a área é percebida e vivida pelos seus habitantes — aqueles que moram, trabalham e/ou frequentam o local.

Cada capítulo explorou uma dimensão específica dessa questão, com o objetivo de entender como as práticas cotidianas e as relações sociais moldam e transformam essa área histórica, concebendo-a, a partir das narrativas dos interlocutores, não apenas como uma arquitetura estática, mas como um “patrimônio vivo”. A pesquisa etnográfica, fundamentada em experiências acadêmicas, vivências pessoais e uma observação atenta às dinâmicas locais, discute as formas de vida, trabalho, lazer e as diferentes percepções sobre o Centro Histórico de São Luís e seus diferentes significados.

O primeiro capítulo explorou diversas narrativas sobre a “degradação” do Centro Histórico, abordando tanto a deterioração material dos casarões quanto as questões sociais associadas aos comportamentos considerados “desviantes” pelas normas dominantes. A partir dessas narrativas, analiso como as diferentes concepções de “destruição” do patrimônio influenciaram não apenas a forma como o Centro Histórico é visto, mas também as políticas de intervenção e “preservação”, refletindo sobre como esses discursos contribuíram para a construção de uma imagem de vulnerabilidade e deterioração, frequentemente ligada aos corpos marginalizados que habitam a região. Esse processo envolveu uma análise sobre como essas representações ajudam a justificar práticas de exclusão e negligência, ao mesmo tempo em que ocultavam as formas de resistência e cuidado presentes nesse cotidiano.

No segundo capítulo, enfatizei as diversas formas de uso dos espaços históricos da cidade, como moradia, trabalho e lazer, e como as práticas de cuidado e manutenção dos casarões se entrelaçam com as relações econômicas e sociais da região. Abordei como reformas, que ao mesmo tempo transformam, contribuem para a preservação do patrimônio, permitindo que a área continue a ser vivida e adaptada às necessidades cotidianas. Este capítulo discute como a percepção de “preservação” é desafiada e reinterpretada nas práticas cotidianas da população local. Além disso, considere a importância da economia local, seja por meio de

pequenas atividades comerciais ou outras formas de subsistência, como um fator importante para a manutenção da região, atraindo novas vivências e mantendo uma dinâmica constante de transformação e preservação simultâneas.

No terceiro capítulo, analisei as interações cotidianas entre os moradores do Centro Histórico, destacando como as redes de troca, incluindo pessoas, casas, objetos e animais, bem como as ajudas compartilhadas nos bairros, contribuíram para a resignificação dos espaços. Focou-se nos vínculos formados entre os moradores, que fortaleceram a convivência e a manutenção dos espaços compartilhados. Além disso, destaquei a importância das relações afetivas dos moradores com seus ambientes, incluindo a convivência com animais e outros elementos que compuseram a paisagem urbana. Esse capítulo evidenciou como as redes de apoio nas relações sociais, ajudaram a construir um entendimento mais amplo sobre a vida no Centro Histórico, revelando as dinâmicas que sustentaram as transformações do patrimônio e suas formas de manutenção e conservação, de forma contínua e dinâmica.

Também é importante ressaltar que, para garantir a privacidade dos interlocutores, utilizei nomes fictícios na maioria dos casos, exceto quando as pessoas optaram por utilizar seus nomes verdadeiros.

2. “DETERIORAÇÃO E PERIGO”: UMA AMEAÇA AO PATRIMÔNIO HISTÓRICO

O Centro Histórico de São Luís (MA), a exemplo do Centro Histórico de Salvador (BA), de Olinda (PE), de Ouro Preto (MG), entre outros locais do Brasil, é considerado pela Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) como Patrimônio Cultural da Humanidade¹⁰. A região é reconhecida como uma área de preservação histórica, arquitetônica e cultural desde 1997. De acordo com a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, elaborada na Conferência Geral, em 1972, em Paris (França), os espaços que recebem o título de Patrimônio da Humanidade devem ser protegidos e preservados para as atuais e para as próximas gerações, sendo fundamentais para o fortalecimento das memórias, identidades, criatividade dos povos e riqueza das culturas (Iphan, 2015).

No contexto da América Latina, há uma multiplicidade de discussões voltadas à noção de *patrimônio*, que consolidou a temática como uma importante área de pesquisa nas ciências humanas e sociais, conforme apontado por Mónica Rotman e Alicia Castells (2007). A partir da coordenação de um Grupo de Trabalho na 25ª Reunião Brasileira de Antropologia, as autoras reuniram uma gama de reflexões em torno da “problemática patrimonial” e sistematizaram as discussões em “Patrimônio e Cultura: processos de politização, mercantilização e construção de identidades”. No trabalho, elas mostram como os campos científicos e o papel dos organismos políticos internacionais e nacionais, interessados na construção e na representação dos patrimônios, não devem ser pensados como frentes isoladas de atuação, pois ambos fazem parte de um mesmo processo de constituição dos significados dessa categoria. Através disso, é possível criar diretrizes, orientações, normas, ações políticas e procedimentos de “preservação” e “controle” de coisas e espaços classificados como patrimoniais.

Especificamente no Brasil, os debates sobre o patrimônio cultural ganharam força no início da primeira metade do século XX, e passaram a acumular novos significados ao longo das décadas. Com a ampliação e difusão da noção de “patrimônio”, José Reginaldo Gonçalves faz um alerta no texto “Ressonância, Materialidade e Subjetividade: as culturas como patrimônios” (2005), sobre uso generalizado dessa categoria. Para ele, é necessário situar o conceito em contextos históricos e culturais para evitar sua universalização e naturalização. Isso porque, além das formulações e enquadramentos técnicos/acadêmicos, inúmeros fatores,

¹⁰ Conjunto de bens que expressam a identidade e memória de um grupo ou sociedade. Esse reconhecimento se dá através de heranças transmitidas de geração em geração, por meio de saberes e fazeres materiais e imateriais (Manual do Centro Histórico, 2024).

grupos e pessoas estão continuamente influenciando e possibilitando novas perspectivas em torno dos “patrimônios”. Ou seja, não há um controle analítico absoluto sobre as classificações e práticas relativas à essa categoria. Ainda de acordo com o autor, isso gera ambiguidades que não devem ser desconsideradas, mas, ao contrário, precisam sempre ser percebidas como fontes de riqueza antropológica.

No texto “A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil” (1996), Gonçalves analisa o papel dos intelectuais na construção e difusão dessas categorias no país ao longo do século passado. O autor mostra a influência de determinados grupos e personalidades na construção de uma “identidade nacional” através da exaltação e valorização dos patrimônios. Figuras como Rodrigo Melo Franco e Aluísio Magalhães, entre outros, protagonizaram as discussões e as definições sobre “cultura” e “memória” brasileira, por meio de retóricas sobre a “preservação” e a “perda” dos bens patrimoniais. Nessa mesma linha, Maria Cecília Londres Fonseca (1997) mostra a influência do Movimento Modernista e a instauração do Estado Novo no “recrutamento” desses intelectuais. Em um contexto marcado por intensas ideologias políticas, atreladas aos movimentos de arte e de cultura dominantes, a autora mostra como esses homens “criaram” um “passado” e estimularam um sentimento “preservacionista” no país a partir de um tipo de valorização dos patrimônios nacionais. Além disso, em comunhão com importantes políticos da época, eles constituíram um conjunto representações, leis e instruções para garantir a preservação de monumentos, obras de arte e arquivos documentais significativos à “nação”. Nesse período, exatamente em 1937, através da criação Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), mais tarde Iphan, foi possível institucionalizar, ampliar e direcionar os debates sobre os patrimônios culturais do Brasil.

Em diversos segmentos sociais, a ideia de patrimônio fundiu-se às reivindicações e reconhecimentos de “identidades” dos grupos. Isso favoreceu uma ampliação de debates antropológicos sobre a “diversidade” e “alteridade” dos projetos nacionais relacionados à patrimonialização e preservação de bens tombados (Gonçalves, 2019). No livro “Antropologia na esfera pública: patrimônios culturais e museus” (2019), as organizadoras apresentam uma série de artigos que discutem os processos de patrimonialização de bens materiais e imateriais no Brasil. Nessas discussões, percebe-se que desde final dos anos de 1970 a noção de patrimônio vem sofrendo significativas transformações no âmbito teórico, através da complexificação de abordagens temáticas, assim como têm se alterado seus efeitos práticos nos diferentes contextos sociais do país, diante de sua aplicabilidade técnica e política.

Em meados da década de 1980, com a efervescência de movimentos sociais no território brasileiro, as discussões sobre a preservação do patrimônio ultrapassaram a esfera do Estado e da intelectualidade nacional e chegaram à sociedade civil em forma de luta política. Isso pode ser observado de forma mais prática nos debates que marcaram a Revista do Patrimônio, do Iphan, no ano de 1984. Com aberturas nas discussões sobre o patrimônio cultural no país, a edição nº 20 destacou a necessidade de conciliar o “sentido da preservação” às “condições e alternativas de vida” do cotidiano. Nessa publicação, mais especificamente no artigo intitulado “Antropologia e Patrimônio Cultural”, Gilberto Velho (1984) apresenta várias questões antropológicas que instigaram e contribuíram para ampliação da noção de patrimônio cultural no Brasil. Essa expansão, entretanto, não foi bem vista de imediato.

Em “Patrimônio, Negociação e Conflito” (2006), o autor retoma esse cenário do século passado e narra os desafios em torno do primeiro reconhecimento de um espaço de tradição afro-brasileira pelo Estado Nacional. Na década de 1980, a possibilidade do tombamento do Terreiro de Candomblé Casa Branca, em Salvador (BA), gerou grande controvérsia entre intelectuais, políticos, lideranças religiosas, artistas, jornalistas e setores da sociedade civil. O caso levantou pautas sobre racismo, elitismo e intolerância religiosa na esfera do patrimônio; e a vitória deu início a uma série de transformações políticas sobre representações patrimoniais do país. De acordo com o autor, isso possibilitou o tombamento de outros terreiros, monumentos e construções de origens não europeias caracterizadas pelo “pluralismo sociocultural” brasileiro. No texto, ele chama atenção para os fenômenos abrangentes em torno da categoria patrimônio e evidencia a importância do reconhecimento não apenas da materialidade, mas também das manifestações imateriais dos grupos “expressas em crenças, valores e visões de mundo” (2006, p.238) que conjugam esses bens.

A relação entre “materialidade” e “imaterialidade” tem sido aprofundada nos debates antropológicos sobre a temática do “patrimônio” em âmbito nacional. Sob o ponto de vista de Manuela Carneiro da Cunha (2005), ao conservar os bens materiais, conserva-se também os seus processos de produção, pois não é possível separar uma coisa da outra. É nesse sentido que penso as discussões sobre “patrimônio” no contexto desta pesquisa. Isso porque o Centro Histórico de São Luís foi o oitavo monumento histórico-cultural do país incluído na Lista de Patrimônio Mundial da Unesco (Ministério do Turismo, 2022). Fundamentalmente, esse título foi concedido para garantir a preservação do traçado arquitetônico desse conjunto de imóveis original dos séculos XVIII e XIX. Por isso, a materialidade é um aspecto central na maior parte das discussões institucionais e midiáticas sobre a “preservação” e “perda” desse patrimônio

histórico. Eu pude notar, no decorrer do meu trabalho de campo e também nos trabalhos das(os) colegas de pesquisa do Laboratório, como outras percepções sobre essa categoria se apresentam na vida cotidiana da região, através do cenário imaterial do lugar. Isso se revela nas relações de troca entre as pessoas e os seres que habitam a área, manifestando-se na criação de significados, memórias, sentimentos de pertencimento e práticas de cuidado, tanto individuais quanto coletivas. Além disso, emergem situações que evocam discursos sobre violência, conflitos e arruinamento relacionados a esse patrimônio.

Assim, mobilizada por várias narrativas dos interlocutores, pelo acesso a eventos públicos e pela pesquisa em veículos de comunicação sobre o Centro Histórico, pretendo considerar neste capítulo como são acionados os discursos institucionais (de institutos, técnicos, governantes e políticos etc), midiáticos (de jornais e redes sociais) e cotidianos (de interlocutores, família e amigos) sobre esse patrimônio histórico da cidade, buscando seus efeitos práticos na socialidade local.

2.1 Investimentos e políticas de “preservação” do patrimônio

Nos dois últimos anos, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) planejou e executou diversos programas e eventos voltados à preservação do patrimônio material e imaterial no Brasil. Em 2023, com o lançamento da linha de investimento do Novo PAC¹¹ Patrimônio Cultural, foram direcionados mais de 700 milhões de reais para a continuidade, retomada e início de obras de conservação até 2026. Além disso, o Novo PAC contemplou mais de 100 projetos voltados à proteção e promoção de bens patrimoniais, com foco em arquitetura, engenharia e outras áreas complementares. No campo do patrimônio imaterial, o governo Lula executou, no ano de 2023, o maior investimento federal da história do país, cerca de 22,5 milhões de reais, em contraste com o 1,7 milhão de reais destinados ao setor em 2022, durante o governo Bolsonaro (Iphan, 2024). Essa retomada dos investimentos na área do patrimônio constitui uma rede de projetos que fazem parte das agendas de órgãos federais, estaduais e municipais. As demandas também contam com o apoio de organizações da iniciativa privada e da sociedade civil, em cooperação com instituições em diferentes níveis de atuação.

¹¹ O Novo PAC é um programa de investimentos conduzido pelo Governo Federal, com a colaboração do setor privado, estados, municípios e organizações sociais. Seu objetivo é acelerar o crescimento econômico, gerar empregos e renda, e reduzir desigualdades sociais e regionais.

Especificamente em São Luís, além do domínio federal (por intermédio do Iphan), a gestão dessas políticas é exercida por duas instâncias do poder público: a Fundação Municipal do Patrimônio Histórico (FUMPH), vinculada à prefeitura municipal, e o Departamento de Patrimônio Histórico Artístico e Paisagístico do Maranhão (DPHAP), ligado à Secretaria de Estado da Cultura (SECMA). Nesse contexto de políticas institucionais, nos últimos anos, diversas iniciativas foram implementadas em diferentes regiões do Centro Histórico de São Luís, incluindo a retomada de projetos e obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) - Cidades Históricas, suscitando discussões sobre o uso e a preservação do patrimônio da cidade, com a participação de representantes das instituições e diversos grupos do Centro Histórico.

Figura 5 - Projetos e execuções de obras do Novo PAC no Centro Histórico

UF	Município	Nome da Proposta	Tipo de Ação	Fase
MA	São Luís	Recuperação do sobrado à R. de Nazaré, 135 - Anexo do Museu de Gastronomia	Obra	Projeto Executivo em execução
MA	São Luís	Restauração da Igreja de Santana	Obra	Projeto Executivo concluído
MA	São Luís	Restauração da Igreja de São João	Obra	Projeto Executivo concluído
MA	São Luís	Restauração da Igreja do Carmo	Obra	Projeto Executivo em execução
MA	São Luís	Restauração de Casarão da Rua da Estrela 585 - Implantação do Polo Digital	Obra	Projeto Executivo em execução
MA	São Luís	Restauração do imóvel da R. 14 de Julho - Teatro Tablado - UFMA	Obra	Obra em andamento
MA	São Luís	Restauração do Palácio das Lágrimas - UFMA - Palácio da Ciência	Obra	Obra em licitação
MA	São Luís	Restauração do Sobrado à Rua do Giz esquina com Rua 14 de Julho - Escola de Música da UEMA	Obra	Projeto Executivo em execução
MA	São Luís	Restauração do Sobrado da Baronesa de São Bento - COTEATRO	Obra	Projeto Executivo em execução
MA	São Luís	Restauração do Sobrado da Praça Antônio Lobo - Casa do Estudante - UEMA	Obra	Projeto Executivo concluído
MA	São Luís	Restauração do Sobrado da Rua Portugal nº 303	Obra	Projeto Executivo concluído
MA	São Luís	Restauração do Centro Cultural Odylo Costa Filho - São Luís/MA	Projeto	Plano em elaboração
MA	São Luís	Restauração do Museu Casa de Nhozinho - São Luís/MA	Projeto	Plano em elaboração
MA	São Luís	Restauração do Museu Histórico e Artístico do Maranhão - São Luís/MA	Projeto	Plano em elaboração

Fonte: Iphan (2024)

Foi nesse cenário que, em 12 de junho de 2023, a Casa do Tambor de Crioula¹², recebeu o presidente do Iphan, Leandro Grass, acompanhado de técnicos e representantes dos departamentos do órgão que atuam em diferentes perspectivas: Desiree Tozi (Diretora do Departamento de Articulação, Fomento e Educação), Andrey Rosenthal Schlee (Diretor do Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização), Deyvesson Gusmão (Diretor do Departamento de Patrimônio Imaterial), Daniel Sombra (Diretor Substituto do Departamento de Ações Estratégicas) e a Superintendente do Iphan/ Maranhão, Lena Brandão. O evento, que teve como tema “Vamos conversar sobre o Patrimônio?”, contou com a participação de vários

¹² A Casa do Tambor de Crioula está localizada na Rua da Estrela, Centro Histórico de São Luís. O espaço conta com área de convivência, salas para realização de oficinas de dança e percussão, auditório e salão de exposição voltado a essa expressão cultural de matriz afro-brasileira. Essa manifestação envolve dança circular, canto e percussão de tambores, sendo praticada ao ar livre, em praças, no interior de terreiros, entre outros. Sua realização não necessita de calendário pré-fixado, mas costuma ser dedicada em louvor a São Benedito (Iphan, 2018).

representantes de manifestações da cultura popular do estado como o *Bumba Meu Boi*, o *Tambor de Crioula*, a *Capoeira*, a *Literatura de Cordel*, o *Repente* etc., assim como moradores do Centro Histórico, lideranças comunitárias, estudantes e pesquisadores de várias áreas.

O debate foi voltado aos investimentos públicos em torno do patrimônio material e imaterial da região. Na ocasião, a professora Martina Ahlert e eu estávamos presentes como pesquisadoras da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), haja vista que a temática estava relacionada aos nossos interesses de pesquisa. O presidente do Iphan iniciou sua fala agradecendo a presença de todos os brincantes da cultura popular e, em seguida, destacou o planejamento e a retomada dos recursos e orçamentos federais para a reconstrução de projetos nas áreas patrimoniais. Falou, especialmente, da participação popular na implementação dessas políticas públicas no país, enfatizando as iniciativas que contemplam o Centro Histórico de São Luís. Durante a conversa, moradores da região e vários artistas populares reivindicaram ações e levantaram demandas em relação à proteção e à garantia de direitos sociais para esse segmento da cultura do estado, bem como reformas de espaços para criação de arte; ações de salvaguarda das práticas artísticas locais e programas de habitação social no Centro Histórico.

O presidente do Iphan fez uma fala esclarecendo as divisões e as atividades referentes às competências dos entes federativos que trabalham com os diferentes tipos de patrimônio. Para evitar qualquer tipo de equívoco e confusão entre as demandas, ele falou sobre as funções municipais, estaduais e federais desses projetos, bem como os diferentes papéis das secretarias do Estado brasileiro voltados às políticas patrimoniais. Também informou os inúmeros campos de atuação do Iphan, conectando as áreas da economia, cultura, educação, tecnologia, sustentabilidade etc. Por fim, ponderou que muitas das questões que foram requeridas podem ser efetivadas se houver parceria entre os órgãos públicos, privados e a sociedade civil. Disse ainda que a atual gestão do Iphan está comprometida e trabalhando ao máximo para executar suas funções, pensando na preservação do patrimônio da cidade, especialmente com quem mora, trabalha e frequenta essa região.

No dia seguinte, 13 de junho, Rosangela Pinheiro (pesquisadora do LEAP e colega de trabalho) e eu fomos assistir ao “II Seminário Nacional de Patrimônio Histórico: Diversidade em Diálogos Permanentes”, realizado no Convento das Mercês, bairro do Desterro no Centro Histórico. Fomos no intuito de compreender os principais debates sobre projetos políticos e sociais voltados ao Centro Histórico. Observamos que a maior parte do público presente, assim como as discussões sobre o patrimônio dessa região, estava sob o domínio dos profissionais da arquitetura, dado que o encontro foi realizado pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo

(CAU). O evento teve o apoio do Fórum Internacional de Patrimônio Arquitetônico (FIPA) e da Fundação Municipal de Patrimônio Histórico de São Luís. O seminário também contou com a presença do presidente Iphan, o presidente Ordem dos Arquitetos Portugueses (OA), o presidente CAU nacional, o presidente e o conselheiro federal da CAU-MA, coordenadores do FIPA Brasil e Portugal, além de professores e pesquisadores de arquitetura da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), da Unidade de Ensino Superior Dom Bosco (UNDB), da Universidade de Aveiro (UA) e do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB).

Em uma das mesas, intitulada “Atuação Profissional em Patrimônio e Assistência Técnica”, os palestrantes, Andrey Schlee, Márcio Coelho de Carvalho, Rui Leão, Luiza Madeiro, Danilo Matoso e Cristina Barreiros, falaram sobre práticas de preservação do patrimônio cultural brasileiro, no âmbito da Arquitetura e Urbanismo. Enfatizaram a importância de ações interinstitucionais para a promoção da “assistência técnica” e intervenções (materiais e imateriais) em ambientes voltados à preservação dos acervos arquitetônicos patrimoniais em nível nacional, estadual e municipal.

Pensando lógicas de “recuperação” e “preservação” do patrimônio material, o palestrante Andrey Schlee, diretor do Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização (Depam/ Iphan), apresentou alguns projetos que vêm sendo executados por ele e pela equipe, a partir da nacionalização e estruturação de Canteiros-modelo em várias cidades do Brasil, através do programa “Patrimônio Cidadão”¹³. O objetivo principal do Programa consiste na oferta de assistência técnica pública e gratuita para a intervenção e conservação de bens tombados que estão em situação de precariedade financeira e sob emergência de segurança. Assim, ele apontou os componentes fundamentais para sua operacionalização, tendo em vista os diálogos entre Iphan e os governos federal, estadual e municipal, assim como as universidades, os institutos federais, os organismos e as agências internacionais.

Outro ponto de debate teve a ver com os modos de ocupação dos espaços, especialmente casarões, e sobre os desafios em torno da fiscalização dos imóveis. Os palestrantes falaram sobre as práticas de uso cotidiano dos ambientes, e como elas podem ser adequadas às diretrizes de preservação patrimonial. Sinalizaram as dificuldades de notificar muitos dos proprietários dos imóveis em relação a deterioração dos espaços, almejando que estes contribuam com as políticas de preservação da área. Conforme o “Manual do Centro Histórico: São Luís,

¹³ “O programa articula todos os departamentos do Iphan com diversos segmentos da sociedade para um movimento de reparação histórica, promoção do desenvolvimento territorial e da dignidade humana, por meio da preservação do Patrimônio” (Iphan, 2024).

Patrimônio Mundial” (2023), a isenção do pagamento de Imposto Predial e Territorial Urbano¹⁴ (IPTU) para os imóveis tombados na região é uma das medidas implementadas para incentivar a conservação dos casarões. Essa estratégia busca reduzir os custos para os proprietários, incentivando a preservação e o uso dessas construções, e, ao mesmo tempo, destacando sua importância para a valorização do patrimônio histórico da cidade. Assim, uma das palestrantes, a Juíza Luzia Madeiro Neponucena, da Primeira Vara Agrária da Comarca de São Luís, falou sobre a necessidade de regularização da área urbana dos municípios da ilha, apresentando informações sobre conflitos fundiários no Maranhão e na capital do estado. Discursou sobre pactos federais relacionados à regularização das áreas urbanas da cidade, incluindo a área tombada do Centro Histórico.

Também enfatizou as legislações e as normatizações (federais, estaduais e municipais), assim como as lógicas de posse e propriedade em espaços públicos e privados da região. Por fim, expressou, a partir de uma perspectiva jurídica, os desafios encontrados pelo Estado em relação ao uso dos espaços no Centro Histórico de São Luís, tendo em vista a complexidade das relações em torno das “ocupações irregulares” nos imóveis, que abrem margem para inúmeros debates sobre direitos e deveres de pessoas e instituições sobre a área.

Além dessas questões, os palestrantes e o público presente debateram projetos em torno de um tipo de arquitetura que visa a “preservação” e os “usos sociais” dos espaços patrimoniais no país, apresentando exemplos “positivos” de outras cidades na região nordeste e no restante do Brasil, tanto em espaços urbanos quanto em áreas rurais de “preservação natural”. Diante disso, uma das participantes do evento, que estava como ouvinte, mencionou, de forma crítica, ter elaborado um material sobre mapeamento de patrimônios arquitetônicos para um município do estado de São Paulo, cuja prefeitura nunca repassou o acesso desse material à população da cidade. A partir disso, ela faz um questionamento: *“Quanto materiais são elaborados pelos profissionais da arquitetura, mediante contratação de órgãos públicos, que nunca foram apresentados à população?!”*. Depois da colocação, os palestrantes entraram num debate sobre essas situações, apontando como os órgãos públicos, que tem como foco o “patrimônio arquitetônico”, precisam ter práticas voltadas à “educação patrimonial” nas cidades brasileiras. Dando ênfase às “responsabilidades individuais” dos “cidadãos” que vivem nesses espaços, falaram como as “práticas de cuidado” e os investimentos comerciais podem “valorizar” e “fomentar” o turismo nas áreas patrimoniais.

¹⁴ O imposto municipal é cobrado anualmente sobre a propriedade de bens imóveis urbanos, como terrenos, casas e prédios. O valor do IPTU é calculado com base no valor venal do imóvel, ou seja, o valor estimado para fins de tributação.

Em meio a esse debate, o palestrante Márcio Carvalho, conselheiro federal suplente do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Ceará, enfatizou alguns pontos que são cotidianamente levantados por nossos interlocutores do Centro Histórico e que instigam parte da discussão que proponho neste capítulo. Ele disse que é preciso ter muito cuidado com a organização de eventos dessa proporção (tal como o que estávamos participando), pois os palestrantes não devem falar apenas com os pares, enfatizando a necessidade de diálogo com as pessoas que moram e vivem o cotidiano dessas áreas. Ele ainda fez críticas a projetos de reforma nos espaços patrimoniais que estão voltados quase exclusivamente aos moradores das classes altas e aos empreendimentos turísticos, levantando a seguinte questão: *“Que visão é essa que o turista tem que ser saciado? Por que pensamos patrimônios históricos só para receber turistas? É preciso pensar na habitação para quem vive nas cidades, e não para turistas, o turismo tem que ser consequência!”*.

Parto dessa provocadora fala para pensar as discussões sobre “como preservar” e “para quem preservar” o “patrimônio” do Centro Histórico. Utilizo aqui informações de fontes diversas no intuito de perceber a circulação dessas narrativas. Em maior grau, dou atenção às conversas com nossos interlocutores, compreendendo como essas questões atravessam o cotidiano local. Também disponho de matérias de dois dos maiores jornais do Maranhão, cuja maior parte dos conteúdos estava voltada para os discursos sobre a “destruição” material e a necessidade de “revitalizar” a área. Além disso, várias notícias divulgadas em redes sociais (como em páginas no *Instagram*) dão suporte a esta pesquisa. Os relatos explicitam, de maneira geral, as percepções e opiniões das pessoas acerca da “proteção” e da “perda” do Patrimônio Histórico da cidade.

No meu cotidiano, entre familiares e amigos, também ouvi diversas vezes que o Centro Histórico de São Luís estava “em ruínas” e fui alertada sobre os perigos do lugar. Em épocas de chuva na cidade, alguém sempre falava que os casarões poderiam desabar, por isso eu deveria evitar passar muito perto ou entrar nos percebidos como mais arruinados. Também me falavam sobre o perigo de furtos e assaltos, especialmente em duas ocasiões, em ruas muito vazias e no caso de aglomeração, como nas sextas-feiras e domingos de festa na área. Em ambas, os ambientes ficam “mais propícios para os criminosos”. Como esses conselhos foram muito recorrentes durante a minha pesquisa, aqui me interessa, especificamente, pelo contexto dessa pretensa “degradação”, tanto material (arruinamento) quanto social (comportamentos “desviantes”), tendo em vista que esse tema costuma ser apresentado como grande ameaça à preservação desse patrimônio que é o Centro Histórico da cidade.

Vários representantes políticos, técnicos, jornalistas, juristas, pesquisadores, intelectuais e artistas, assim como pessoas que moram, trabalham e frequentam a localidade, estão constantemente disputando, articulando e criando significados sobre essa região. Em diversos níveis de atuação e impulsionados por variados interesses, é possível perceber como as *práticas* e os *discursos* políticos, institucionais e cotidianos, moldam as maneiras de enxergar e habitar esses espaços. Como longamente discutida na tradição antropológica, compreendo que esta é uma das tantas possibilidades etnográficas que busca apresentar essa região por um determinado prisma. Dessa forma, ancorada nessa perspectiva antropológica (Geertz, 2008; Wagner, 2010; Peirano, 2014; Fonseca, 1999), busco fugir das “noções evidentes” sobre os espaços e as pessoas que vivem nesse lugar. Por meio da convivência com diversos interlocutores, em diferentes ambientes do Centro Histórico, e da análise dos discursos midiáticos sobre essa região, pretendo situar algumas narrativas que emergem sobre essa área da cidade. Isso é feito à luz de determinadas abordagens teóricas que exploram as noções de “ruínas”, “violência” e “estigmas” e ajudam compreender o cotidiano do Centro.

Inicialmente, é importante destacar que as discussões deste capítulo se baseiam em uma concepção de ruína que, segundo José Reginaldo Santos Gonçalves (1996), costuma ser a perspectiva mais abordada no Brasil: como perda, abandono e esquecimento da história – concepção semelhante a que surgiu no meu trabalho de campo. Isso está associado tanto à perda de uma história que envolve grandes acontecimentos da sociedade (como quando se lamenta com nostalgia os clubes, as festas), como também um “esquecimento” da vida e das práticas cotidianas da população de um determinado lugar, principalmente se estes “monumentos arruinados” fizerem parte de algum tipo de patrimônio histórico e cultural, como é o caso dessa área de São Luís.

2.2 “É tudo nosso”: narrativas e stigmas relacionados à “destruição” do patrimônio

Desde a década de 1970, vários programas de revitalização foram concebidos para o Centro Histórico de São Luís. Um levantamento bibliográfico realizado pelo LEAP em 2020 mostra, de maneira detalhada, que muitos desses projetos foram implementados, total ou parcialmente, por diferentes administrações governamentais (ver apêndice A). Esse tema permanece recorrente nos discursos e nas agendas políticas da cidade, como evidenciado em

diversas matérias jornalísticas coletadas durante a pesquisa¹⁵. A persistência nas iniciativas de “revitalização” busca não apenas “preservar a herança cultural”, mas também “promover o desenvolvimento social e econômico da região”.

Figura 6 - Rua da Palma, Desterro, Centro Histórico (2024)



Fonte: registro de campo (junho de 2024)

Mais do que “revitalizar” os edifícios e monumentos, os representantes políticos buscam transformar o modo de vida social e econômico da área. De acordo com alguns políticos citados nesses veículos, como o ex-deputado e ex-secretário de Estado de Esportes e Lazer, Joaquim Haickel, os projetos de revitalização podem deixar o Centro Histórico de São Luís mais parecido com “cidades importantes” da Europa:

Os governos municipal, estadual e federal, esse através do Iphan, deveriam estabelecer conjuntamente uma espécie de prefeitura do CHSL, com poderes para funcionar com mais eficiência, efetividade e eficácia as paquidérmicas estruturas atualmente existentes. Um administrador que pudesse fazer girar as engrenagens em cada uma das esferas de poder, que fizessem o nosso Centro Histórico ser em algum

¹⁵ Essas matérias foram sistematizadas e podem ser encontradas no relatório de Iniciação Científica, do ano de 2021, de Antônio Olávio da Rocha Neto, intitulado “Moradia, ocupação e relações com o Estado do Centro Histórico de São Luís (MA)” e na minha monografia de graduação intitulada “Socialidade no Centro Histórico de São Luís (MA): formas de habitar os casarões da cidade” defendida em 2022, sob a orientação da professora Martina Ahlert.

tempo como os de cidades importantes como Londres, Paris, Lisboa ou Madri. Será que isso é sonhar muito alto? (O Estado, 2015).

Além do desejo de transformar a região em termos estéticos, para “fortalecer o comércio” através da circulação de turistas, na mesma matéria, Haickel fala sobre como essas medidas devem ser pensadas visando a ocupação por órgãos públicos, a ocupação comercial e o “repovoamento habitacional” dessa área da cidade:

Se os governos municipal e estadual querem realmente valorizar o Centro Histórico da cidade de São Luís, que instalem nele os escritórios de seus órgãos administrativos, que incentivem a ocupação comercial dessa região e realizem o repovoamento habitacional dessa área tão importante de nossa cidade (O Estado, 2015).

No discurso, a ênfase dada à necessidade de um repovoamento da região, através de políticas voltadas ao comércio e ao turismo, caracteriza o Centro Histórico como um espaço vazio. Nesse sentido, termos como “reabitação”, “reabilitação” e “revitalização” estão em constante uso no vocabulário da mídia e do poder público. Além dos veículos de comunicação, essa declaração sobre o “vazio” (ou não) do Centro me chamou atenção durante o campo. Em outubro de 2023, participei de uma oficina sobre o “Patrimônio Cultural” na Casa do Bairro¹⁶, no Centro Histórico. A atividade foi voltada à comunidade do Desterro, e fez parte do projeto de nível nacional, o “Inventário Participativo”, organizado por profissionais de vários locais do Brasil como São Paulo, Minas Gerais, Pará, Ceará e Maranhão. Na oficina, estavam presentes pesquisadores da geografia, história, ciências sociais, arquitetura e turismo. Foi nesse momento que conheci o Paulo César, um homem de trinta e poucos anos, pardo, de estatura média, formado em turismo, mestrando em geografia pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), que trabalha com pesquisa sobre o Centro Histórico há alguns anos.

No decorrer da atividade, ele me falou que há certo tempo “suspeita do esvaziamento do Centro” e que vem conversando com algumas pessoas sobre isso. Chegou à conclusão que a região está cada vez mais desabitada. Disse que muitos pontos comerciais dos bairros estão fechando e já ouviu várias histórias de pessoas que foram expulsas de casarões – muitos por causa de situações envolvendo o “uso de drogas”. Ele afirmou sua percepção mesmo sem apresentar dados concretos que a comprovem. Além disso, lamentou essa situação, pois

¹⁶ A Casa do Bairro está localizada na Rua da Palma, Centro Histórico de São Luís. O espaço serve como um ambiente de comunicação entre os moradores da região e a prefeitura municipal, através da realização de atividades e incentivo à preservação do patrimônio histórico da cidade. O projeto foi realizado numa ação integrada entre a prefeitura municipal, através da Fundação Municipal de Patrimônio Histórico (Fumph) e o Instituto do Patrimônio Histórico Nacional (Iphan), bem como o apoio de outros órgãos.

acreditava que quanto mais pessoas morando nos bairros, menor seria o descaso e o perigo da área. Falou ainda que não acha que a área deve ser pensada exclusivamente para os turistas, mas sim para os moradores. Também desejava que o Centro fosse movimentado durante o dia e à noite, pois isso geria “vida” e mais “segurança”. Em seguida, me perguntou se eu sabia algo sobre “esvaziamento do Centro”. Eu falei que conhecia um pouco desse discurso através dos trabalhos do nosso grupo, da pesquisa que fizemos nos jornais e também pelas conversas com alguns moradores da região, mas que não possuía dados precisos sobre o assunto, em termos estatísticos.

Expressei minha percepção sobre a noção de “vazio” na região (e não apenas em relação à moradia), entendendo-a como algo dinâmico e mutável, moldado por fatores sociais, temporais e espaciais. Por exemplo, durante a pesquisa, percebi que muitos representantes do governo e da mídia, consideram a área “vazia” quando não está sendo utilizada economicamente por grandes estabelecimentos. Com isso, ignoram a convivência comunitária e as formas de economia popular que dinamizam a região. Observei também, conversando com alguns turistas e principalmente acompanhando reportagens na TV local sobre a cidade, que muitos visitantes têm uma percepção ambivalente do Centro Histórico, enxergando-o tanto como um espaço “vazio”, “descuidado” e potencialmente “perigoso” quanto como um local repleto de “curiosidade” e “encanto” que os motiva a retornar. Além disso, ao interagir com moradores e trabalhadores da área, percebemos que muitos veem o Centro como um espaço vibrante, cheio de significados, interações e dinâmicas sociais. Eles destacam que é um lugar onde há muita vida e onde histórias e memórias são constantemente construídas. Logo, a interpretação do “vazio” varia conforme quem emite o discurso. Essa percepção se tornou mais evidente enquanto caminhava por certos locais, que pareciam “desertos”; mas, ao dobrar uma esquina, encontrava outras ruas bastante movimentadas, cheias de comércio, atividades e festas.

Em várias ocasiões, ao caminhar pela área do Desterro, como na Rua Quatorze de Julho, por exemplo, percebia a rua vazia de pessoas em alguns horários, mesmo durante o dia, entre a manhã e à tarde. No entanto, ao chegar à área do *Reviver*, na Praia Grande, na Rua do Giz e Rua da Estrela, o movimento era bem maior, principalmente aos finais de semana, com um fluxo constante de pessoas circulando e frequentando os comércios locais, que se intensificava durante à noite. Essas variações de fluxo de pessoas ocorriam por apenas poucos metros de distância, entre uma rua e outra. De maneira semelhante, em outras áreas, como na Rua Afonso Pena, a circulação de pessoas era reduzida durante os dias de semana, mas também se intensificava nos finais de semana. Mas ao chegar à Avenida Magalhães de Almeida, o

movimento aumentava consideravelmente, com mais pessoas e mercadorias, devido ao acesso ao Mercado Central da cidade. Percebi, assim, que a presença (ou ausência) de pessoas varia conforme o local, o dia e o horário, tornando-se mais ou menos “visível”.

Isso me leva a compreender a ideia de “vazio” como algo que não é “absoluto”, pois está sendo disputado por diversas narrativas. Em “Sistemas Políticos da Alta Birmânia” (1996), Leach argumenta que o mundo social é constituído de expressões que ultrapassam a linguagem falada e que produzem significados complexos nas dinâmicas dos grupos. Para o autor, a linguagem (verbal ou não) comunica e cria significados - de modo que a comunicação pode ser pensada como um ritual - sobre aquilo que se pretende disputar ou afirmar. Utilizar determinadas categorias ou forma de expressão, portanto, molda a realidade social e influencia as interações humanas. Dessa forma, utilizar “vazio” para se referir à ocupação do centro não é algo sem consequências ou intenções.

John Austin (1962) nos mostra que não existe uma separação clara entre palavras e ações no âmbito da linguagem. Para ele, os significados presentes nos enunciados possibilitam a realização de ações que moldam o mundo social, pois as narrativas vão além de meras descrições, contribuindo efetivamente para a constituição da realidade. Nesse mesmo eixo de discussão, Richard Bauman (1986) afirma que narração e interpretação são processos interconectados que nos permitem desenvolver uma compreensão coerente sobre os “eventos”. Para o autor, um evento não é apenas um fato isolado, mas é algo que adquire significado por meio das interpretações sobre as histórias contadas. Ou seja, os “eventos” se constituem através das narrativas. Nesse sentido, em “Narrar o mundo: estórias do ‘povo da rua’ e a narração do imprevisível” (2007), Vânia Cardoso ressalta o poder do ato de narrar, mostrando que as narrativas não se limitam a criar “representações simbólicas”, mas, por meio da “dimensão performativa”, desempenham um papel essencial na construção do mundo social. É a partir desse arcabouço teórico que penso ser possível ver como as formas de contar sobre o Centro Histórico atuam também o constituindo continuamente, formando um conjunto de formas de ver esse espaço da cidade.

Assim, no que se refere à relação entre “narrativas” e “ações” na construção da noção de “vazio” do Centro, considero essenciais as discussões apresentadas no texto “Um centro habitado: casa, mobilidade e mobilização em São Luís (Maranhão)” (2024). Nele, Ahlert e Bezerra apresentam diversas situações que desafiam a noção de “abandono” da região, explanando discussões que perpassam a ideia de um “vazio demográfico”. As autoras apontam nas suas pesquisas, como essa narrativa não é reflexo de um cálculo entre espaço e pessoas,

mas, tal como acionado constantemente pelo poder público (através de gestores do Estado) e pela mídia local, possui uma certa moralidade que não apenas legitima, mas também estimula e agrava vários tipos de desigualdades na região. De acordo com elas, as casas que são compreendidas como vazias, muitas vezes, estão ocupadas por corpos “invisibilizados” na sociedade e que não possuem legitimidade de estarem ali, pois são vistos como não pertencentes a esses espaços – no caso, ao Centro “patrimônio da humanidade”.

Voltando ao dia do evento, conversando com uma professora de história que também estava no encontro, uma jovem branca do sudeste do Brasil, ouvi um discurso semelhante ao do Paulo César sobre o Centro Histórico. Ela falou que quando mudou para São Luís pesquisou sobre o bairro do Desterro e achou a paisagem arquitetônica do local muito bonita. Pensou em alugar uma casa na localidade, pois, além da beleza da área, isso facilitaria o desenvolvimento de sua pesquisa em termos de locomoção. Entretanto, algumas pessoas lhe disseram que o lugar era muito deserto e perigoso, e que seria melhor não morar lá. Por esses motivos, ela decidiu morar em outra região da cidade, próximo à área litorânea.

Essas declarações sobre o perigo na região foram recorrentes durante o campo. Além disso, acompanhei várias notícias sobre brigas, furtos, assaltos e até mortes na localidade. Como afirmam alguns interlocutores, nos últimos anos, com a retirada dos vigilantes que trabalhavam nos principais casarões públicos, como os museus, e também pela falta de policiamento nas ruas, as situações de insegurança na área se agravaram. Os ataques ao patrimônio material da região ficaram cada vez mais evidentes e as repercussões dos casos foram ganhando a mesma proporção. Nesse cenário, mais precisamente em abril de 2024, alguns vídeos circularam nas redes sociais e nos telejornais locais mostrando o sucateamento do “Centro de Criatividade Odylo Costa Filho”, localizado na “porta de entrada” do Centro Histórico, no bairro Praia Grande.

Esse espaço, que já funcionou como um dos principais palcos da arte e cultura popular maranhense, foi criado em 1980 no intuito de promover atividades educacionais, artísticas e culturais na cidade. Sua estrutura material é constituída por dois grandes blocos: um no térreo e outro no pavimento superior. Os ambientes do casarão foram divididos por salas voltadas às atividades artísticas/educacionais e outras aos serviços administrativos. Também foi a casa do “Cine Praia Grande”, do “Teatro Alcione Nazaré”, da “Biblioteca Ferreira Gullar”, de galerias de exposição, serviços de espaços culturais, além de cursos de formação profissional em áreas diversas. O prédio foi fechado para reforma em 2021 e transferido da Secretaria de Estado da

Cultura do Maranhão (SECMA) para a Secretaria de Estado da Educação do Maranhão (SEDUC), ficando fechado e “parado” desde esse período.

Figura 7 - Fachada e galpão do Centro de Criatividade Odylo Costa Filho (2014)

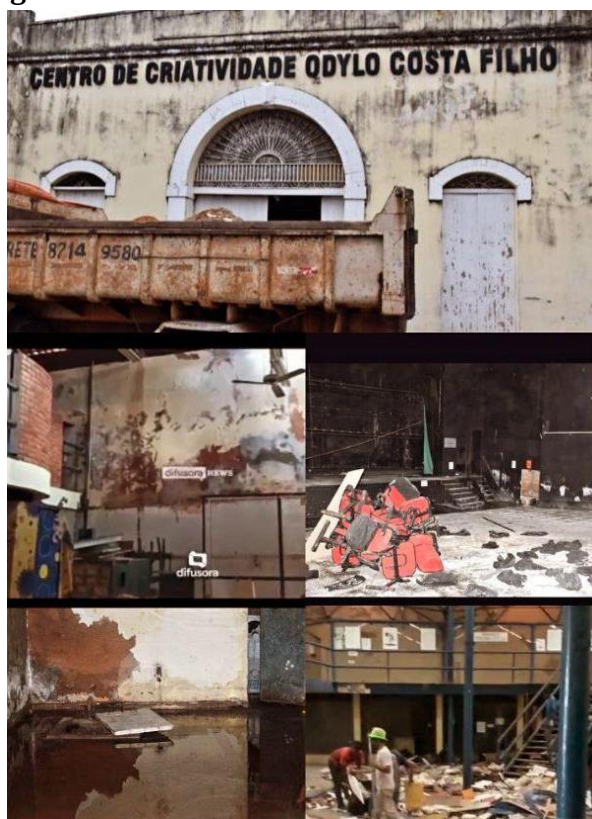


Fonte: Imagens registradas no site “Arte fora do Museu”

Na ausência de vigilantes, durante os últimos meses, o casarão foi invadido e saqueado por pessoas que frequentam a localidade e conhecem bem as condições do espaço. Alguns dias antes da repercussão do caso mostrado pelos canais televisivos locais, fazendo campo pela região e passando em frente ao prédio, percebi que a porta da entrada principal estava entreaberta, e pude observar, muito rapidamente, apesar da escuridão, que vários objetos e materiais estavam espalhados dentro do casarão. Imaginei que se tratasse de alguma ação de reforma do espaço, já que não vi nenhuma movimentação “suspeita” naquele momento. Entretanto, vi, dias depois pelas redes sociais, que o espaço havia sido invadido e parte do seu material furtado e destruído. Vários vídeos e fotos do ambiente circularam mostrando a situação do prédio.

Inicialmente, o caso repercutiu por conta dos furtos dos objetos de infraestrutura (cadeiras, mesas, congeladores, ares-condicionados, lâmpadas, fios elétricos etc.) e dos itens do acervo público (azulejos centenários, livros, obras de arte). Contudo, o caso ganhou intensidade à medida que evidenciou as condições materiais do espaço pela falta de manutenção pública. Ele foi depredado. As cadeiras do Teatro Alcione Nazaré, que integra o Centro de Criatividade, foram danificadas. Luminárias quebradas. O forro e parte do telhado foram ao chão. A estrutura de ferro e madeira que sustentava o palco foi totalmente prejudicada. Além das condições materiais de sustentação do prédio arruinadas, vários outros itens foram extraviados.

Figura 8 - Imagens externas e internas do Centro de Criatividade (2024)



Fonte: Imagens divulgadas nas redes sociais

A situação reverberou com intensidade, e logo um grupo de artistas da cultura popular maranhense criou uma página no *Instagram* chamada “Salve o Odylo”, para evidenciar os relatos e as condições do espaço. Na página, compartilharam o *link* de um grupo no *WhatsApp* com a mesma campanha. Decidi entrar nele para acompanhar os relatos com mais detalhes. Até o momento desta escrita, havia 125 membros nele, entre estudantes, artistas, jornalistas, advogados, historiadores e arquitetos e moradores da área. O grupo surgiu com o intuito de mobilizar e divulgar notícias relacionadas ao caso, como uma forma de pressionar os órgãos competentes do governo e os agentes do Estado que são responsáveis pela reforma, pela abertura e pela manutenção do casarão. Em vários perfis das redes sociais, as pessoas reivindicaram políticas de preservação material e imaterial do Centro de Criatividade e pediram a punição não apenas dos “vândalos”, mas também dos responsáveis legais por esse patrimônio.

Na mesma semana desse acontecimento, em entrevista ao telejornal local “Bom Dia Maranhão”, a cineasta e idealizadora do festival “Maranhão na Tela”¹⁷, Mavi Simão, lamentou

¹⁷ Maranhão na Tela é um festival de cinema focado no fomento à produção audiovisual maranhense, que teve sua primeira edição em 2007, através da colaboração de artistas, cineastas e órgãos de incentivo à cultura do estado e do governo federal.

os ataques ao casarão, rememorando momentos vividos no ambiente, e cobrou a reforma dos espaços do prédio, que, num passado recente, foram dedicados à cultura popular do estado:

Foram dias únicos e depois daquele dia acabou! Cadê a casa do “Guarnicê”¹⁸? Cadê a casa do “Maranhão na Tela”? Cadê a casa das peças de teatro? Cadê a casa da sala de dança? Cadê a casa dos cursos de artes visuais? Cadê a casa da biblioteca? Cadê a nossa casa? É absurdo! É inaceitável o que está acontecendo! (Mavi Simão, 16 de abril de 2024).

Essa reportagem, replicada na página “Salve o Odylo”¹⁹, recebeu vários comentários de pessoas indignadas com a situação do prédio e também com a falta de manutenção e investimentos em outros espaços do Centro Histórico da cidade. Comentários do tipo: *“É preciso respeitar e preservar nosso patrimônio. A Praia Grande é patrimônio tombado!”*; *“Muito triste! Muitos prédios históricos no Centro da cidade de São Luís estão jogados às traças. Um verdadeiro descaso com a cultura e a história maranhense!”*, e *“O descaso com o Centro Histórico não é de hoje. Eu estou todos dias ali e posso afirmar que a falta de política pública está destruindo nosso patrimônio. O Odylo é apenas uma ponta de tantas outras!”* são alguns exemplos de como parte da população da cidade enxerga e manifesta sua percepção sobre a região.

O caso do Odylo chamou atenção para além da destruição do patrimônio, mas também pela velocidade em que vários mecanismos foram acionados em prol de uma resposta pública sobre a situação. Depois do acontecimento e de todo o efeito midiático e popular sobre o caso, o Ministério Público Federal (MPF) abriu um inquérito para averiguar as responsabilidades sobre as condições da estrutura do Centro de Criatividade, e, em menos de uma semana, representantes do governo do estado, como vice-governador do Maranhão, se manifestaram sobre a situação e iniciaram, por meio da Secretaria de Cidades e Desenvolvimento Urbano (SECID), juntamente ao Iphan, o projeto de recuperação do espaço, através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) Cidades Históricas. De acordo do vice-governador do estado, Felipe Camarão (PT), a obra tem previsão de 18 meses e o espaço deve ser entregue totalmente restaurado à população até o final do próximo ano. As “rápidas ações” tomadas pelos órgãos e agentes competentes também nos possibilitam visualizar outras situações em que os

¹⁸ O Festival Guarnicê é um dos mais antigos festivais de cinema e vídeo do Brasil. Foi criado em 1977 e acontece em São Luís (MA). Ele é promovido pelo Departamento de Assuntos Culturais da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e recebe competidores de todo o Brasil.

¹⁹ A página no Instagram é configurada como “pública” e permite que qualquer usuário visualize as interações e comentários dos seguidores.

“furtos”, “perigos”, “violências” e “abandonos” são mobilizados nos discursos sobre o Centro, mas que produzem efeitos diferentes.

Nessa mesma semana, o grupo “Salve o Odylo” divulgou notícias sobre um ataque ao “Museu do Reggae”, localizado na Rua da Estrela, nº 124, Centro Histórico. O Museu é o primeiro do gênero fora da Jamaica e foi inaugurado em 2018 pelo governo do Maranhão. Ainda em seu primeiro ano de existência, conseguiu se posicionar como parte do roteiro turístico da capital, atraindo visitantes de vários lugares do país e do mundo, com mais de 50 mil pessoas visitando o espaço anualmente. O ambiente é dividido por salas que homenageiam os principais artistas internacionais e nacionais do segmento, além de ser revertido com “paredões” de som, quadros em homenagem aos cantores, discos de vinil, instrumentos musicais, televisores e manequins vestidos com roupas nas cores do *reggae*²⁰.

Sabendo desse acontecimento, fui ao espaço para conversar com algum funcionário sobre o caso e lá encontrei uma moça de vinte poucos anos, negra, que estava grávida e sentada numa cadeira enquanto fazia o atendimento da loja de camisas dentro do espaço. Nos cumprimentamos e eu expliquei o motivo da minha visita ao museu. Falei um pouco sobre minha pesquisa e perguntei para ela se poderíamos conversar. Ela foi muito simpática e me ofereceu uma cadeira para sentar. Me contou que trabalha na loja há pouco mais de um ano. Disse que a loja não pertence ao museu, na verdade, o espaço no casarão é alugado. A dona da loja de camisas é a mesma dona da lanchonete, que fica logo ao lado. Perguntei sobre a segurança no prédio e ela disse que estava péssima. Contou que naquela semana invadiram o museu e furtaram três televisões. Disse que isso só ocorreu porque o governo “*tirou*” os vigilantes e os substituiu por câmeras de segurança. Falou que os invasores não têm medo das câmeras e só passaram a atacar os museus com mais frequência quando os profissionais de segurança foram retirados da área. Ano passado, ela e outros funcionários estavam sentados conversando quando ouviram um forte barulho. Uma pedra grande bateu na parede e caiu no chão. Todos correram para olhar e perceberam que alguém havia arremessado a pedra da rua para dentro do museu. Na visão dela, isso foi uma tentativa de saber se tinha alguém na parte interna do imóvel, para um possível ataque.

Sobre o roubo dos aparelhos, ela contou que ocorreu às 3 horas da madrugada de um sábado, quando o museu estava fechado. Os homens entraram pela frente do prédio e, como o alarme não acionou, conseguiram levar dois televisores. Minutos depois, voltaram para pegar

²⁰ MA. Museu do reggae é guardião da memória e cultura da capital nacional do reggae. Disponível em: <https://www.ma.gov.br/noticias/museu-do-reggae-e-guardiao-da-memoria-e-cultura-da-capital-nacional-do-reggae>. Acesso em: 14 ago. 2024.

o terceiro, mas, dessa vez, o alarme tocou e eles fugiram levando “apenas” uma, pois não conseguiram pegar mais coisas. Depois do ocorrido, as funcionárias passaram a guardar as camisas e os materiais da loja numa sala, pois antes ficavam expostas nos cabides. Ela disse, ainda, que os governos têm dinheiro para investir em reformas e na segurança dos museus, mas que preferem não fazer. Falou que a polícia foi ao museu e prometeu recuperar os bens, mas foi “*apenas para mostrar que estão fazendo alguma coisa*”. Falou que se a polícia não recuperou os bens do Odylo, com certeza não recuperaria as televisões. Por fim, segundo ela, além dos ataques aos museus, os assaltos em outros pontos da região eram constantes. Sua amiga viu um casal de turistas sofrendo um assalto no estacionamento do Odylo.

Alguns dias após toda essa propagação, pessoas envolvidas na causa de defesa do Centro divulgaram no grupo do *WhatsApp* algumas imagens de caminhões chegando ao prédio do Odylo Costa Filho para recolher materiais que ainda poderiam ser restaurados e preservados. Também mostraram a movimentação de técnicos e jornalistas que faziam matérias sobre a situação do espaço. Na tarde do mesmo dia, decidi ir ao Centro Histórico para tentar conversar com algumas pessoas sobre o acontecimento. Chegando à Praia Grande, observei a movimentação em frente ao prédio. Vi homens e mulheres trabalhando dentro e fora do casarão. Na rua, barracas de alimentos, vendedores ambulantes, artistas produzindo artesanato e várias outras pessoas caminhando pela redondeza. Na calçada do prédio, um vigilante de vinte e poucos anos, branco, estava sentado em uma cadeira de plástico, enquanto outros homens entravam e saíam do casarão com alguns papeis (documentos) nas mãos. Pelo fluxo naquele momento, percebi que não seria possível conversar com nenhuma daquelas pessoas, então segui para a Praça Nauro Machado, logo ao lado, na tentativa de encontrar algum dos nossos interlocutores que trabalham nesse espaço.

Chegando lá, avistei Gabriel, um homem de trinta e poucos anos, branco, vendedor de sanduíches naturais, que conheci em maio de 2023 nessa mesma praça, quando professora a Martina e eu participamos de uma reunião com vendedores ambulantes da área. Naquela ocasião, os vendedores discutiram algumas de suas principais necessidades frente à prefeitura municipal e ao governo estadual. Falaram também sobre a padronização de seus carros e barracas de venda, em meio a um discurso sobre a chegada um hotel cinco estrelas na região, que faz parte da rede hoteleira *Vila Galé*. A construção do estabelecimento foi anunciada oficialmente em 2024 pelo governo do estado, através da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e Programas Estratégicos (SEDEPE).

John Collins em “A razão barroca do patrimônio baiano: contos de tesouro e histórias de ossadas no Centro Histórico de Salvador” (2008), descreve como, nos anos de 1990, o estado da Bahia evacuou moradores dos sobrados do Pelourinho para reformá-los e repassá-los a novos donos e inquilinos, um processo que ele interpreta como uma “análise criativa de um capitalismo selvagem e neoliberal”. Esse movimento, ao colocar a intervenção do mercado como solução para a preservação, gerou a mercantilização do patrimônio histórico. Durante a pesquisa no Centro Histórico de São Luís, foi possível identificar uma dinâmica semelhante à do contexto baiano, com os governos estadual e municipal, nos últimos anos, propondo uma participação direta do setor privado na recuperação de casarões. A intervenção do mercado privado é frequentemente apresentada como uma “grande” solução para lidar com a “deterioração” do patrimônio, com a implementação de políticas neoliberais, a exemplo da chegada da rede hoteleira portuguesa Vila Galé. Apesar de ainda estar em fase de planejamento, o projeto já sinaliza uma tendência de privatização e transformação de espaços da região. Esse tipo de intervenção prioriza o turismo e os investimentos privados, muitas vezes à custa da preservação da memória cultural local e dos modos de vida comunitários nos espaços históricos.

A partir das reflexões do autor, é possível perceber que o caso do casarão Odylo Costa Filho exemplifica o abandono progressivo desses espaços por parte do poder público, um fenômeno que vai além de uma simples “falta de cuidado” administrativo, configurando-se como uma estratégia deliberada inserida em um contexto mais amplo de governança. Esse processo de deterioração gerou, nos últimos anos, diversos debates sobre o uso dos casarões no Centro Histórico. Nesse cenário de “decadência”, a intervenção externa é frequentemente apresentada pelos governantes como a “melhor solução”, com as grandes empresas privadas sendo vistas como a chave para a “revitalização”, sendo aquelas capazes de “cuidar” dos casarões de forma “mais eficiente” – uma narrativa que se difunde e, em certa medida, também é incorporada ao discurso cotidiano.

Voltando a esse dia da concentração no Odylo, enquanto eu comprava um sanduíche com Gabriel, perguntei para ele sobre a movimentação na área e também se ele sabia algo sobre o ataque ao Centro de Criatividade. Rapidamente, ele me falou que sim. Disse que há dias o prédio estava sendo saqueado por pessoas das redondezas, até o invadiram completamente para roubá-lo no dia 10 de abril. Perguntei se ele tinha informações sobre quem invadiu e saqueou o prédio e ele disse que foram homens que vivem nas ruas do Centro. Disse ainda que essas pessoas são “viciadas em drogas” e que constantemente roubam materiais dos casarões e vendem bem barato para “manter seus vícios”.

Me falou ainda, de forma muito discreta, que, dias antes, um homem lhe ofereceu algumas mesas e cadeiras furtadas do casarão em frente à praça, justamente o prédio cotado para se tornar um dos hotéis de luxo da região, antiga Defensoria Pública do Estado. Disse que, geralmente, quem rouba na área são pessoas que “*usam e vendem drogas*”. Falou que recusou os objetos por vários motivos, além de ser crime, pesa o fato de trabalhar há poucos metros do local, e disse que jamais faria isso. Falou que não comenta essas situações com outras pessoas da região, pois fica com receio dos “*caras*” (aqueles que ele considerava os vândalos/criminosos) ficarem sabendo que ele falou para alguém e se vingarem dele. Por isso, apenas recusa o que oferecem e age como se não soubesse dos furtos. Falou também que se um policial perguntar para ele sobre esse tipo de situação, até pode dizer que já viu, mas não vai comentar quem foi, pois “*cabe a polícia investigar e punir os criminosos*”.

Diante dos relatos do Gabriel sobre a situação, visualizo como a associação direta entre os furtos, roubos, destruição do patrimônio na região e o consumo de substâncias psicoativas não é um caso isolado. Percebi que nos jornais, nas redes sociais e nas conversas com várias pessoas que habitam o Centro Histórico, esse discurso é corriqueiramente acionado. Em uma matéria do jornal “O Estado do Maranhão”, além das condições de fragilidade dos casarões por falta de preservação, os jornalistas falam que “*muitas dessas ruínas servem como depósito de lixo e esconderijo para usuários de drogas*”:

Casarões históricos do Centro estão abandonados: muitos dos casarões do Centro Histórico da cidade, principalmente aqueles localizados no bairro da Praia Grande, estão com paredes rachadas ou reboco comprometido; telhado ou parte dele desabando; madeira do assoalho solta; sem portas ou janelas. Em alguns, as paredes já foram tomadas por plantas que crescem sem controle. Muitas das ruínas servem como depósito de lixo e esconderijo para usuários de drogas (O Estado, 2016).

A matéria do jornal discute como o “abandono” dos casarões gera problemas na estrutura material dos imóveis e ocasiona questões relacionadas à presença de “usuários de drogas”. Essa perspectiva revela uma seleção nas escolhas dos casos publicados, que geralmente se concentram em uma população específica da cidade, como pessoas em situação de rua e usuárias de substâncias psicoativas. Além disso, os tons pejorativos que são constantemente utilizados por esses grandes veículos de comunicação do Maranhão, pouco (ou nada) se comprometem com dados sociodemográficos em relação aos usos de substâncias lícitas e ilícitas no país. Por isso essas ideias não podem ser apresentadas e aceitas de forma naturalizada, mas sempre colocadas em questionamento, considerando os inúmeros fatores que estão relacionados a essas condições sociais. Pesquisas apontam que boa parte dos

consumidores de “drogas” no Brasil são pessoas brancas de classe média e da elite, como indica a Fundação Getúlio Vargas (FGV, 2007). Isso leva a perceber que o “problema” em si não está no “consumo de drogas” nessa região, mas sim em “quem” as consome. Essa abordagem não apenas reforça estereótipos, mas também estabelece uma associação direta entre esses estigmas e os supostos “perigos” da área.

Muitas vezes esses jornais classificam a região e as pessoas que vivem nela a partir de uma única perspectiva. Por isso, a crítica a esses veículos se dá por entender que mais do que “divulgadores de notícias”, esses meios de comunicação atuam também como criadores e propagadores de “opinião pública”, sendo responsáveis não apenas pelo “conteúdo”, mas pelas escolhas que fazem ao divulgá-los. Esses temas perpassam informações concretas, mas também suposições que envolvem casos de crime contra as pessoas e contra o patrimônio por parte de determinados grupos sociais que carregam estigmas relacionados à raça e classe.

Como aponta o professor e pesquisador Fernando Resende, da Universidade Federal Fluminense, no texto “O jornalismo e suas narrativas: as brechas do discurso e as possibilidades do encontro” (2009), pensando um caráter dialógico, no exercício do discurso, os fatos produzem sentidos e podem desencadear outros polos possíveis sobre a “compreensão do cotidiano”. Nessa perspectiva, podemos perceber os jornalistas como “agentes de ação” que “não se fazem exclusivamente de um único lugar”, pois estão situados em meio aos “jogos de força” da “representação” do mundo social. Assim, os jornalistas estão em constante troca com outros “sujeitos” no mundo, como, por exemplo, as próprias pessoas que investem, compram e consomem seus conteúdos. Isso implica nas escolhas e nas formas de apresentar e discutir certas situações em determinados espaços sociais. Por exemplo, em outra matéria do mesmo veículo, os jornalistas enfatizam a destruição do patrimônio e os perigos de circular pelas ruas do bairro da Praia Grande, destacando não apenas a insegurança provocada por fiações elétricas expostas, mas também o risco de assaltos e o “vandalismo” nessa área do Centro Histórico:

Os postes das ruas do Centro Histórico estão, em sua maioria, com a fiação exposta, após a retirada indevida de placas de ferro que ficam em suas bases. O perigo é ainda maior por causa das chuvas que atingem a capital, que podem causar um curto-circuito na fiação. Turistas e moradores ficam inseguros, principalmente à noite, uma vez que a maioria das luminárias não está funcionando. A ação dos vândalos também facilita os assaltos na região (O Estado, 2018).

Esse tipo de discurso apareceu várias vezes em outras matérias durante o levantamento que realizados em jornais de circulação local. Além disso, ele não se distancia do meu contexto de campo, ao contrário, faz parte de uma matriz de discussões constante sobre “degradação”,

“abandono” e “violência” do Centro Histórico. Evidentemente, certas situações refletem elementos que podem lembrar os das reportagens. Durante minhas idas e permanências na região, presenciei algumas circunstâncias de violência, apesar de não as considerar majoritárias, nem mesmo quando frequento esses espaços a lazer. Durante o mês em que passei no casarão que funciona como um *hostel*, no Centro Histórico, algumas vezes presenciei homens na rua discutindo com fortes xingamentos. Em uma delas ouvi, durante a madrugada, vários gritos como: *“Eu tenho dinheiro pra comprar minha droga! Eu passo a noite roubando pra comprar minha droga, não preciso de ti...”*. Pelo que entendi, um dos homens envolvidos na confusão negou alguma substância ao outro, e isso gerou o conflito entre os dois.

Em outras ocasiões, vi outras cenas semelhantes. Em uma tarde do mês de abril, enquanto Gabriel organizava sua barraca de vendas, algo inesperado chamou minha atenção. Dois homens, ambos com mais de trinta anos, negros, se aproximaram do antigo casarão da Defensoria Pública. Um deles parecia estar à procura de algo, enquanto o outro, apoiado em uma muleta, tentou entrar pela porta principal. Ao perceberem que ela estava trancada, rapidamente mudaram de estratégia. O homem com a muleta se apoiou na parede para ajudar o amigo a alcançar a janela do segundo andar. Assim que entrou, abriu as portas do térreo para que o outro também pudesse acessar o local. Em seguida, outro homem, com aparência de quarenta anos de idade, negro, se juntou a eles, entrou pela parte de trás do casarão e saiu carregando uma porta de compensado da parte interna do prédio.

A área estava bastante movimentada, com pessoas caminhando e trabalhando, além de policiais em frente à praça, “fazendo ronda”, mas que sequer “perceberam” a situação. Os homens começaram a gritar, xingar e ameaçar as pessoas que estavam na área, incluindo Gabriel e eu. Para Gabriel, os homens estavam sob efeito de substâncias psicoativas, e não duvidei, pelo estado que apresentavam. O homem de muleta saiu gritando: *“É tudo nosso! Tudo isso aqui é nosso. Nada aqui é do governo. Quero ver quem tem coragem de falar alguma coisa”*. Enquanto a gente observava tudo perplexamente, eles encostaram as portas que ficam do térreo e deixaram as janelas do andar de cima abertas. Os três saíram do prédio sem nenhum constrangimento.

A fala de um dos homens, “Tudo isso aqui é nosso. Nada aqui é do governo”, desafia o controle do Estado ao transitar entre as fronteiras da “legalidade” e da “ilegalidade”, como discute Vera Telles em “Jogos de poder nas dobras do legal e do ilegal: anotações de um percurso de pesquisa” (2013), ao mostrar como essas fronteiras são constantemente questionadas e reinterpretadas. A retirada da porta do casarão, realizada sem receio diante da

presença policial, indica que, para eles, o ato não parece ser classificado como “ilegal”. Ao se apropriar do espaço público e desafiar os agentes do Estado, os homens não apenas ignoram as normas legais sobre o casarão, mas se posicionam como verdadeiros detentores do patrimônio, o tratando como algo a ser apropriado de forma particular.

Outra vez, em maio de 2024, ao lado do “Shopping da Criança”²¹, na Praia Grande, Marcella Lima, outra colega e pesquisadora do LEAP, e eu, estávamos conversando enquanto esperávamos a feitura de um lanche. Nesse meio, dois rapazes (um pardo e um branco), com menos de vinte anos, indicaram que pretendiam roubar o celular de Marcella, que rapidamente o guardou na bolsa. Em seguida, eles atacaram de forma muito rápida um casal de rapazes, um branco e um negro, de vinte e poucos anos, que caminhava pela área. O rapaz branco, que teve seu celular roubado, correu atrás de um dos ladrões, mas não obteve sucesso, pois os criminosos entraram em uma viela escura, conhecido na região como um espaço perigoso, por haver várias pessoas fazendo uso de substâncias psicoativas nas calçadas. Vimos toda a cena do assalto e ficamos assustadas. Os vendedores de lanche e alguns clientes ficaram indignados e falaram o quanto o Centro está “*esquecido pela segurança pública*”. Também presenciei esse tipo de situação uma outra vez. Numa tarde, enquanto caminhava pela região da Fonte do Ribeirão, ouvi alguns gritos e percebi uma aglomeração de pessoas perto da fonte. Algumas pessoas que viram a cena contaram que uma moça havia sido assaltada por um homem que estava numa moto, e alertaram sobre o perigo na localidade. Além disso, tive acesso a outros relatos parecidos durante o campo.

Em uma conversa com um corretor que trabalha num casarão, justamente na rua deste assalto, ouvi algumas narrativas sobre furtos nos casarões dessa área. Ferreira, como é conhecido, é um homem branco, de baixa estatura, que tem 50 anos de idade e trabalha há mais de vinte anos com venda e aluguel de imóveis no Centro. De acordo com ele, os bandidos também saqueiam os casarões e “*destroem tudo*” quando conseguem entrar nesses espaços. Falando um pouco sobre esse cenário, ele disse estar muito preocupado com a atual situação do Centro Histórico. Contou que muitos casarões estão sendo invadidos por “vândalos” e por membros de facções criminosas. Disse que, no primeiro momento, os “*marginais*” invadem casarões que estão fechados, depois entregam essas casas para mulheres se tornarem gerentes, e elas alugam os espaços para terceiros. Disse ainda que, em compensação, elas ficam com uma parte do valor cobrado aos inquilinos e dão o maior valor do dinheiro para os chefes das facções,

²¹ O Shopping da Criança é um centro de apoio e cuidado voltado à primeira infância, com diversas especialidades médicas e opções de lazer. O espaço fica localizado na Avenida Beira- Mar, Praia Grande, no Centro Histórico de São Luís. O espaço foi implementado pelo programa “Nosso Centro”, do governo do estado do Maranhão.

que, por sua vez, garantem a “segurança” dos lugares. De acordo com ele, essas situações funcionam como uma grande rede de trocas no local.

Em outra ocasião, instigada por esses relatos, tive uma conversa com seu Lorenzo, um senhor negro de setenta e poucos anos, morador do Centro Histórico, que trabalha há décadas com artesanato na região da Praia Grande. Perguntei sobre o cenário de segurança no Centro, e ele disse, enfatizando sete vezes: “*Péssima!*”. Criticou o atual governador do Maranhão, Carlos Brandão (PSB), por não investir na segurança pública da região. Falou que as viaturas da polícia circulam até às 23 horas e depois disso o Centro fica à deriva, enquanto os ladrões atacam a área durante a madrugada. Ele contou o caso de um homem que vive no bairro e que, em suas palavras, atua como “*chefão dos ladrões*”. Disse: “*Esse é o maior bandido que tem aqui. Esse bandido de merda! Ele comanda os roubos, mas ele é um sonso. Ele tem mais de nove fichas criminais nas costas. É filho de uma senhora que trabalha aqui perto*”. Pelas características, e especialmente pelo nome informado durante a conversa, percebi que tive contato com esse suposto criminoso dias antes, quando fui conversar com outras pessoas sobre esses casos, na companhia de Adson Carvalho, outro integrante do LEAP e colega de trabalho que, coincidentemente, também estava presente nessa conversa com seu Lorenzo.

Falei para seu Lorenzo que, dias antes, em outra ocasião de campo, esse homem havia pedido um cigarro para Adson e também nos disse que estava em situação de rua. Ele estava muito tranquilo e nos tratou com bastante educação. Falou como a “pobreza” e “vícios em drogas” se agravaram com a pandemia de *Covid-19*, especialmente nos grandes centros urbanos do país. Conteí para seu Lorenzo que ele tinha um “sotaque paulista” e que, naquela ocasião, estava nos falando sobre a realidade na cidade de São Paulo. Por isso imaginei que ele fosse de lá. O seu Lorenzo disse: “*Ele é daqui!*” e Adson disse: “*Talvez ele tenha criado um personagem para enganar a gente*” (rimos). Enquanto confeccionava algumas pulseiras com linhas coloridas, seu Lorenzo falou ainda que esse homem mora na redondeza, e que usa sua própria casa como apoio para os furtos, pois “*guarda muitos roubos lá*”. Ainda nas falas dele, esse homem some da área algumas vezes para despistar a polícia, e explicou como essas situações funcionam:

Os outros roubam e entregam para ele. Já vi pilha de cadeiras de plástico na porta da casa dele. Tudo roubado desses casarões. Uma vez, estava no bairro São Francisco e vi outro ladrão (um que usa o cabelo comprido) vendendo um notebook e uma mesa de plástico novinha que deve ter roubado por aqui. Nunca mais olhei ele, na verdade, soube que esse chefe mandou matar ele e ele fugiu daqui com medo de morrer. Com certeza por alguma briga deles. Talvez roubou e não passou o dinheiro para ele (Seu Lorenzo, diário de campo, 16 de maio de 2024).

Isso também me remeteu uma conversa com outra pessoa que trabalha na área, uma senhora de setenta anos, branca, que vende alimentos na região há três décadas. Ela me disse que muitos dos itens e materiais furtados dos casarões, como no caso do Odylo, são vendidos nos bairros vizinhos. Disse ainda que já presenciou várias pessoas oferecendo esses itens para comerciantes da redondeza e também em postos de gasolina. Além dela, Gabriel também me relatou esse mesmo tipo de situação. Disse que, certa noite, por volta das 23h, enquanto guardava seu material de trabalho para voltar para casa, viu homens carregando alguns objetos de um casarão, e até ligou para a polícia, mas os homens sumiram rapidamente em direção ao Portinho²², e a polícia não chegaria a tempo de prendê-los.

Como aponta Gabriel Feltran em “Economias (i)lícitas no Brasil: uma perspectiva etnográfica” (2019), furtos, roubos e assaltos fazem parte de uma “circulação de riquezas” que ativa os “circuitos” do mercado informal. Esses atos podem estar diretamente ligados ao consumo de itens ilícitos ou, de forma indireta, quando o que é obtido ilegalmente é vendido e o dinheiro gerado retorna à economia “formal”. Dessa forma, conforme Feltran, não há uma separação clara entre os mercados ilegal e legal, mas uma interligação constante entre ambos, onde a circulação desses bens materiais também contribui para a produção de violência. Essa violência envolve tanto as vítimas, como os próprios ladrões e policiais, que fazem parte de uma dinâmica mais ampla de conflito e controle desse sistema.

Ainda nesse sentido, essas narrativas apareceram em uma conversa com outro interlocutor, enquanto eu ouvia sobre um caso que envolveu a saída/retirada do seu grupo artístico de um espaço da região. Laércio é um homem jovem, negro, morador do Centro Histórico, e me contou algumas situações de violência que o seu grupo artístico sofreu por parte de órgãos do Estado. Ele disse que o *Coletivo da Mata*²³, que ocupava um galpão no Complexo Trapiche Santo Ângelo, Centro Histórico, produzia arte de forma autônoma no local, desde 2013. De acordo com ele, depois de dez anos no espaço, o grupo foi retirado de maneira violenta pela prefeitura municipal e por outros órgãos responsáveis pelo projeto de requalificação do espaço. O artista disse que o espaço estava abandonado pelo poder público quando o coletivo

²² O Portinho está localizado em São Luís, do lado oeste do Centro Histórico da cidade, ocupa uma extensão de 300m na margem nordeste do Rio Bacanga e é historicamente marcada pela comercialização de grandes volumes de pescado, tornando-se uma referência nesse comércio na cidade. Mais informações no trabalho técnico “Comercialização de pescado no Portinho em São Luís, estado do Maranhão, Brasil: uma abordagem socioeconômica dos trabalhadores” (2010).

²³ Coletivo de artistas maranhenses fundado pelo mestre João da Mata, no ano de 2013. O grupo foi sendo composto, ao longo do tempo, por vários outros artistas, entre músicos, capoeiristas, artesãos e artistas plásticos. O espaço funcionou como um complexo industrial colonial e ficou conhecido como Trapiche. Ele está localizado na Av. Vitorino Freire, bairro Praia Grande, Centro Histórico.

começou a ocupar e a produzir arte no local. Atualmente, o lugar passa por uma ampla reforma, com financiamento de grandes instituições como o Ministério da Cultura (MINC), o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDS) e o Instituto Cultural Vale, e pretende se tornar o maior e mais novo “Centro de Criatividade e Inovação Tecnológica da cidade”.

Figura 9 - Projeto de requalificação do Complexo Trapiche Santo Ângelo



Fonte: página oficial da Prefeitura de São Luís na plataforma “X”

Em meio todo esse processo, o artista falou sobre a falta de valorização e investimento público em projetos de arte popular na área. Ele observou que, de modo geral, a mídia e o Estado costumam associar artistas negros e de classes populares da região a estigmas como “usuários de drogas” e “bandidos”. Essa associação, repleta de preconceitos, reflete uma visão distorcida e injusta, que desconsidera a significativa contribuição dessas pessoas para o reconhecimento da cultura popular no estado. Com notável indignação, ele fez a seguinte observação:

Quando o Poder Público fala que as pessoas estão destruindo os espaços, é que eles [os governantes] abandonam o espaço por muito tempo, e o local acaba virando cracolândia. Quando isso acontece, pessoas começam a roubar portas, janelas, telha, madeira e vão tirando tudo que têm, pois conseguem vender fácil e baratinho para sustentar o vício. Aí quando têm artistas que estão trabalhando, eles vão dizer “aqueles lá são usuários de droga, estão lá destruindo o espaço” e assimilam e dizem que todo mundo é a mesma coisa, mas não é, tem essa diferença. Para a mídia, para um registro e um documento organizacional e institucional, é muito fácil dizer que as pessoas são aquilo e pronto, acabou (Laércio, diário de campo, 13 de abril de 2024).

Nesse contexto, frequentemente pessoas em situação de rua²⁴ são rotuladas como “usuárias de drogas”. Assim como há uma constante associação de pessoas que fazem uso de substâncias psicoativas e atividades criminosas. Esses discursos costumam ser reforçados por quem tenta se distinguir e distanciar dos estigmas e, mais ainda, por aqueles buscam criminalizar a pobreza (Alba Zaluar, 2000), minimizando problemas sociais complexos. Como discorre Taniele Rui (2014), devemos nos ater e considerar as relações desiguais, mais ou menos hierárquicas, presentes na sociedade brasileira em relação ao consumo dessas substâncias e seus respectivos tratamentos sociais, jurídicos e midiáticos. Haja vista que, a depender dos corpos e das classes sociais, o uso e venda dessas substâncias, dentro de diferentes “circuitos” são associadas (ou não) ao “mundo do crime” (Feltran, 2008).

No artigo “Nojo, humilhação e vergonha no cotidiano de usuários de crack em situação de rua” (2021), Rui mostra como aqueles e aquelas que fazem uso de substâncias psicoativas e que vivem nas ruas são marcadas pela negação de direitos e pelo estigma social. A autora expõe como essas pessoas são frequentemente rotulados como criminosos, o que contribui para sua marginalização e exclusão. Por isso, ela enfatiza a necessidade de reconhecê-las como vítimas de uma estrutura social que perpetua a violência e a desigualdade, argumentando que a verdadeira criminalidade reside na negação de seus direitos fundamentais.

Ao explorar o estigma social e a marginalização de grupos vulneráveis, essas reflexões se conectam de maneira significativa com a realidade do Centro Histórico de São Luís. Andando pelos espaços “abandonados” da região durante o campo, pudemos perceber que muitas pessoas que frequentam esses ambientes são negras e aparentam estar em situações de vulnerabilidade social, econômica e de saúde. Assim, o estigma em torno dessas populações é capaz de reduzi-las a pessoas destruídas perante a sociedade, dando a elas uma carga de significados negativos. Nesse contexto, os discursos sobre a “destruição” dos corpos e também do patrimônio estão intrinsecamente ligados às diversas formas de violência. De acordo com Veena Das, em “Vidas e palavras: a violência e sua descida ao ordinário” (2020), a violência se manifesta na vida ordinária (cotidiana) através de diferentes discursos expressos pela linguagem (palavras ou não) e vários signos inscritos nos corpos, dentro de uma complexidade de causas maiores e menores, evidenciadas por dispositivos e relações de poder. Nesse sentido, ainda na conversa com Laércio, esses temas se apresentaram de forma evidente quando ele expressou sua percepção sobre os casos de furtos nos casarões. Para ele, muitas dessas

²⁴ De acordo com dados oficiais do E-SUS, divulgados pelo “Jornal Pequeno”, em 2022 havia pouco mais de mil pessoas em situação de rua na capital maranhense (Jornal Pequeno, 2022).

situações, antes mesmo de serem discutidas como questões de segurança, devem ser tratadas como problemas de vulnerabilidade social e de saúde pública:

Se tivesse um trabalho, até mesmo comunitário, para tirar essas pessoas da rua, elas não estariam assim. É possível com o tanto de dinheiro que tem e com o tanto de política. É preciso fazer um trabalho nas ruas para pessoas da rua. É preciso ter espaço para essas pessoas também, porque por mais que elas sejam usuárias de drogas, elas são pessoas. São doentes, então tem que ter esse entendimento, e não ficar assimilando a cor da pele e dizer que todo mundo é vândalo e todo mundo está destruindo os casarões (Laércio, diário de campo, 13 de abril de 2024).

Como qualquer outro contexto social marcado por desigualdades diversas e aparente “dualismo”, a colocação de Laércio me parece ser uma síntese interessante para uma crítica do que seria a realidade do Centro Histórico de São Luís. A forma como ele narrou essas situações traz uma complexidade que, do meu ponto de vista, não deve ser ignorada. Por um lado, ele percebe que existem espaços na área que são ocupados, danificados e saqueados por certas pessoas, e algumas delas fazem uso de substâncias psicoativas, mas também entende que várias dessas pessoas estão em situação de vulnerabilidade social e de saúde, e merecem algum tipo de assistência e reconhecimento dos seus direitos por parte do Estado. Como indica Didier Fassin (2005), essas questões não devem ser analisadas apenas no nível “individual”, mas sim compreendidas como desafios de saúde pública.

Além disso, no Centro Histórico de São Luís, os discursos frequentemente associam a cor da pele e as ocupações de pessoas negras, geralmente homens, à destruição dos espaços, conforme destacou Laércio. Essa observação dialoga com as reflexões de Sylvia Wynter em “Nenhum Humano Envolvido: Carta Aberta a Colegas” (2021), onde a autora investiga como as definições de humanidade são moldadas por contextos sociais e históricos, frequentemente excluindo grupos racializados em favor dos grupos dominantes. A autora critica de forma contundente a perspectiva eurocêntrica sobre a noção de “humano”, argumentando que essa visão contribui para a desumanização de diversas comunidades não brancas, especialmente as populações negras. Wynter destaca que as narrativas em torno dos homens negros costumam classificá-los como sendo “naturalmente” perigosos. Isso reforça o racismo e a marginalização desses corpos nas sociedades, perpetuando estigmas, desigualdades e vários tipos de violência.

É muito importante reconhecer que, por trás da aparente deterioração física desses casarões, existe vários tipos de ocupações que desafiam a narrativa de destruição. Como ele me disse, e também percebi durante a pesquisa, muitos desses imóveis que estão em “ruínas” e são vandalizados por alguns, também são cuidados por várias pessoas que os ocupam para diferentes fins: moradia, comércio, criação de arte etc. As práticas criativas, ações comunitárias

e expressões artísticas de grupos variados que ocorrem nesses locais, não apenas vão contra os estigmas de classe e raça sobre a destruição do lugar, mas também contribuem para a dita “revitalização” da região. Pois evidencia que esses espaços não estão vazios e abandonados, mas, ao contrário, repletos de vida, cultura e interação social. A ocupação desses ambientes é uma forma de “resistência” e reinvenção, onde cada intervenção artística e cada evento comunitário se torna também um ato de “valorização do patrimônio”.

2.3 “Ninguém mexe comigo aqui”: as nuances entre “perigo” e “segurança”

Pensando nessa ambiguidade, me remeto a outros discursos sobre a região em que as noções de “destruição”, “violência” e “perigo” são apresentados por outras percepções. Certa vez, durante o trabalho de campo, uma das principais interlocutoras do Laboratório, dona Dijé, mulher negra de 66 anos, de baixa estatura, muito conhecida na redondeza e uma das nossas principais colaboradoras na pesquisa, me disse que ficava indignada com a visão que muitas pessoas tinham sobre determinados locais do Centro Histórico, como, por exemplo, a Rua 28 de Julho e a Rua da Palma, no bairro Desterro. Ela disse que a rua 28 de Julho costuma ser citada como um local violento, mas não acredita que isso seja verdade. Para ela, a violência não está na rua e nem no bairro, mas, na realidade, é um aspecto geral da cidade. Por isso, não acha justo quando estigmatizam o Centro Histórico descolado de um contexto maior.

Outra vez, conversando com seu Luís, um senhor negro, com mais de setenta anos, que vive no Centro Histórico de São Luís, ele me disse que não acha o Centro Histórico perigoso como algumas pessoas falam. Me contou que foi morar nessa área quando era criança, e passou grande parte da sua vida nessa região da cidade. Atualmente, ele mora em um bairro distante, mas durante a semana, de segunda à sexta, por volta das 7 horas da manhã, vai ao Centro para trabalhar como vigilante de carros. Na área, ele disse que também pode se alimentar diariamente, conversar, encontrar amigos de longas datas e até fazer sua higiene pessoal em alguns espaços, onde recebe cuidados de várias pessoas. Ele me disse ainda: *“ninguém mexe comigo aqui... sou conhecido de todo mundo, até dos malucos”*. Sem dúvidas, segundo ele, as pessoas devem ficar atentas no local, especialmente durante a noite, mas, como completou: *“aqui não é perigoso, só se a pessoa vacilar andando com celular na mão”*. Também conversei com outras pessoas da região, como o seu Ribamar, um senhor de 72 anos, pardo, de média estatura, que mora em outra região da cidade, mas trabalha consertando objetos na Praça João Lisboa, Centro Histórico, há mais 40 anos, onde passou sua infância e parte da vida adulta. Ele

me disse que essa região não é perigosa, é apenas mais uma como outra da cidade e que, muitas vezes, é “*até mais segura*”.

Assim, através dessas percepções, visualizo inúmeras narrativas e práticas no Centro Histórico que confrontam uma perceptiva preconcebida, unilateral, simplista e até mesmo violenta sobre determinados espaços, corpos e perfis sociais nessa região da cidade. Percebo, diante do meu campo e também acompanhando as pesquisas de vários colegas do grupo de estudos no qual participo, quando os discursos midiáticos generalizam os casos de “vandalismo” e “destruição do patrimônio”, relacionando diretamente a determinados corpos e perfis sociais marginalizados.

Na dissertação de Nicole Bezerra (2023), pesquisadora do LEAP e colega de trabalho, podemos perceber parte da realidade cotidiana do Centro Histórico de São Luís. Através de uma profunda convivência no lugar, a autora mostra como as pessoas que moram e habitam a área, cuidam, de diferentes formas, dos casarões e de outros ambientes na região. Em suas palavras o “patrimônio é mantido e atualizado nas atividades práticas realizadas pelos moradores do espaço”, contrariando os discursos que generalizam a destruição do lugar.

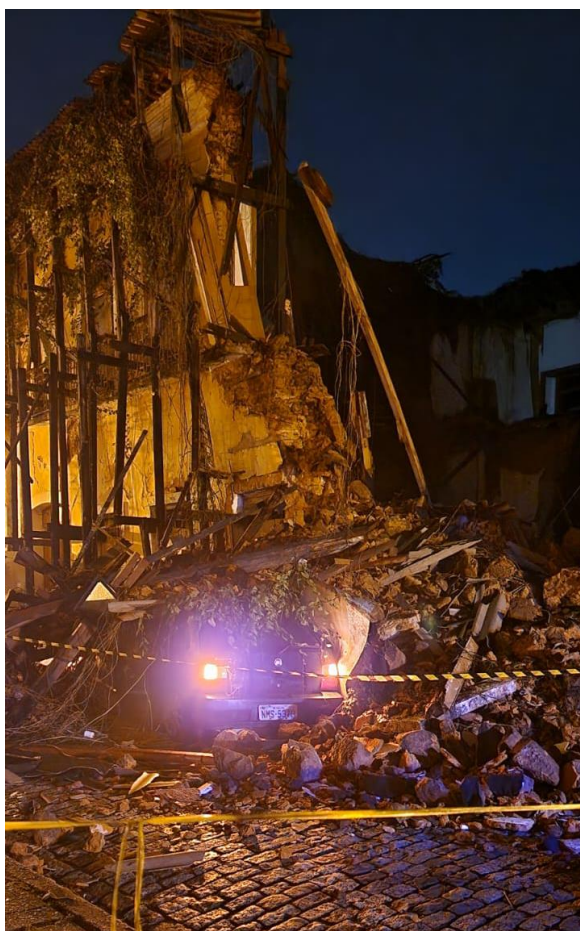
Além do “perigo” associado a determinados comportamentos de indivíduos que habitam a área, e da preconceituosa correlação entre a cor da pele e o consumo de substâncias psicoativas, frequentemente vista como ameaçadora, outra noção se destaca nos discursos, relacionando a ideia de “perigo” à materialidade dos espaços. Foi assim que, recentemente, em 8 de junho de 2024, o desabamento de um casarão mais uma vez chamou minha atenção para esse tipo de situação no Centro Histórico.

Devido a fortes chuvas naquela semana, um casarão particular, na Rua do Giz, que já estava com grande parte de sua estrutura comprometida, desabou. Isso gerou um grande transtorno à comunidade local, especialmente aos moradores vizinhos que foram parcialmente atingidos. Além do muro da casa vizinha, um veículo também foi atingido e totalmente destruído pelo desabamento do imóvel. Por sorte, ninguém ficou ferido. Essa situação estava há anos sendo anunciada por quem frequenta a área, por técnicos e pelo corpo de bombeiros. De acordo com o Iphan²⁵, o casarão estava sob ação judicial devido às suas condições de fragilidade e abandono legal. Além desse casarão, cerca de 260 imóveis da área, que passaram por vistorias, foram classificados, em 2023, como estando em situação de risco crítico, médio ou mínimo.

²⁵ G1. Casarão desaba e atinge carro no Centro Histórico de São Luís. G1, 8 jun. 2024. Disponível em: <g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2024/06/08/casarao-desaba-e-atinge-carro-no-centro-historico-de-sao-luis.ghml>. Acesso em: 23 ago. 2024

No dia seguinte ao desabamento, decidi ir até o local para entender a situação. Fui acompanhada por uma colega que conheci no *hostel* e havia me convidado naquela noite para assistir uma apresentação de tambor de crioula no espaço “Mestre Amaral”, atualmente localizado na Rua do Giz. Combinamos que primeiro eu tentaria conversar com alguém da área sobre o casarão que desabou. Chegando lá, os destroços do imóvel chamavam atenção de longe. A rua estava interditada com fitas, alertando o perigo de um novo desabamento. Dois agentes da segurança pública, uma mulher e um homem, brancos, estavam de plantão assegurando que as pessoas não se aproximassem da área. Passando em frente ao “Bar dos Amigos”, um famoso espaço da área, que costumamos frequentar a trabalho e a lazer, vi dona Amparo e Elisângela, assistindo televisão, como de costume. Na calçada em frente ao bar, observei que havia uma senhora, uma mulher jovem, um rapaz e duas crianças conversando. Supus que fossem os moradores do casarão vizinho atingido pelos escombros, mas como eles estavam entretidos na conversa, não achei adequado abordá-los naquele momento e optei por tentar uma conversa com os agentes de segurança.

Figura 10 - Escombros do casarão na Rua do Giz (2024)



Fonte: registro de campo (junho de 2024)

Falei rapidamente para os agentes sobre meu interesse pela situação, explicando um pouco da minha pesquisa. O homem se chamava Lúcio e a mulher Gisele. Eles foram muito simpáticos e comentaram que, felizmente, não houve feridos no desabamento. Lúcio disse que eu poderia me aproximar para tirar fotos do casarão, mas que deveria entrar com bastante cuidado no espaço que estava isolado. Entrei rapidamente e tirei algumas fotos de longe, num espaço que não me causaria acidente. Ainda era possível ver parte de um carro, parecia ser um *Fiat Uno* cinza, que foi atingido pelo casarão e estava sob os escombros. Lúcio disse que o dono do carro trabalha na Escola de Música da região. O motorista estacionou no local e foi trabalhar. Por sorte, não foi atingido. Os agentes também contaram que a família da casa ao lado se recusava a sair do espaço, mesmo sob ameaça de um novo desabamento. Um deles disse que o prefeito da cidade, Eduardo Braide (PSD), disponibilizou um local para a família, através de um aluguel social, mas os moradores se recusavam a sair da casa, e completou: *“Mas o prefeito deixou claro que não podemos obrigar as pessoas saírem. Temos que respeitar o direito delas”*.

Esse acontecimento, de nível extremo, é mais um exemplo de uma realidade que possibilita certas percepções, discursos e classificações sobre a área em torno das noções de risco, abandono, perigo e arruinamento. Contudo, sem desconsiderá-las, me interesse aqui em mostrar também outras noções e entendimentos nesse contexto. Isso porque é importante estarmos sempre vigilantes a possíveis “generalizações” que sufocam e excluem outros modos de enxergar as mesmas situações ou casos semelhantes.

Voltei ao local alguns dias depois para tentar conversar sobre casos como esse na região. Procurei algumas pessoas que vivem próximas para entender como esse tipo de situação é visualizada por elas e como isso pode (ou não) atingir os modos de vida na localidade. Fui conversar com José, liderança comunitária na luta por moradia no Centro. Ele é um homem autodeclarado mestiço, de cinquenta e poucos anos, que nasceu e vive no Desterro. Perguntei como ele percebe esses espaços que muitas vezes são classificados como ruínas e são relacionados a vários tipos de perigo na região. Diante disso, ele falou:

Depois que caiu, podem dizer que é uma ruína. É uma ruína porque ninguém vai morar, ninguém vai exercer nenhuma atividade aí, e causa uma impressão super negativa para o conjunto do Centro Histórico. Quem vê um prédio que está mal cuidado, com uma aparência depreciada pelo turista e, na falta de conhecimento profundo sobre a situação, diz que ali trata-se de uma ruína, que ali não tem vida, não tem interação social, nenhum tipo de funcionalidade e que não serve de nada, serve apenas para destruir a imagem do patrimônio. Mas às vezes não é isso! Se a pessoa se aprofundar na história de determinado imóvel, vai perceber a finalidade dele. Realmente tem uma parede descascada, um telhado caindo, mas existe uma vida lá...têm pessoas, famílias, situações de trabalho e várias outras atividades acontecendo (José, diário de campo, 21 de junho de 2024).

Ele continuou explicando e dando vários exemplos de espaços que, a primeiro momento, podem ser classificados de maneira pejorativa, mas os conhecendo – e percebendo a vida neles – é possível enxergar o Centro Histórico de outra maneira, “*basta estar disposto*”. Então, olhou para o casarão vizinho, que em partes foi atingido pelo desabamento, e também para um outro casarão com a fachada colorida e placa de venda/aluguel, aparentando boas condições materiais, e fez uma comparação entre os dois imóveis:

Tá vendo esse prédio aí? Ele tá bonitinho, com a fachada pintada. Aquele outro ali tá feio pra caramba, caído, né? Mas ali tem vida, ali tem uma família, pessoas que trabalham, estudam, se relacionam com a comunidade e moram aqui há muito tempo. Quem passa aqui e não conhece, vai olhar para essa fachada bonita e pensar que aí mora uma família. Mas é mero engano! Ele está fechado, parado e não produz vida para o Centro Histórico. Apenas ludibria os turistas. Mas dentro daquele outro prédio, em “ruínas”, tem toda uma convivência ali... existe uma vida! (José, diário de campo, 21 de junho de 2024).

Nesta fala, José faz uma clara diferença entre os casarões, não apenas no sentido material, ao evidenciar suas estruturas, mas em relação aos significados atribuídos aos espaços. Ele destaca que embora um dos prédios esteja “bonitinho”, sua aparência não é sinônimo de vitalidade, pois o local permanece vazio, fechado e “não produz vida”. O outro, mesmo em “ruínas”, é um espaço dinâmico, onde os habitantes estudam, trabalham e vivem o cotidiano da região. Assim, ele mostra como os casarões possuem significados que vão além da arquitetura e de uma estética de fachadas, pois, mais que isso, são as experiências de vida humana que tornam esses locais verdadeiramente importantes.

Assim, por meio das discussões apresentadas e também na convivência com várias pessoas da região durante esses anos, nas pesquisas individuais e coletivas, pretendo apresentar, nos próximos capítulos desta discussão, como vários espaços do Centro Histórico compreendidos como “ruínas”, vistos como “abandonados”, “destruídos” e “vazios”, muitas vezes, são ocupados, cuidados e transformados material e socialmente por pessoas e por outros seres (objetos, animais, plantas etc.), através de moradia, do trabalho, da criação de arte e da produção de momentos de lazer. Estou, portanto, de acordo com a fala de José sobre a região, uma vez que penso que é possível enxergar muita vida nessas “ruínas”.

3 HÁ VIDA NOS CASARÕES: ECONOMIA POPULAR, MATERIALIDADE E CUIDADO COTIDIANO

Na Praia Grande, primeiro bairro comercial de São Luís e o ponto “mais turístico” do Centro Histórico, é notável que, ainda que vários casarões estejam em arruinamento, a arquitetura se mostra mais “conservada” em comparação a outras áreas da região. A preservação de diversos espaços do bairro é resultado das restaurações realizadas por meio de projetos do Estado ao longo do tempo, sendo o mais recente o programa “Nosso Centro”²⁶. Esses investimentos contribuíram para a intensificar o fluxo de mercadorias e de pessoas que frequentam a localidade a trabalho e lazer. Além disso, essas iniciativas visam criar uma estética que “valorize” e “preserve” o patrimônio histórico e cultural da área. Entre a Rua da Feira Praia Grande, Rua da Estrela, Rua Portugal, Rua Djalma Dutra (Beco Catarina Mina) e a Rua do Giz, pessoas com perfis variados compõem o cenário e dinamizam as atividades do lugar. Além disso, diversos serviços são ofertados e instalados nos casarões centenários da região – lojas de artesanato, museus, bares, armazéns, pousadas, restaurantes, cafeterias, sorveterias, escritórios, prédios universitários, entre outros.

Esse contexto foi central para este capítulo, no qual a Praia Grande serviu como o local onde foi possível observar de forma mais clara as dinâmicas da economia popular em meio às políticas públicas voltadas para o uso do patrimônio. A quantidade de casarões em situação de “abandono” é consideravelmente menor no local em comparação a outros bairros do Centro Histórico. Isso se deve, em grande parte, aos investimentos direcionados à manutenção e restauração dessa área por meio de programas governamentais a nível federal, estadual e municipal, ao longo das décadas. No entanto, há espaços que parecem ser deliberadamente negligenciados, algo que explorarei mais adiante neste capítulo. Ao permitir que certos casarões se deteriore, o poder público acaba criando um ambiente propício para que esses espaços sejam apropriados por grupos privados, que, sob a justificativa de “revitalização”, os transformam de maneira a atender aos interesses do grande mercado. Essa apropriação não só afasta as práticas e pessoas que fazem parte da economia popular da região, como os vendedores ambulantes, mas também limita a presença de outros grupos que dependem e fazem uso dos trabalhos informais. Esses serviços, que dão vida à área no dia a dia, são considerados

²⁶ “Criado pelo Governo do Maranhão em 2019, por meio da Secretaria das Cidades e Desenvolvimento Urbano, tem por objetivo tornar o Centro Histórico de São Luís referência em renovação e desenvolvimento sustentável, preservando seu valor histórico e cultural ao mesmo tempo em que promove o Centro da cidade de São Luís como espaço democrático” (SECID, 2019).

obstáculos em um modelo que privilegia o consumo e a lógica do grande mercado. No entanto, apesar disso, esses trabalhadores seguem ocupando os espaços, resistindo e se adaptando às condições impostas pelo Estado, mantendo suas atividades e estratégias de sobrevivência mesmo diante da marginalização.

Em “Antropologia e Economia. Tentando fazer uma conexão significativa: entrevista com Keith Hart” (2019), Federico Neiburg e Keith Hart debatem questões fundamentais da antropologia econômica. Os pesquisadores argumentam que, ao se afastar dos modelos clássicos, a disciplina evolui para adotar abordagens que examinam não apenas os grandes mercados, mas também o trabalho informal e as dinâmicas do dinheiro em diversas relações sociais. Com isso, é possível compreender a complexidade do mundo urbano contemporâneo, permitindo uma análise mais profunda das interações econômicas e sociais que moldam a vida nas cidades. Nessa linha de pensamento, em “As moedas doentes, os números públicos e a antropologia do dinheiro” (2007), Federico Neiburg destaca, a partir de contextos de crise, a importância de integrar narrativas e experiências cotidianas na análise econômica, ampliando assim esse conceito. O autor destaca como a antropologia pode enriquecer nossa compreensão das interações entre dinheiro, valor e vida social, ao explorar as maneiras complexas pelas quais os processos econômicos e as práticas cotidianas se entrelaçam, refletindo não apenas as trocas materiais, mas também os significados culturais e as relações de poder que moldam essas interações.

Essas discussões são essenciais para entender o contexto desta pesquisa, uma vez que o Centro Histórico de São Luís é dinamizado e impulsionado também pela economia popular. A presença de lojas de artesanato, bares e restaurantes reflete essa dinâmica, assim como os centros culturais e museus, que não apenas “preservam” práticas da cultura local, mas também atraem visitantes e incentivam a troca econômica. O setor informal — que inclui a comercialização de produtos por vendedores ambulantes, o compartilhamento de espaços e a cobrança pelo uso de áreas para o armazenamento de mercadorias e para o estacionamento de veículos— desempenha um papel crucial na economia local e transcende a simples lógica de “compra” e “venda”. Além de transações comerciais que promovem a circulação de dinheiro, essas práticas possibilitam a criação de redes de troca e fortalecimento de laços sociais na região.

3.1 Transformação dos espaços: a geração de renda e os vínculos comunitários

Certo dia, em abril de 2024, caminhando pela calçada do popular Mercado das Tulhas²⁷, também chamado de Casa das Tulhas, no “coração da Praia Grande” (Noronha, 2015), paralela à Câmara Municipal, percebi que estreava um novo estabelecimento na área. Vi mesas e cadeiras de madeira na entrada de um casarão, além de algumas faixas nas cores verde e roxo, com imagens de açaí e sorvetes. Alguns funcionários estavam na porta do casarão convidando quem passava por perto para entrar e conhecer o espaço. Isso me chamou atenção porque lembrei de um comentário feito por Gabriela Gonçalves, integrante do LEAP, semanas antes. Ao passarmos por esse mesmo local, ela lamentou quando percebeu que um bar de rock alternativo, que também funcionava como lanchonete e tabacaria, havia fechado. O espaço era um famoso ponto de encontro na área, mas há certo tempo estava diminuindo seu fluxo de clientes, até que encerrou permanentemente suas atividades no local. A princípio, isso foi interpretado como uma espécie de “perda” em relação à movimentação na localidade, pois poderia gerar uma diminuição de pessoas naquela rua. Contudo, pouco tempo depois, quando essa sorveteria inaugurou, exatamente no mesmo lugar, pude observar como as pessoas continuam frequentando o espaço. Ainda que seja um outro tipo de público, com a presença de crianças, por exemplo; e em outros horários, principalmente durante o dia e início da noite, o lugar continuava gerando um fluxo de pessoas e movimentando o comércio da rua.

No mesmo dia da inauguração da sorveteria, bem próximo do local, vi alguns homens trabalhando na reforma de um casarão, de número 302. O imóvel foi construído na segunda metade do século XIX e compõem um conjunto de edificações do Mercado das Tulhas, entre a Rua da Estrela e a Rua Portugal. Há poucos anos, funcionava, nesse espaço, o bar e restaurante “Canto da Cultura - boteco do J. Jhota”. O ambiente interno era decorado com objetos centenários, cadeiras de ferro e mesas rústicas. Além de oferecer cervejas, petiscos e refeições da culinária maranhense, o local atraía o público diariamente com bandas e artistas regionais. Após o fechamento do bar, o espaço ficou “parado” por certo tempo e passou por um grande processo de reforma. Recentemente, ele foi entregue pela Secretaria das Cidades e Desenvolvimento Urbano (SECID) totalmente requalificado. De acordo com o governo estadual, o local abrigará grupos e serviços de diversos ramos, entre manifestações culturais

²⁷ O Mercado das Tulhas foi fundado em 1805. Sua estrutura inicial era formada por barracas de madeira, mas foi apenas em 1861 que o atual prédio foi erguido. O espaço fica localizado entre a Rua Portugal, Rua do Mercado, Rua Djalma Dutra e Rua da Estrela. Seu comércio de produtos alimentícios e artesanato maranhense é um dos principais pontos turísticos da região (Noronha, 2015).

(capoeira), lojas de artesanato (objetos de decoração, livros, vinis etc) e ambientes gastronômicos (Governo do Maranhão, 2024).

Figura 11 - Transformações do casarão nº 302

Fachada do casarão (2017)



Fonte: site Camaleão

Área interna do casarão (2021)



Fonte: página oficial do bar no Facebook

Reforma do casarão (2024)



Fonte: Jornal Pequeno

Inauguração do casarão (2024)



Fonte: Governo do Maranhão

Após essa reforma, o espaço se tornou a nova casa de um dos mais tradicionais restaurantes da região, o “Cafofinho da Tia Dica”. O estabelecimento, desde sua fundação, funcionava num casarão localizado na Travessa Marcelino Almeida, entre a Rua da Estrela e a Rua do Giz, poucos metros desse novo espaço. Durante o campo, tive a oportunidade de conversar com a dona do restaurante e ela me contou um pouco sobre a história do local e sobre o processo de deslocamento para o “Canto da Cultura”. O restaurante funciona há 15 anos na região e a dona nunca precisou pagar aluguel, pois recebeu do governo do estado uma concessão de direitos de uso do casarão.

Na época da conversa, em maio de 2024, ela ainda estava esperando a transferência para o novo prédio. Me falou também que foi avisada sobre a necessidade do deslocamento, assim que o governo estadual definiu a chegada de um hotel de luxo da rede Vila Galé na área, há mais ou menos dois anos. Isso ocorreu porque seu restaurante fazia parte do quarteirão onde serão instalados parte dos ambientes da rede hoteleira. Todos os estabelecimentos diretamente

atingidos pelo empreendimento seriam realocados para outros espaços. Além do mais, contou que não houve problema de negociação com o governo, pois, de acordo com ela, “*tudo foi resolvido de forma pacífica*”. Disse-me ainda que quando o poder público avisou sobre a saída do antigo espaço, foi garantida a qualidade do novo prédio e possibilidade de visitas durante o período de reforma. Ela disse que achou o novo casarão (o de número 302) amplo e bonito, e estava entusiasmada com a estreia do lugar.

Conforme afirmou o secretário da SECID, Robson Paz, essas reformas visam dar mais qualidade aos espaços tombados, “garantindo desenvolvimento sustentável com mais oportunidade, geração de trabalho e renda para a população” (Governo do Maranhão, 2023). Essa narrativa é compartilhada por pessoas que trabalham na área, como, por exemplo, Gabriel, o vendedor de sanduíches naturais na região. Para ele, a renovação do espaço é vista como algo positivo, pois, como certa vez me falou, ele imagina que isso ampliará o fluxo de pessoas e consumo de produtos na área. Além disso, acredita poderá ser um fator positivo ao seu negócio, já que ele costuma instalar seu carrinho de lanches em uma das ruas mais turísticas da área, bem próximo ao casarão nº 302. Entretanto, ele fez uma reclamação em relação a esses projetos de revitalização no Centro Histórico, alegando que os reparos ocorrem apenas em espaços pontuais. Disse ainda que a grande maioria dos locais está deteriorando e prejudicando a paisagem e os serviços da região.

A partir dessa preocupação com as condições materiais dos espaços, Gabriel relatou que, durante um sábado de abril de 2024, uma forte chuva impactou com intensidade a área do Centro. Disse-me que enquanto trabalhava sob um guarda-chuva e com a água acima dos pés, seus clientes se abrigavam em uma loja de roupas ao lado de um restaurante. Na ocasião, ele preparava os lanches e realizava as entregas para os fregueses dentro do Mercado das Tulhas quando o dono da loja de roupas lhe contou que a chuva havia causado infiltrações nas paredes do seu estabelecimento. O homem explicou a Gabriel que o espaço era alugado e, por isso, precisaria conversar com o proprietário do prédio para solicitar reparos ainda naquela semana. O dono da loja estava preocupado com a possibilidade de o problema se agravar e danificar suas mercadorias, o que poderia resultar em um grande prejuízo financeiro.

Ao me contar sobre os desafios cotidianos dos vendedores dessa área, perguntei para Gabriel como ele fazia para guardar seu carrinho de vendas. Ele disse que não tem condições de levar a estrutura para casa, pois não possui um veículo de transporte e mora distante do Centro, a cerca de 20 km, em outro município da ilha. Por isso, ele aluga um espaço num galpão de um casarão na Rua do Giz, onde o responsável pelo imóvel cobra 130 reais por mês para

armazenar o carrinho. Além de Gabriel, vários outros vendedores guardam seus materiais de trabalho nesse mesmo casarão.

Gabriel preparava o último lanche do dia quando um homem de cerca de quarenta anos de idade chegou para encomendar um sanduíche. Ele se chama João e é o responsável pelo casarão onde Gabriel guarda seus utensílios de trabalho. Além de ser morador do bairro, João também é vendedor ambulante. Enquanto Gabriel abria uma exceção e preparava um “*sanduíche caprichado*” para João, como foi pedido, João comentou que trocou o cadeado do galpão do prédio, pois estava preocupado com as mercadorias dos seus clientes. Ele disse que a partir daquele dia não daria mais cópia das chaves do galpão para os vendedores, e ele próprio passaria a abrir e fechar o local. Isso porque alguns vendedores alegaram que tiveram objetos e produtos furtados dentro do imóvel e, como não havia provas sobre o ocorrido, ele preferiu tomar essa decisão para evitar transtornos. Antes, cada vendedor que alugava o espaço possuía uma chave do casarão e tinha liberdade para entrar e sair do local a qualquer momento, mas, diante dessa situação, novas regras foram estabelecidas no lugar. Gabriel concordou com a decisão e disse que sempre que estiver chegando próximo ao terminal de ônibus da Praia Grande, enviará mensagem para João, avisando que está por perto. Assim podem evitar desencontros e o atraso no início de suas vendas, que geralmente ocorre por volta das 16 horas.

João não é proprietário do prédio, mas, conforme comentou o dono de um bar da região em outra ocasião, João trabalha vigiando e cuidando do espaço. Ainda segundo esse interlocutor, o casarão pertence a uma tradicional família de políticos do estado, que não frequenta o local há anos. Por isso, João possui certa autonomia para gerir o imóvel, podendo alugar o galpão do prédio para terceiros. O casarão possui cinco grandes portas de madeira na entrada e é composto por um térreo e por um piso superior. O térreo está dividido entre o galpão gerenciado por João e uma galeria de arte de um pintor da cidade. A fachada está com uma pintura desgastada, mas a estrutura material não demonstra risco à segurança física do lugar. Apesar de passar bastante tempo vigiando e cuidando do espaço, ele não mora no local, mas utiliza o casarão para vender seus produtos: cervejas, cigarros, isqueiros, salgadinhos, batata frita e alguns itens básicos do dia a dia. Ele costuma colocar seu carrinho de vendas na calçada do casarão, começando as atividades durante a tarde e indo até o final da noite, a depender do dia da semana.

Esse casarão fica localizado próximo à Praça da Faustina, um local muito conhecido na região que recebeu esse nome em homenagem à dona Faustina Pereira, uma famosa figura maranhense que comandou um bar; um espaço de tambor de crioula e bordel na área há algumas

décadas. Nos anos 1980, exatamente onde hoje se encontra a praça, um sobrado desmoronou e passou a funcionar como estacionamento de uma secretaria do governo municipal. Tempos depois, se transformou na praça que perpetua o nome de Faustina. Há alguns anos sem manutenção, o espaço foi reformado pela prefeitura da cidade e entregue requalificado em janeiro de 2023 por Eduardo Braide. No espaço, geralmente, há encontros e rodas de tambor de crioula em frente à pequena capela de São Benedito²⁸.

Em uma tarde de abril de 2024, enquanto eu conversava nessa praça com um senhor de 70 anos de idade e dono de um bar da região, uma mulher de quarenta e poucos anos, de baixa estatura, acompanhada por uma menina na faixa dos 10 anos de idade, deixou 50 reais com seu Francisco. Ela pediu para ele entregar o dinheiro para João, assim que o visse, pois, naquele momento, o casarão estava fechado e ela não conseguiu encontrá-lo. Minutos depois, João chegou à Praça e seu Francisco entregou o dinheiro para ele, dizendo: *“Aquela morena do carrinho deixou aqui para ti”*. João agradeceu e entrou no casarão para iniciar suas atividades. Seu Francisco me falou que a mulher, que também é vendedora ambulante, aluga o espaço cuidado por João para guardar seus materiais de trabalho. Logo em seguida, ela voltou e entrou no casarão para pegar seu carrinho de vendas. João a ajudou a carregar a estrutura de ferro e algumas grades de cerveja até a calçada. Na segunda remessa das grades, ela se desequilibrou enquanto colocava as mercadorias no carrinho, e algumas das garrafas caíram no chão e quebraram. João, que já estava dentro do casarão naquele momento, ouviu o barulho e voltou correndo para ajudá-la. Depois de organizar os produtos e limpar a calçada, a mulher saiu empurrando o carrinho em direção à Praça Nauro Machado para iniciar suas vendas. Pelo que pude perceber, durante o campo, esse tipo de prática e aluguel dos espaços nos casarões, como o caso do João, não é algo isolado. Ao contrário, é algo muito comum nesse contexto.

Outra vez, conversando com seu Ribamar, o senhor que conserta objetos na Praça João Lisboa, perguntei como ele fazia para guardar sua barraca e seus materiais de trabalho, já que ele não mora no Centro e havia me falado que não tem carro próprio. A barraca que ele usa para trabalhar, ao se abrigar do sol e da chuva, é composta por cinco longas peças de ferro e uma lona de plástico azul. Além disso, ele utiliza uma cadeira para descansar e uma estrutura de madeira para apoiar e consertar os sapatos, bolsas e demais objetos. Por conta disso, ele disse que precisa guardar, diariamente, tudo em um casarão que fica ao lado da lotérica, em frente à praça, onde também funciona um restaurante de comida popular. Ele contou que paga 20 reais

²⁸ Santo negro e padroeiro dos escravizados e cozinheiros, São Benedito é conhecido por suas origens africanas e celebrado em diferentes datas no Brasil.

por semana ao dono do estabelecimento – da mesma forma de João, o homem para quem ele faz o pagamento não é o proprietário do casarão. Além do seu Ribamar, outras pessoas guardam barracas, carrinhos e vários materiais de trabalho no térreo desse prédio, numa espécie de serviço de “sublocação”. Ele me disse ainda que praticamente todos os vendedores ambulantes da área alugam espaços nos casarões para guardar seus materiais de trabalho, sendo uma prática muito comum na região.

No mesmo dia da conversa com Gabriel e João, enquanto esperava a produção do lanche, João falou que o governo do estado anunciou, há alguns meses, a distribuição de uma verba destinada à reforma das fachadas dos casarões na Rua do Giz. Porém, até o momento, as reformas não saíram do papel. Ele também disse que ouviu boatos sobre o risco de desabamento das paredes de um casarão próximo à praça Nauro Machado, mas, para ele, isso não passa de uma narrativa que visa “*amedrontar as pessoas que circulam pela área*”, para que o poder público possa isolar e a diminuir a circulação de vendedores ambulantes no espaço. João entende que a presença desses trabalhadores não é desejada na região, sendo mal vistos pelos governantes que pretendem tornar o espaço mais agradável à estética do turismo, através do processo de remoção de serviços de vendas informais da região. Percebi que esse tipo de colocação é bastante comum entre os vendedores ambulantes, líderes comunitários e alguns moradores da área.

Durante a primeira reunião que participei com os vendedores ambulantes da Nauro Machado, eu e a professora Martina acompanhamos algumas reivindicações feitas por essas pessoas. Nesse dia, Luana, uma mulher de vinte e poucos anos, branca, que vende bebidas na praça, falou sobre a necessidade da mobilização da comunidade para a garantia e permanência dos vendedores ambulantes na área. Contou como o processo de “*gentrificação*” no Centro de São Luís vem ocorrendo há anos pelos governos do estado e do município. Fez alguns relatos sobre a situação desses trabalhadores durante o processo de revitalização na Praça Deodoro, localizada em outro bairro do Centro. Ela lembrou que na época do projeto quase todos os vendedores ambulantes foram retirados do espaço e não puderam continuar com suas vendas. Contou ainda que seu pai trabalhava como vendedor de “bike lanche”²⁹ há 30 anos, e ele viu muitos dos seus colegas passarem por dificuldades financeiras e por problemas psicológicos depois que perderam suas barracas na Praça Deodoro³⁰. Alguns que insistem em vender seus

²⁹ Modalidade de negócio que consiste em vender lanches em caixas térmicas usando uma bicicleta.

³⁰ O Imparcial. Complexo Deodoro muda a cara do centro. Disponível em: <https://oimparcial.com.br/noticias/2019/12/complexo-deodoro-muda-a-cara-do-centro/>. Acesso em: 23 de outubro de 2024.

produtos no local precisam ficar à margem da praça, pois foram retirados das calçadas do quarteirão. Tomando o exemplo dessa situação, ela enfatizou a necessidade de resistência dos vendedores na praça Nauro Machado, para que o mesmo não ocorresse com eles diante dos rumores da vinda do complexo hoteleiro da Vila Galé, que mencionei mais cedo e que acabou se confirmando alguns meses depois dessa reunião.

Essa situação, que envolve a saída ou permanência dos vendedores ambulantes na Praça Nauro Machado, é algo que está em pauta nas discussões cotidianas e institucionais da região há certo tempo. Em uma conversa com uma técnica e funcionária da Secretaria Municipal de Urbanismo e Habitação (SEMURH), em dezembro de 2023, eu, a professora Martina e Natália Mendes (pesquisadora do LEAP), ouvimos algumas colocações em relação ao comércio dos vendedores ambulantes nessa área. Ela nos explicou a necessidade de “*formalizar o informal*”, pois, em sua análise, a falta de organização nas vendas informais gera “*alguns problemas para a região*”. Nos disse ainda que a quantidade de vendedores ambulantes da área cresceu expressivamente, tanto com pessoas novas da comunidade que iniciaram as vendas, porque viram uma oportunidade de negócios, quanto por pessoas de outras regiões da cidade que passaram a se deslocar para o Centro com a mesma finalidade. Ela entende que isso, com o tempo, será um grande problema, já que essas pessoas não conseguirão manter suas atividades comerciais, pois será “*muito produto para pouco cliente*”. Além disso, falou que a quantidade de barracas nas ruas é prejudicial à paisagem arquitetônica da área, já que os turistas e as outras pessoas que visitam a região não conseguem olhar direito as fachadas dos casarões nessas ruas.

James Scott (1998) mostra como o Estado busca tornar as sociedades mais visíveis e controláveis. De acordo com o autor, através de processos de coerção e vigilância, o Estado impõe um sistema de “legibilidade” com o objetivo de tornar os espaços urbanos mais “gerenciáveis”. Esse controle, no entanto, frequentemente desconsidera as realidades locais e silencia as histórias das comunidades marginalizadas. A burocracia, como um aparato do Estado, ao seguir lógicas de distinção, reforça a exclusão social, utilizando fatores como classe, raça e cultura para justificar a marginalização de certos grupos. Essa “indiferença” gerada pela burocracia alimenta processos como a gentrificação, que ignora as necessidades das populações vulneráveis nos projetos urbanos. Com isso, as restrições burocráticas muitas vezes resultam na negligência das necessidades mais urgentes das pessoas (Herzfeld, 2016). Como apontam Veena Das e Deborah Poole (2008), o Estado pode ser reinterpretado a partir das práticas que emergem em suas margens sociais e territoriais. As autoras entendem as margens como locais onde o direito e a regulação estatal são desafiados por novas formas de organização, moldadas

pelas necessidades urgentes da população. Assim, as margens não são apenas os limites do Estado, mas partes constitutivas de sua dinâmica, onde as práticas estatais são reconfiguradas por outras perspectivas morais e jurídicas.

Em “O Rumor e o Terror na Construção de Territórios de Vulnerabilidade na Zona Portuária do Rio de Janeiro” (2016), Anelise Gutterres examina como os “enquadramentos” e “desenquadres” resultantes das reformas urbanas revelam as práticas do Estado na configuração de territórios vulneráveis, frutos dos processos de formação do Estado-nação brasileiro e suas lógicas de cidadania. Ela argumenta que o “rumor” e o “terror” alimentam uma construção discursiva favorável à gentrificação, criando a narrativa de um esvaziamento populacional por meio da noção de “vazios urbanos”. A autora afirma que essa retórica “justifica o enobrecimento urbano” ao evidenciar a “hostilidade”, o “vazio” e a “ruína”, criando uma “Área de Especial Interesse Urbanístico” e legitimando novas apropriações de espaços, desconsiderando as habitações existentes. Esse processo se reflete também no Centro Histórico de São Luís, onde as narrativas dominantes deslegitimam a presença de moradores e trabalhadores, especialmente na Praia Grande, o principal ponto turístico da região. Dessa forma, é possível perceber como os mecanismos de exclusão nas reformas urbanas, tanto no Rio de Janeiro quanto em São Luís, intensificam a “marginalidade” e favorecem a reconfiguração espacial e social das cidades em detrimento das comunidades locais.

O relato de João sobre os rumores de desabamento de casarões, associado à ideia de ruínas e à falta de reformas efetivas, revela como o poder público pode utilizar o medo como estratégia para afastar vendedores ambulantes. Esses trabalhadores, frequentemente mal vistos pelos governantes, são considerados um obstáculo na tentativa de transformar a área em um espaço mais atrativo para o turismo. A fala de Luana, que defende a resistência dos trabalhadores informais, mostra uma luta por direitos em um contexto que parece ignorar as necessidades desses vendedores. A história de seu pai e as dificuldades enfrentadas por outros vendedores na Praça Deodoro exemplificam as consequências das políticas de revitalização que não consideram o impacto sobre as comunidades locais. A menção ao complexo hoteleiro da Vila Galé evidencia uma nova fase de transformações que ameaçam a permanência desses trabalhadores, tornando a mobilização da comunidade ainda mais necessária, como apontou Luana. A conversa com a funcionária da SEMURH, que defende a “formalização do informal”, acrescenta uma camada ao debate. Embora seu ponto sobre a organização das vendas informais e a saturação do comércio na região possa parecer ter algum “fundamento” em termos “administrativos”, ignora a realidade vivida pelos trabalhadores que dependem dessa atividade

para manutenção de suas rendas. A crítica à paisagem arquitetônica, que considera as barracas um obstáculo à apreciação das fachadas dos casarões, mostra uma narrativa que prioriza a estética sobre os modos de vida e trabalho das pessoas que habitam a região.

Apesar da violência do Estado imposta sobre esses trabalhadores, a ocupação dos espaços patrimoniais pela economia popular se configura como uma dinâmica de resistência e ressignificação. Conforme discutido por Rogério Leite no texto “Contra-usos e espaço público: notas sobre a construção social dos lugares na Manguetown” (2002), os “usos” e “contra-usos” desses espaços representam formas de disputa não apenas pela posse física, mas também pelo reconhecimento político e simbólico desses locais. Na Praia Grande, observa-se a coexistência entre a preservação oficial e a apropriação informal dos casarões por trabalhadores ambulantes. Esses grupos, frequentemente marginalizados, utilizam e dividem os espaços para armazenar seus materiais de trabalho e para desenvolver suas atividades cotidianas. Nesse contexto, as tensões entre a “valorização” do patrimônio pelas políticas do Estado e os “contra-usos” dos espaços evidenciam uma disputa por visibilidade e reconhecimento, na qual o patrimônio histórico é, ao mesmo tempo, preservado e reconfigurado por aqueles que dele dependem para a continuidade de suas práticas sociais e econômicas.

3.2 Técnicas de construção, manuseios e vigilância sobre os casarões

Na época das construções, esses espaços possuíam fachadas revestidas com azulejos em padrões geométricos e florais, alinhando-se às ruas. O desenho arquitetônico e a divisão dos ambientes eram planejados de acordo com as necessidades das famílias e os serviços da época. Muitos casarões apresentavam mirantes, varandas, quintais, porões e até chaminés. Os materiais utilizados incluíam pedra, madeira e barro, com paredes feitas de tramas de madeira preenchidas com pedras e barro cru. Prensas de argila, moldadas em formas de madeira e reforçadas com arcos de pedra ou tijolos, foram empregadas, todas produzidas artesanalmente e revestidas com argamassa de cal. Os cômodos contavam com portas de madeira, forros nos tetos, grades nas janelas, assoalhos e escadas com corrimãos. As sacadas tinham guarda-corpos de ferro, que garantiam segurança e os detalhes estéticos. Com o passar do tempo, alguns desses espaços sofreram transformações, mas muitos ainda preservam detalhes originais que refletem a “riqueza de sua arquitetura histórica” (Manual do Centro Histórico, 2024).

Figura 12 - Modelos de casarões e sobrados do Centro Histórico



Fonte: site “Bahia.ws”

Como aponta Simone Toji (2011), a partir do plano de proteção “o bem cultural é mantido em condições que o dirijam à memória de uma época passada diante das novas conformações do presente”. Por isso, existe uma série de diretrizes que contribuem para a preservação desses bens tombados. Para garantir a conservação desses espaços em seus formatos originais, o Iphan elaborou a Política de Patrimônio Cultural Material (PPCM), estabelecida pela Portaria N° 375, em 2018. Essa normativa, desenvolvida por grupos de técnicos em parceria com setores da sociedade civil, foi criada como um guia para as ações e processos de gestão dos bens através da “identificação”, “reconhecimento”, “proteção”, “normatização”, “autorização”, “licenciamento”, “fiscalização”, “monitoramento”, “conservação”, “interpretação”, “promoção”, “difusão” e “educação patrimonial” voltados à dimensão material do Patrimônio Cultural Brasileiro (Iphan, 2018).

As exigências e restrições em torno das reformas, mudanças e uso desses espaços é um fator interessante a ser observado nesse contexto. De acordo com o “Manual do Centro Histórico” (2024), além do Iphan, Fumph, Dphap e Unesco, outras instituições possuem atribuições e responsabilidades específicas relacionados ao “cuidado” dos espaços tombados, entre elas: a Subprefeitura do Centro Histórico de São Luís; o Ministério Público Federal, o

Ministério Público Estadual; o Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão; a Defesa Civil; o Batalhão de Polícia Militar de Turismo do Maranhão (BPTur); a Blitz Urbana da SEMURH; a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMAM); a Superintendência de Limpeza Pública-SULIP/SEMOSP; a Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes (SMTT); o Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) e também delegacias, promotorias, Arquidiocese da cidade, união de moradores e demais membros da sociedade. Esses mecanismos são acionados em maior ou menor grau para garantir a vigilância e proteção desse patrimônio.

Durante a pesquisa, percebi que além do Iphan, o Batalhão de Polícia Militar, a Defesa Civil, o Corpo de Bombeiros e o Ministério Público aparecem com maior frequência nas discussões e práticas em torno dos espaços tombados. Também ouvi das pessoas que algumas normas técnicas “dificultam” e “atrapalham” o funcionamento dos espaços. As diretrizes para preservar os casarões são frequentemente vistas como “empecilhos” pelos moradores e comerciantes da área, sendo constantemente mencionadas nas conversas cotidianas da região.

Certa vez, conversando com a proprietária do *hostel* onde me hospedei durante parte do campo, ela me convidou para tomar café da manhã em sua cozinha particular, separada da dos hóspedes. Enquanto tomávamos o café, ela compartilhou seus planos de reformar as duas cozinhas e os banheiros do estabelecimento. Me disse, no entanto, que enfrenta dificuldades devido à escassez de materiais no mercado da cidade, exigidos para preservar a originalidade do casarão. Ela mencionou que essas exigências complicam a logística do espaço, pois, se não realizar reformas nos telhados e paredes, por exemplo, o local acabará se deteriorando, e isso sim resultará na “*perda do patrimônio*”. Ela disse ainda: “*Abigail, me diz onde eu vou conseguir óleo de baleia em pleno 2024?*” (rimos). E continuou: “*Na época dessas construções, as paredes eram feitas com barro, pedra e óleo de baleia, que eram utilizados para impermeabilizar os materiais. Mas onde eu vou achar isso hoje em dia? O IBAMA vai mandar me prender*” (risos). Ela me contou que já fez várias reformas no espaço por “*conta própria*”, pois, se sempre que precisar consertar um telhado tiver que “*enfrentar as burocracias do Iphan, o casarão vai cair*” e ela não conseguirá resolver um “*problema simples*”. Ela mencionou que grandes empresários da área realizam diversas reformas em casarões, muitas vezes de grande porte, alterando fachadas, instalando ar-condicionado e quebrando paredes, sem enfrentar qualquer tipo de “*punição*”. E disse que, em contrapartida, aqueles com menos recursos e menos influência enfrentam uma fiscalização mais rigorosa e muitas vezes são impedidos de realizar pequenos reparos. Por isso, ela realiza vários “*reparos escondidos*”, afirmando que “*não é nada que vá prejudicar a arquitetura original do casarão. Pelo contrário, vai ajudar a preservar*

ele”. Assim, me falou sobre consertos realizados no telhado, banheiros, lavanderia e na cozinha do *hostel*.

Em junho de 2024, enquanto conversava com uma funcionária de uma livraria localizada em um casarão próximo à Fonte do Ribeirão, ela me contou que o dono do estabelecimento realizava constantes reparos no imóvel, mas as reformas não duravam muito. O cimento caía das paredes, surgiam novas goteiras e a umidade precisava ser combatida diariamente para evitar danos aos livros. Ela comentou que essas dificuldades de manutenção contribuem para o abandono dos casarões pelos proprietários, o que, por sua vez, leva à ocupação informal desses espaços. Famílias com crianças, pessoas em situação de rua e usuários de substâncias psicoativas acabam dividindo os mesmos locais, por conta de algo em comum: a necessidade de um local para morar. Ela disse que, por um lado, é muito bom quando o governo ou empresas privadas investem em reformas dos casarões. Contudo, fez críticas as grandes modificações comerciais da área que *“apagam a memória dos lugares”*. Disse: *“ninguém lembra o que funcionava naqueles casarões da Rua Grande³¹ antes de ser a C&A ou a Riachuelo. Não existe uma difusão das histórias sobre o Centro Histórico em políticas públicas nas escolas”*. A partir dessa fala, percebo que, enquanto grandes redes como “C&A” e “Riachuelo” representam um comércio voltado para o consumo em massa, que pode “apagar a memória” dos casarões, os pequenos negócios, como os dos vendedores ambulantes, têm o potencial de preservar certa vitalidade do comércio local, mantendo uma conexão mais direta com o cotidiano das pessoas que vivem no Centro Histórico. No entanto, isso não significa que os trabalhadores da área vivam em total “harmonia”, pois enfrentam desafios e tensões em seu dia a dia.

Certa noite, enquanto eu caminhava pela Rua do Giz, em frente à Praça da Faustina, percebi que João estava trabalhando na área. Seu carrinho estava decorado e iluminado com um cordão de luzes de led coloridas. Ele atendia o público, entregava os produtos, recebia dinheiro, passava troco e limpava as mesas de plástico onde seus clientes consumiam cervejas. Alguns homens estavam sentados na calçada, conversando e bebendo. Também havia um grupo de jovens vestidos com calças, camisas e botas pretas, conversando, bebendo, fumando e namorando nos bancos de cimento ao redor da praça.

³¹ Principal rua comercial do Centro Histórico de São Luís.

Figura 13 - Praça da Faustina (2024)



Fonte: Registro de campo (junho de 2024)

Ao me aproximar do casarão, cumprimentei João e conversamos por alguns minutos sobre as atividades da área. Ele me contou que foi denunciado pelos vizinhos por colocar música alta no casarão durante as vendas, em certos dias da semana. Por conta disso, precisou se “*regularizar com a justiça*”. Disse que sua venda de lanches e bebidas não é permitida dentro do casarão, apenas no carrinho que ele recebeu do governo estadual pelo programa “Mais Renda”³². Esse tipo de serviço no local configuraria o espaço como um bar e, por lei, os bares e restaurantes devem passar por um processo muito mais rigoroso para funcionar, mesmo que isso, muitas vezes, não aconteça na prática. Sendo assim, ele disse que planeja utilizar o casarão como espaço de brechó, mas ainda precisa se adequar às condições exigidas pelo poder público para ter a venda dos produtos liberada. Até lá, segue com as vendas apenas no carrinho.

³² Conjunto de estratégias e ações do governo estadual que visam contribuir com a emancipação financeira e a melhoria da qualidade de vida da população beneficiada. Além de fornecer materiais de trabalho, o programa oferece capacitação, fomento e acompanhamento gerencial para empreendedores de baixa renda. Mais informações em: Adesão ao programa Mais Renda | Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social (sedes.ma.gov.br)

Foi nessa mesma rua que, no dia em que conheci seu Francisco, dono do bar na praça da Faustina, ele estava confeccionando um balcão para o seu estabelecimento. Ou melhor, estava fiscalizando o serviço dos seus funcionários. Dois homens fortes, na faixa dos quarenta anos, um branco e um negro, montavam uma estrutura de madeira com rodinhas que pudesse suportar um balcão para a venda de comidas. Seu Francisco, que gere o casarão há 40 anos, me falou que pretendia vender lanches no bar durante o dia, para *“chamar mais fregueses”*. A ideia era vender bolo, hambúrguer, cachorro-quente, doces, pipocas etc. Em tom de brincadeira, um dos funcionários criticava a ideia: *“O senhor vai vender lanche, mas quem vai fazer, já que o senhor não sabe?”*. Seu Francisco, chateado, me falava: *“Minha filha! A pior coisa é gente invejosa; gente que fica colocando olho gordo nas coisas alheias e fica tirando nossas forças antes mesmo das coisas acontecerem”*. O homem me olhou e riu, sabendo que conseguiu irritar Seu Francisco, e ainda falou: *“Que horas o senhor vai vender esse lanche?”*. Seu Francisco respondeu: *“Pela manhã!”*. O homem caiu na gargalhada e disse: *“Mas o senhor dorme o dia todo, o pessoal de rua, os cracudos, ainda vão passar e levar seus produtos e o senhor nem vai ver”*. Seu Francisco levantou chateado e foi resmungando para dentro do bar, enquanto seu funcionário, sentado na calçada, ria da situação.

O apoio do balcão ficou pronto e seu Francisco falou que ainda não estava do jeito que ele queria. O funcionário falou: *“Seu Francisco, está do jeito que o senhor pediu. O que mais vai inventar aqui?”*. Ele respondeu *“Não sei... tô achando que tá feio esse bagulho todo na porta. Tinha que ficar mais baixo”*. Enquanto guardava as ferramentas de trabalho, o homem falou: *“Mas o senhor pediu assim, justamente para conseguir empurrar o balcão para dentro do bar, quando a vigilância passar. Se mudar, vai ficar difícil empurrar o balcão. O senhor ainda vai ser multado porque não pode ficar nada na calçada sem autorização”*. Enquanto eles discutiam sobre qual seria o melhor formato da estrutura, um homem, bastante embriagado, apareceu no exato momento e falou para o seu Francisco que o bar estava bagunçado e um pouco sujo para vender lanches. Enfatizou que primeiro seria preciso melhorar a estrutura do estabelecimento para comercializar alimentos, e disse ainda: *“A minha casa é de pobre, mas pode chegar lá que vai estar tudo bem limpinho, eu não suporto sujeira, não sei como algumas pessoas conseguem”*. O homem comentou que uma estrutura mais iluminada poderia atrair mais clientes. O interior do bar era pouco iluminado, tornando difícil para quem passava na rua visualizar o espaço. Algumas mesas e cadeiras de plástico empilhadas em um canto, junto às que estavam dispostas na calçada, eram os principais indicativos de que no casarão funcionava como um bar.

A esposa do seu Francisco, uma mulher de sessenta e poucos anos, parda, de cabelos lisos e compridos, chegou, entrou no casarão e pegou uma cadeira de plástico para sentar em frente à praça. Ela observou a estrutura de madeira feita para o balcão e comentou com o funcionário do estabelecimento: “*Francisco ainda não desistiu dessa ideia? Quero ver quando a vigilância multar ele! Ele sabe que não pode fazer isso sem autorização*”. Seu Francisco saiu do bar e sua esposa perguntou: “*Francisco, você já pediu autorização para Kátia Bogéa³³ para fazer isso?*” (risos). Em meio às provocações da esposa e do funcionário, seu Francisco respondeu enfurecido:

Pedir autorização para Kátia Bogéa? Ela não manda aqui! Ela tem que cuidar das coisas dela e mandar fazer banheiro público nessa área, isso sim. Às vezes, meus clientes nem conseguem usar o banheiro do bar porque esse povo da rua, mendigos, lotam os banheiros. Isso ela não vê! O bar é meu e eu coloco o que eu quiser aqui, quero ver quem vai tirar! Vocês ficam colocando olho gordo nas minhas coisas e tirando as minhas forças (Diário de campo, 6 de maio de 2024).

A esposa dele, calmamente, explicou que a região é patrimônio da humanidade e representa parte da história da cidade e do país, por isso não é permitido fazer modificações nos espaços sem autorização do Estado. Disse:

Francisco, o Centro Histórico de São Luís é patrimônio da humanidade. Esses casarões têm que ser preservados para mostrar para as pessoas como era a vida aqui nos séculos passados, para contar a história dos europeus e das pessoas que vieram pro Brasil e foram escravizadas para construir esta cidade. Por isso, tudo que for feito neles precisa de autorização do Iphan e do governo. Isso aqui também gera dinheiro pro governo quando o turista vem visitar, por isso tem que conservar no modelo original (Diário de campo, 6 de maio de 2024).

Seu Francisco ignorou os argumentos dela e continuou reclamando sobre esse “absurdo”, alegando que ele era o dono do bar e que tinha o direito de fazer o que quisesse no casarão. Depois de discordar da forma como ele organizava o estabelecimento, ela falou: “*Francisco, para fazer qualquer coisa aqui, é preciso autorização. Kátia Bogéa toma conta daqui, sim. Na hora que mandarem fechar seu bar, você vai ver*”. Apesar de não ser proprietário do casarão, seu Francisco cuida do espaço há quatro décadas, desde quando foi contratado pelo dono do imóvel para ser gerente dele. Quando ele passou a trabalhar no casarão, além de bar, o local também funcionava como restaurante. Seu Francisco passou de gerente a dono do estabelecimento. Pelo que entendi, ao mencionar de forma muito breve, devido à inatividade da

³³ Kátia Bogéa é graduada em história e especialista em historiografia brasileira. Foi presidente do Iphan entre 2016 e 2019 e, atualmente, é presidente da Fumphi.

antiga família proprietária em relação ao imóvel, a justiça reconheceu, com o passar do tempo, o direito de uso do espaço por Seu Francisco. Ao longo dos anos, o casarão, que toma boa parte do quarteirão, foi sendo dividido entre moradia e pontos comerciais. No pavimento superior, residem algumas famílias e nos salões do térreo funcionam dois outros bares como espaços independentes, gerenciados por outras pessoas.

Certa manhã, na Rua da Palma, conversando com dois homens que trabalham em um espaço de uma festa de *reggae*, um deles (sócio do estabelecimento) mencionou que o casarão necessitava de vários reparos materiais. Contudo, como me disse, eles “*não podem fazer quase nada*” porque existe uma “*grande burocracia*” em torno das reformas desses imóveis, e por isso, eles “*desistem das ideias*”. Me falaram que fazem apenas manutenções cotidianas, como limpeza, iluminação e consertos pontuais nos telhados. Também contaram que sentem muita vontade de colocar uma placa nas cores do *reggae* na fachada do prédio, para atrair o público. Entretanto, sabem que se fizerem isso serão multados pelos órgãos competentes pela fiscalização da região. Por isso, eles utilizam outra estratégia nos dias de festa, sexta-feira e domingo, para anunciar as atividades no local. Colocam, na calçada do casarão, duas grandes faixas de pano coloridas (verde, amarelo e vermelho) no sentido vertical, indicando o estilo da festa e a abertura do estabelecimento para o público que passa pela área.

Por uma questão de segurança, o meu contato com a maioria locais ocorreu nas áreas externas, entre ruas e calçadas, e muitas vezes os cenários se limitaram às fachadas dos casarões. No entanto, em certas ocasiões, adentrei nos espaços e visualizei suas estruturas internas com mais detalhes. Certo dia, durante o campo na área da Fonte Ribeirão, aceitei o convite do Ferreira - corretor de imóveis que conheci no mesmo bairro no início de 2024- para visitar o casarão onde ele trabalha, depois dele relatar as dificuldades de manutenção material do espaço. Ele disse que a dona do prédio mora em outro bairro e trabalha em uma cidade do interior do Maranhão. Por isso, raramente vai ao Centro Histórico visitar o imóvel. Ferreira alugou o casarão há muitos anos para montar seu escritório e nos últimos cinco ele toma de conta do local como um tipo de gerente. Agora, ele aluga salas do ambiente para outras pessoas, dividindo o espaço que anteriormente funcionava exclusivamente como seu escritório.

Essa visita ocorreu durante o horário comercial e além do escritório do corretor, também estavam abertos e em funcionamento, no local, um consultório odontológico e uma empresa de contabilidade. Logo na entrada, percebi as condições materiais do imóvel. Um emaranhado de fios estava pendurado no terraço; o forro de PVC estava caindo; o local possuía uma má iluminação e também havia infiltração nas paredes e no chão. A pintura era antiga e alguns

insumos de construção civil (sacos de cimento e argamassa) estavam empilhados no corredor. Também havia objetos como cadeiras, prateleiras de vidro e luminárias espalhados pelo chão do espaço. Assim que entrei, senti um cheiro da fumaça e Ferreira me explicou que todas as tardes a fumaça sobe do térreo para o pavimento superior. Isso ocorre por conta da venda de churrasquinho no local. Ele falou que todos dias, enquanto o comerciante organiza sua venda de alimentos, a fumaça invade os escritórios e o consultório odontológico do casarão. De acordo ele, além dos três estabelecimentos no pavimento superior, a dona do casarão aluga duas partes do prédio para outras pessoas. Uma é usada pelo o dono do restaurante/bar, na parte de baixo, e outra é alugada para outro homem, que utiliza o espaço apenas para guardar objetos de outros casarões. Esse último, de acordo com Ferreira, também trabalha no ramo imobiliário, alugando e vendendo casas na área. Por isso, sempre que limpa um casarão para seus negócios, ele recolhe materiais e guarda nessa sala que serve de depósito.

Ele também mostrou outro espaço do casarão, um salão que possui portas para a rua, mas atualmente está fechado. No local funcionava um bar, onde costumava ter música ao vivo, como samba e seresta. De acordo com ele, o antigo bar era bastante movimentado pelas pessoas da região e de outras áreas da cidade. Havia um grande consumo de comidas e bebidas no local. Em dias de festa, o ambiente costumava ter grandes filas de pessoas na porta. Com a carestia dos produtos, o fluxo de pessoas foi diminuindo, até que encerrou suas atividades. Ferreira disse ainda que nos últimos anos vários estabelecimentos na região foram fechados, principalmente bares e restaurantes. No seu entendimento, além das normas da vigilância sanitária, a dificuldade financeira de muitos proprietários em relação à manutenção e à reforma dos prédios, mediante a fiscalização do Iphan, contribuíram para o fechamento de alguns estabelecimentos comerciais na área.

Outra vez, na calçada vizinha do bar de *reggae*, eu conversei com seu Luís, vigilante de carros, sobre a história de outro casarão da região. Uma casa, classificada como meia-morada, pertencia a um “árabe” abastado que escolheu o Centro Histórico da cidade para viver e fazer investimentos financeiros, através da compra e aluguel de imóveis. O espaço estava fechado há algum tempo e antes disso foi a residência da família por vários anos. Esse homem e seu Luís se tornaram grandes amigos, e o homem, que também era dono de um *hostel* nessa mesma rua, comprou o imóvel e deu de presente para sua mãe. Tempos depois, quando a mãe morreu, ele mesmo passou a cuidar do local. Mais tarde, quando ele faleceu, sua esposa assumiu a responsabilidade legal da propriedade. Atualmente, ela não mora na cidade, mas visita o espaço uma ou duas vezes ao ano. A casa fica sempre fechada e seu Luís não sabe ao certo em quais

condições materiais a área interna se encontra, mas soube que o imóvel seria reformado. Seu Luís também disse que todos os dias, quando está pelo Centro vigiando os carros dos seus clientes, ele aproveita para “*ficar de olho*” no imóvel do velho amigo, como uma forma de evitar invasões ou algum tipo de destruição do local. Ele disse que o antigo dono da casa era um homem muito bom e sempre o ajudava. Então, vigiar a casa é uma forma de retribuir.

No Brasil, os espaços públicos e privados são visualizados não apenas por definições jurídicas e geográficas, mas através de planos culturais, econômicos e religiosos que despertam vários tipos de sentido. Essas representações fazem parte, por exemplo, de uma tradição socioantropológica e são constitutivas da relação direta entre “a casa e a rua” (DaMatta, 1997). Diante dessa perspectiva, no cotidiano do Centro Histórico de São Luís é interessante perceber como algumas noções sobre o “público” e o “privado” se imiscuem. Essa “fronteira” também revela como as pessoas buscam equilibrar suas necessidades financeiras e garantir suas rendas. A gestão dos casarões, representada por João, Ferreira e Seu Francisco, por exemplo, ilustra diferentes formas de uso e apropriação dos espaços na região. Seu Francisco, que administra o casarão há 40 anos, conquistou o direito de uso do espaço por meio de seu longo vínculo com o local. Ferreira, por sua vez, aluga o casarão, onde mantém seu escritório, e também o cede a outras empresas, estabelecendo uma relação mais “formal” de serviço. Já João, com certa autonomia, pode alugar partes do imóvel, mas utiliza o espaço exclusivamente como “depósito” para mercadorias, fazendo um maior controle da circulação de pessoas no espaço.

Nota-se também que a concepção de “privacidade”, em seu sentido estrito, a partir da ideia de “propriedade individual”, costuma ser ignorada pelos habitantes da área. Contudo, a depender da situação, a retórica do “particular” é rapidamente evidenciada, e os “direitos” e “deveres” são manifestados. Essas concepções são colocadas tanto do ponto de vista material, sobre manuseio e funcionamento dos espaços, quanto do ponto de vista simbólico, através de noções sobre obrigações e cuidado coletivo. Isto é, por um lado, as pessoas se indignam e reivindicam certos “direitos privados” sobre o uso dos espaços, alegando seus domínios. Por outro, elas compartilham práticas e deveres sobre os lugares, sentindo-se responsáveis não apenas pelos seus bens, mas pelos pertences de outras pessoas. Em certa medida, isso possibilita perceber a ambiguidade dessas categorias no local.

Além disso, várias pessoas burlam as regras e diretrizes de conservação dos casarões perante os órgãos fiscalizadores, ainda que “com boas intenções”. Os casarões necessitam de insumos específicos, que, segundo os moradores, são difíceis de encontrar, tanto do ponto de vista financeiro quanto logístico. Durante o trabalho de campo, alguns mencionaram que

realizam ou pretendiam realizar essas manutenções “escondidas” dos órgãos de fiscalização. Eles explicaram que, embora os casarões precisem de reparos, é difícil encontrar os materiais exigidos, o que os leva a fazer as reformas de forma discreta para evitar multas. As falas sobre manutenções e pequenas reformas revelam como essas intervenções são conduzidas no cotidiano. Contudo, como destacam, muitas dessas obras são paliativas, já que certos materiais utilizados são simples e, frequentemente, não cumprem as exigências técnicas do Iphan. Por isso, essas intervenções geralmente se concentram nas áreas internas dos casarões.

3.3 Ruínas vivas: habitação, reforma e cuidado com as casas

Figura 14 - Casarão em ruínas na Travessa do Portinho (2024)



Autor: Adson Carvalho (outubro de 2024)

Caminhando pelas ruas e observando a estrutura arquitetônica dos casarões em ruínas, o presente e o passado se misturam e despertam a curiosidade sobre como foi e continua sendo a vida nesses espaços. As marcas do sistema escravocrata são reveladas por certos padrões nas construções e os ambientes sugerem os tipos de atividade que ocorriam nesses locais séculos atrás. Quanto maiores os casarões, mais fácil associá-los à posse dos mais ricos e poderosos da época – o inverso também ocorre. Em termos materiais, a paisagem é sublinhada pelas paredes sem azulejos que expõem o barro e as pedras alicerçadas nos monumentos; as manchas avermelhadas realçam a ferrugem nas grades de ferro; os cupins devoram as madeiras e ameaçam a sustentação dos telhados; e as plantas sobre os tetos provam que não há lugar imune

à capacidade de manifestação da natureza. Enquanto os materiais dos casarões se desmancham em maior ou menor grau, as pessoas que habitam os espaços mostram que a vida segue em diferentes ritmos, pois a criatividade não se limita à matéria física. Ao contrário, ela possibilita diferentes usos e novos significados em torno dessas casas.

A materialidade das ruínas, visível nas paredes expostas e na ação da natureza sobre os casarões, pode ser analisada à luz das “Reflexões sobre Ruínas e Ruinação” de Ann Laura Stoler (2008). A autora nos convida a olhar para as ruínas não apenas como vestígios de um passado distante, mas como espaços que carregam significados profundos, ainda operantes no presente. Para Stoler, as ruínas são mais do que marcas do fim de um ciclo; elas são locais em constante transformação, nos quais o tempo e as relações de poder se entrelaçam, reformulando suas narrativas e significados ao longo dos anos. Ao invés de serem meros resíduos do que já foi, as ruínas, como espaços materiais e simbólicos, preservam as tensões, as disputas e os legados de um passado imperial que continuam a ressoar na sociedade contemporânea. Nesse sentido, elas não apenas evidenciam o desgaste físico das construções, mas também operam como testemunhas das mudanças nas dinâmicas sociais e políticas, refletindo a reconfiguração das hierarquias de poder, os processos de marginalização e as continuidades ao longo do tempo. O olhar para as ruínas, portanto, deve levar em conta não só a deterioração física das estruturas, mas também os significados históricos e sociais que continuam a se desdobrar nesses espaços, desafiando o tempo e a memória.

Inspirado por essa perspectiva de Stoler (2013) e também pelos estudos de John Collins (2013, 2015), Carlos Gomes de Castro (2017) argumenta que as ruínas vão além de simples representações fixas da história. Em sua pesquisa etnográfica no contexto cubano, ele ressalta que “as ruínas não eram vistas como algo inerte, impossível de se mover, como um bem patrimonial intocável”. Em vez disso, ele destaca o impacto das ruínas como agentes ativos, que moldam paisagens e afetam os corpos e as vivências das pessoas, por meio de seus elementos e sensibilidades. Essa abordagem permite uma leitura mais aprofundada das ruínas no Centro Histórico de São Luís, onde elas não apenas “preservam” o passado, mas se revelam nos modos de vida de quem habita essa região. As estruturas que antes simbolizavam poder, riqueza material e prestígio social, com o “abandono” e a “degradação” passaram a ser vistas como sinais de decadência. Embora o olhar dominante associe esses “casarões em ruínas” ao abandono, no campo, pude compreender como eles são ocupados, vividos e ressignificados pelos moradores, que encontram neles outras fontes de riqueza, ligadas à memória, resistência e aos seus modos de vida.

Nesse contexto, os casarões funcionam não apenas como espaços de habitação, mas como ambientes carregados de convivência, trocas, pertencimento, memórias, afetos e desafetos. Assim, é essencial refletir sobre o debate em torno das casas, considerando seus múltiplos agentes e significados, como o tempo, que não afeta apenas fisicamente as construções, mas também lhes confere novos sentidos. Outros seres interferem e agem sobre essas casas, contribuindo para a constituição de seus significados, enquanto elas (as casas) influenciam os modos de vida de seus habitantes. Portanto, não é possível separar claramente esses aspectos, pois, no cotidiano, essas dimensões não são vividas como elementos distintos, mas como partes de um todo interligado (Carsten, 2014), dentro de uma rede de construções materiais e simbólicas (Marcellin, 1999). Seguindo essa perspectiva, os casarões e seus constituintes podem ser vistos como agentes dinâmicos, a partir de processos que envolvem diversos elementos, já que as pessoas produzem casas, ao mesmo tempo em que as casas produzem as pessoas e seus universos (Carsten e Hugh-Jones, 1995).

Em meio a perspectiva, Rodrigo Bulamah (2018), ao estudar as ruínas de um vilarejo no norte do Haiti, discute como os vestígios do passado se ativam nos modos de vida cotidianos por meio de diferentes agências, afetos e materialidades. O autor introduz o conceito de “plasticidade da casa”, observando como as dinâmicas de troca, relações de parentesco, amizade, comensalidade, trabalho e ancestralidade, envolvendo tanto humanos quanto não humanos, constroem a vida cotidiana. Portanto, ao considerar a relação entre as pessoas, as coisas e o tempo (Gonçalves, 2007), é possível entender como essas casas são configuradas e conectadas aos modos de vida, não sendo isoladas das ações humanas e de outros seres. O que poderia ser pensado como “separado” (casas, pessoas, objetos, animais, plantas, etc.) está, na realidade, entrelaçado, e quando essas coisas se misturam, elas se transformam. Essas transformações, mais ou menos visíveis no cotidiano, puderam ser observadas durante o trabalho de campo.

Em fevereiro de 2024, sob uma leve chuva no início de uma tarde, segui em direção à praça João Lisboa para conversar com alguns interlocutores e observar as atividades na área, enquanto esperava Natália (LEAP) para um dia de campo. Passando em frente ao antigo Palácio do Comércio³⁴, que estava fechado com placas de alumínio para uma reforma, vi três garotos entre 10 e 12 anos de idade, dois brancos e um negro, que brincavam com bolinhas de gude, numa pequena parte arenosa ao lado da Igreja da Sé, um dos maiores pontos turísticos do Centro

³⁴Construído na primeira metade do século XX e localizado entre as praças Benedito Leite e Dom Pedro II, o Palácio do Comércio funcionou como um espaço de hotel, comércios, bares e museus. Atualmente, encontra-se fechado após interdição da Defesa Civil.

Histórico. Chegando à Praça João Lisboa, vi que o espaço estava bastante movimentado, apesar do tempo chuvoso. Notei que vários casarões naquela região estavam com placas de aluguel e de venda. Pessoas trabalhavam comercializando diversos produtos em carrinhos e barracas com lonas de plástico. Turistas caminhavam e tiravam fotos; ciclistas se deslocavam pelas ruas; policiais faziam rondas em viaturas e cavalos; idosos nos bancos da praça conversavam; várias pessoas entravam e saíam da Caixa Econômica; além disso, era possível perceber a presença de animais (cachorros, gatos e pombos) que circulavam livremente pelo espaço. Também vi alguns homens carregando materiais de construção (cimento e argamassa) enquanto trabalhavam na reforma de um casarão em frente à Igreja do Carmo.

Já na companhia de Natália, em direção ao Desterro, observamos que alguns imóveis estavam sendo reformados. Passamos próximo a um casarão em obras, o “Palacete da Rua Formosa: Novo Polo Cultural e Turístico de São Luís”, e vimos um contêiner azul com restos de materiais de construção (tijolos, ferros, pedras e madeiras) na entrada do prédio. Alguns trabalhadores entravam e saíam do lugar carregando várias ferramentas, enquanto outros trabalhavam no espaço interno. Na porta, havia um homem fardado, com equipamentos de proteção e papéis nas mãos, vistoriando a obra. Na fachada do imóvel, uma grande placa de ferro desenhada com logos do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES), do Instituto Cultural da Vale, do Instituto Pedra, da Prefeitura de São Luís, da Fundação Municipal do Patrimônio, do Governo Federal e do Iphan, indicava os financiamentos da reforma. O casarão, fundado em 1829, já foi utilizado como espaço residencial e ponto comercial, acumulando diferentes atividades ao longo dos séculos. Depois de ser totalmente restaurado, o espaço se tornará o primeiro Museu de Azulejos do Brasil (Imirante, 2024).

Seguimos pela Rua Quatorze de Julho e vimos dois homens – um de sessenta e três anos e um de vinte e cinco anos – usando fardas laranjas, botas e capacetes de proteção. Eles estavam saindo de um pequeno imóvel com portas de madeira envelhecidas, telhado quase inteiramente coberto por plantas e reboco de barro nas paredes que se desintegrava lentamente. Com a porta aberta, observamos que na parte interna do prédio havia muitos materiais de construção guardados, como uma espécie de depósito. Paramos e nos apresentamos como pesquisadoras. Eles foram receptivos conosco e se apresentaram como seu Chico (o mais velho) e Rafael (o rapaz). Nos falaram que estavam apenas guardando alguns materiais naquele prédio, pois a obra estava acontecendo em um casarão na outra rua. Como supomos, eles nos afirmaram que o espaço estava servindo como depósito para a obra principal.

Além desse imóvel, havia ainda um terceiro prédio usado de apoio para a obra. O casarão em frente, sem telhado e com paredes deterioradas, foi alugado para funcionar como estacionamento para as motos dos trabalhadores da empresa. Eles também nos disseram que estavam trabalhando há um ano na reforma do Palacete da Rua Formosa, antiga casa do Jornal O Imparcial. Seu Chico nos contou que a empresa responsável pela reforma do prédio pertence à iniciativa privada, mas tem parceria com o governo municipal e segue ordens do Iphan, como bem lembrou Rafael. Foi interessante conhecer os usos desses dois casarões que servem à obra, pois, quando estão fechados, não fica evidente como são utilizados, e podem facilmente ser vistos como vazios e abandonados.

Em outras ocasiões pudemos observar as condições materiais e dinâmicas de usos de vários casarões da região. Em uma tarde de outubro de 2023, novamente caminhando pela área na companhia de Natália, passamos pela estreita João Vital e observamos uma casa estilo “porta e janela” com uma espécie de porão. A porta da entrada da casa era muito baixa, e tinha pouco mais de um metro, parecendo dificultar a entrada de pessoas mais altas. Apesar da pouca iluminação do espaço, Natália percebeu que na parte interna havia algumas pessoas jogando baralho em volta de uma mesa, conversando e rindo. Outro fato que nos surpreendeu foi o tamanho do compartimento interno do imóvel, pois, apesar da fachada ser muito estreita, sua sala parecia ter o dobro da largura. Isso nos fez perceber a irregularidade do terreno, que, por sinal, não é exclusividade dessa casa, pois existem vários outros casarões com os mesmos recortes e assimetrias.

Seguimos em direção à Rua da Palma e avistamos um casarão em reforma, isolado com uma enorme chapa de alumínio. Dois homens, usando fardas azuis, trabalhavam no local. Eles estavam fazendo os acabamentos nos rebocos de barro das paredes e também colocando um janelão de ferro na fachada. Enquanto um estava trabalhando na parte interna, o outro estava numa escada na calçada, perfurando a parede com um martete para colocar o peitoril da janela. Chegando à Rua Jacinto Maia, vimos uma casa, meia morada, em estado material bastante deteriorado, mas ela chamou nossa atenção por outro motivo: sua decoração. Observamos que o ambiente estava enfeitado com objetos coloridos na janela: bonecas, máscaras de carnaval, fitas, flores e uma pequena bandeira do Brasil. Algumas roupas estavam penduradas nas grades das janelas, como se estivessem secando ao sol, e as músicas dentro do espaço indicavam que ele estava ocupado por pessoas. Na esquina, alguns cachorros dormiam nas calçadas e gatos circulavam pela região. Pessoas recolhiam latinhas e outros materiais recicláveis nas ruas para vender. Do outro lado da rua, outra fachada de casarão estava decorada com dois enormes

bonecos de pano. Perto dali, na Rua da Saúde, uma casa porta e janela, com vários baldes pendurados na entrada do imóvel compunha a paisagem.

Figura 15 - Rua da Saúde (2024)



Autor: Adson Carvalho (outubro de 2024)

Perto dessa rua, vimos um casarão bem espaçoso, com grades de ferro vazadas, que permitiam visualizar o terraço e o jardim. Duas grandes árvores sombreavam o ambiente. Ao redor delas, várias plantas coloridas contrastavam com as pinturas velhas nas paredes. Ouvimos um som de flauta como se viesse de algum cômodo ao fundo do casarão. Percebemos, então, que o local também funciona como uma escola de música e de capoeira. Exatamente em frente a esse casarão, observamos outro prédio em arruinamento. O local não possuía telhado, na realidade, o telhado desmoronou e estava em pedaços dentro do espaço. Sem essa proteção, as paredes deterioraram mais fortemente pelo contato direto com as chuvas e com sol. Elas também estavam pichadas e as grades nas janelas estavam corroídas pela ferrugem. Dentro do local havia muito lixo, como plásticos e resto de madeira. Um gatinho entrava e saía do lugar, procurando alimentos e “brincado” com as sacolas. Na Travessa da Lapa, vimos alguns casarões com pilhas de lixo e muitos objetos espalhados, com pouca iluminação e ambiente úmido. Percebemos que havia pessoas morando nos espaços, pois alguns móveis e vários objetos pessoais, como roupas e toalhas de banho, estavam espalhados pelos ambientes. Além disso, diversas pessoas circulavam pelas ruas e pelos estabelecimentos comerciais.

Ainda no mesmo bairro, ao passarmos pela estreita Travessa da Lapa, vimos algumas senhoras sentadas na calçada, conversando e fazendo crochê. Também avistamos uma moça e um rapaz sentados na calçada de uma casa, conversando de forma distraída. O ambiente possuía uma pequena fachada sem azulejos, pintada de amarelo. Como a porta estava aberta, foi possível notar uma máquina de costura na sala e várias roupas no espaço, indicando que a casa também funciona como um ateliê. Vimos também um casarão onde há um bar/comércio, com dezenas de garrafas de cachaça em prateleiras na parede, além de outros produtos para venda. O casarão estava com a janela aberta e tocava uma música de *reggae* ao fundo. Sua parte interna estava decorada com vários discos e quadros de artistas musicais.

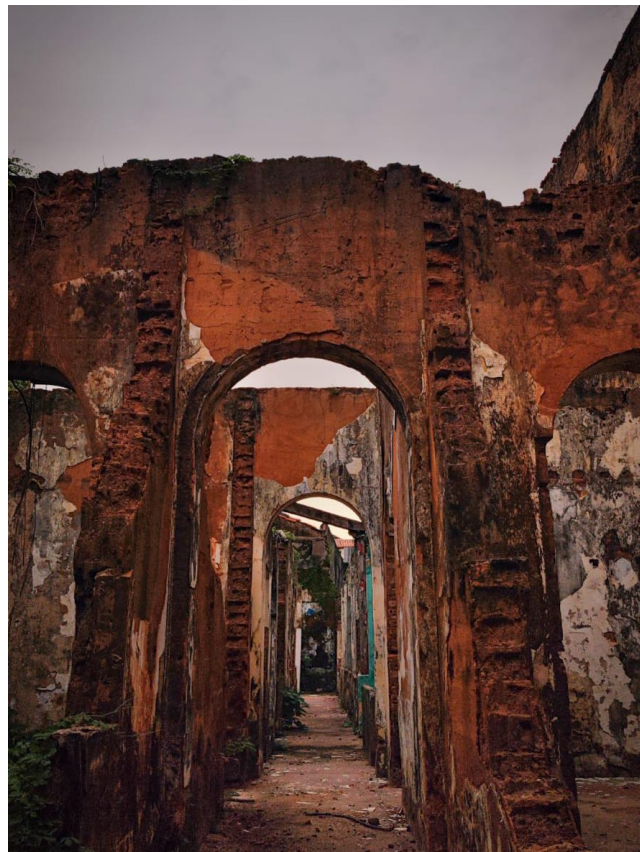
Logo em frente, vimos dois homens fardados trabalhando na reforma de um imóvel. Eles nos abordaram e falaram que naquele bar, durante a noite, também funciona um “*puteiro*”, mas não entraram em detalhes. Perguntamos o motivo da reforma do imóvel onde estavam trabalhando e um deles nos falou que o casarão pertence a uma empresa privada voltada ao serviço de contabilidade. A reforma visa dar mais conforto ao espaço, permitindo ampliar as demandas. Nós achamos curioso o fato de o escritório estar localizado em uma rua muito estreita e afastada da parte mais comercial da área, pois o estacionamento de veículos para clientes é muito difícil. E sobre o “*bar/puteiro*” em frente, os homens nos falaram que apenas aos finais de semana o espaço fica mais agitado, com música alta. Nos demais dias, tudo costuma ser muito calmo e silencioso e não atrapalha os serviços na empresa. Seguimos pela Rua Afonso Pena, passando em frente ao Casarão Colonial e ao Jornal Pequeno. Nessa rua, observamos outra reforma de um casarão, no prédio do Instituto de Genética Forense. Homens e mulheres, vestidos com fardas azuis da empresa “Agraste”, trabalhavam no local.

Além de funcionários de empresas privadas, durante o campo foi comum ver pessoas do serviço público fazendo limpeza e restauração de ruas na região. Algumas vezes, vi equipes da Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão (CAEMA) trabalhando nas valas e bueiros na área. Ao fim de uma tarde, em maio de 2024, uma equipe estava trabalhando com infraestrutura em frente à Escola de Música do Maranhão, na Rua da Estrela. Três homens com mais de quarenta anos, uniformizados, usando equipamentos de proteção, cavavam um buraco e manuseavam canos de água e esgoto. Enquanto isso, outro homem trabalhava dentro de um trator, retirando a areia do lugar. Também vi diversas vezes funcionários da prefeitura da cidade fazendo reparos nas ruas da Praia Grande, principalmente na Rua da Estrela e Rua Portugal. Geralmente, as atividades são voltadas à pavimentação com bloquetes, à pintura e à poda de árvores.

Diante dessas situações, percebo como os espaços da região são compostos tanto de forma material quanto simbólica. Casas e ruas se entrelaçam, desempenhando funções que vão além da moradia e manutenção da vida biológica, permitindo observar a interação entre trabalho, lazer e a vida cotidiana. Esses espaços não são estáticos; estão em constante transformação, sendo ocupados, reformados, vigiados, mantidos e decorados por diversos moradores, além de empresas públicas e privadas, o que gera diferentes relações e dinâmicas. Os moradores atribuem significados próprios à habitação e ao seu entorno. Práticas como reformas, personalização dos espaços e cuidados diários demonstram como as casas são moldadas pelos seus ocupantes. As ruas, evidenciam a circulação e interação, onde diversas forças sociais e econômicas se manifestam.

3.4 Criação de animais nos casarões: entre afetos e sustento econômico

Figura 16 - Casarão em ruínas, Rua da Estrela (2022)



Autor: Leandro Assunção (abril de 2022)

Ao longo da pesquisa de campo que realizo no local desde a graduação, pude notar algumas alterações no ambiente (tanto arquitetônicas quanto sociais) e as distintas camadas nas

paisagens. Isso possibilitou perceber como vários seres e elementos constroem, incidem e integram mutuamente os lugares, por meio de relações diretas e indiretas entre si, em processos contínuos e inacabados (Ingold, 2015). Enquanto algumas áreas se destacam por suas grandes e bem preservadas estruturas, outras mostram claros sinais de deterioração, com casarões resistindo à ação das chuvas, ventos e plantas. A partir dos estudos de Anna Tsing (2019), fica evidente que esses espaços são moldados por diferentes formas de “habitabilidade mais que humana”, nas quais seres não humanos como animais, insetos, fungos e bactérias desempenham papéis importantes na composição e decomposição das estruturas (Ingold, 2015).

Nesse contexto, os debates sobre as relações de dominação que os seres humanos impõem sobre a(s) natureza(s) e seus componentes multiplicam-se, convidando-nos a uma reflexão mais profunda sobre os modos de interação entre as sociedades e o ambiente. A partir de perspectivas multidisciplinares, conceitos como Antropoceno (Crutzen e Stoermer, 2000), Capitaloceno (Moore, 2016), Chthulucene (Haraway, 2022) e Plantationoceno (Tsing, 2022) oferecem um campo fértil para a análise das consequências das intervenções humanas na dinâmica ambiental do planeta, além de nos desafiar a compreender os efeitos dessas transformações nas relações sociais e nos modos de vida de diferentes populações ao redor do mundo. Tais discussões buscam, iluminar as complexas interações entre as forças geológicas e as forças sociais que vêm moldando as histórias, apontando para um futuro em que as consequências dessas escolhas são de difícil reversão.

Joan Martinez-Alier, em “O ecologismo dos pobres” (2014), propõe uma reflexão sobre a relação histórica entre a “natureza” e a “sociedade”, destacando duas dimensões dessa interação: primeiro, ao afirmar que a história humana se desenvolve dentro de contextos naturais, nos quais a natureza é não apenas um pano de fundo, mas um sujeito ativo nas transformações que moldam as sociedades; e segundo, ao argumentar que a própria percepção dessa relação entre seres humanos e natureza evolui ao longo do tempo, refletindo a influência das condições socioeconômicas e das práticas culturais. Antonio Carlos Diegues, em “O mito da natureza intocada” (2001), aprofunda essa reflexão, revelando como conceitos como “evolucionismo”, “preservacionismo” e “ecologismo” — oriundos das ciências naturais, filosofia e ciências sociais — foram instrumentalizados para criar uma visão idealizada da natureza, ao mesmo tempo em que contribuíram para sua destruição, ao colocarem em risco outras formas de vida que, à margem do capitalismo, buscam uma vida mais harmônica com os ambientes. Para Diegues, no contexto do capitalismo global, não se trata de preservar a natureza em si, mas de suprimir formas alternativas de viver que se colocam em desacordo com os

interesses do grande mercado. Paul Littler (2006) oferece uma ampliação dessas discussões, sugerindo que as múltiplas vertentes do “paradigma ecológico” não apenas refletem, mas respondem às novas realidades políticas e ambientais que estamos vivenciando. Isabelle Stengers (2015), por sua vez, provoca uma reavaliação do papel da natureza nesse novo momento histórico, afirmando que, mais do que um objeto a ser protegido, ela se apresenta como uma força capaz de questionar, de forma radical, tanto nossos saberes quanto nossas formas de viver.

Em meio a essas reflexões, as observações de campo no Centro Histórico revelam uma materialidade, embora “degradada” e “arruinada”, que, longe de ser apenas um reflexo da “decadência”, nos interpela sobre as múltiplas formas de coexistência entre seres humanos e não humanos. Esses espaços deteriorados não são apenas locais de passagem ou de abandono, mas lugares carregados de histórias, de práticas cotidianas que, ao resistirem à erosão do tempo, oferecem uma forma de reconfiguração das próprias relações entre as pessoas e o ambiente que as circunda. Como foi possível observar e compreender no campo, é nesse entrecruzamento de temporalidades, materiais e afetos que se dá uma das expressões mais potentes da relação entre seres humanos e seu mundo: o reconhecimento da capacidade de transformação mútua, onde o espaço, longe de ser um mero suporte estático, se torna um elemento dinâmico, carregando consigo as marcas de uma “história” da cidade em constante reinterpretação.

Certa vez, passando pela Rua do Sol, próximo ao Teatro Artur Azevedo³⁵, conheci um pouco da história de outro casarão em ruínas. O prédio funcionava como Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento (SEPLAN) de São Luís (MA), mas o órgão foi deslocado da área quando o imóvel sofreu um incêndio em novembro de 2015. De acordo com dados do G1 Maranhão³⁶, “as chamas começaram na parte de trás do prédio, no segundo andar, e rapidamente tomaram conta do casarão, que teve o interior destruído. As portas e janelas da parte de cima viraram cinzas. O telhado foi consumido pelo fogo”. Atualmente, a maior parte do casarão não possui telhado e suas paredes estão bastante deterioradas. A entrada principal, onde ficavam as portas de madeira, está fechada com tijolos e várias plantas crescem sobre as paredes do lugar. Além disso, na Travessa da Passagem, ao lado desse casarão, um grande terreno encontra-se em total deterioração material. O local não possui telhado; suas últimas

³⁵ Segundo teatro mais antigo em atividade no Brasil e o mais famoso da cidade, o espaço foi construído em 1817 e recebe esse nome em homenagem ao escritor e teatrólogo maranhense Arthur Azevedo (Guia Turístico Cultural São Luís, 2024).

³⁶ Mais informações em: <https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2015/11/incendio-destroi-cinco-palafitas-em-sao-luis.html>

estruturas são alguns restos de paredes de barro que estão se desfazendo em meio as plantas que tomaram conta do ambiente.

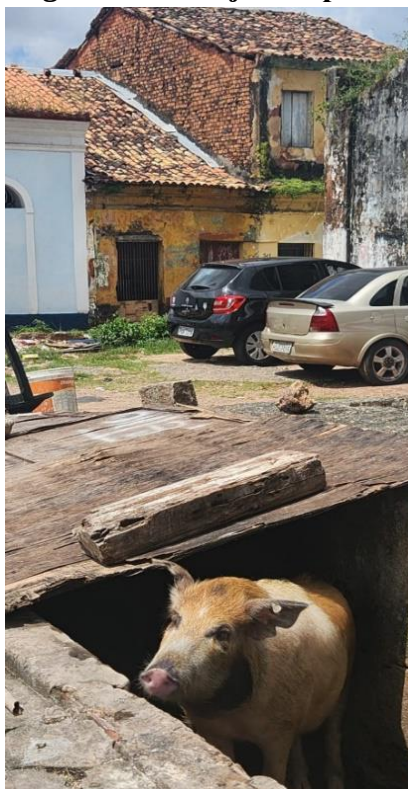
Enquanto eu observava esses espaços, um homem se aproximou e me contou que trabalhava como guardador de carros naquela rua. Ele aparentava ter pouco mais de quarenta anos, era negro, magro e usava um colete verde. Logo depois, outro homem chegou e se apresentou como Zeca. Ele era alto, branco, de cabelo comprido e olhos castanhos. Zeca disse que residia em um dos casarões e que trabalhava na área, vivendo no Centro Histórico há mais de quarenta anos: “*Nasci e me criei aqui*”. Ele explicou que, há alguns anos, mora no casarão da antiga SEPLAN com sua esposa e seus dez cachorros. Falou também que o casarão ficou abandonado após o incêndio. Juntamente com a esposa, fez uma grande limpeza no local e decidiu ocupar o espaço. Além disso, ele tentou ocupar o terreno ao lado, com a ajuda de alguns amigos, na intenção de ampliar o canil. O terreno, no entanto, pertence a um empresário que possui um grande estacionamento na Rua de Santana, próximo do local. Quando o proprietário soube da movimentação, enviou uma equipe para reforçar o muro, deixando claro que o espaço tinha dono. Segundo Zeca, depois de afastar ele e seus amigos, o proprietário sumiu novamente, deixando o terreno sem uso.

Zeca disse que, apesar de muitos prédios estarem em ruínas, esses espaços foram feitos com barro e pedras muito fortes, para durar séculos, enfatizando toda força de trabalho empregada por populações escravizadas na cidade durante o período de construção desses monumentos. De acordo com a sua percepção cotidiana da região, o número de casarões e espaços em ruínas no Centro diminuiu nos últimos anos. Para ele, isso teve a ver com iniciativas e programas dos governos (federal, estadual e municipal), como o programa “Nosso Centro” e o “Adote um Casarão”³⁷, além das empresas privadas e ONGs fazer reparos em espaços da região. Falou ainda que sua mãe tinha uma ONG no Centro, que cuidava de cães abandonados, e desde ela faleceu, há alguns anos, ele e sua esposa passaram a tomar conta da organização. Ele disse que trabalha como guardador de carros perto do Teatro Arthur Azevedo e que parte do dinheiro que recebe é destinado à compra de ração e remédios para os animais. Além disso, ele conta com ajuda de alguns amigos e clientes para manter os cuidados com os bichos. Sua gratidão era tão grande que disse considerar essas pessoas como família.

³⁷ “O Adote um Casarão é um programa do Governo do Estado, executado pela Secretaria de Estado de Cidades e Desenvolvimento Urbano (SECID), que faz parte de um programa mais amplo, o Nosso Centro. Disponibiliza, por meio de editais, imóveis no Centro Histórico de São Luís, que estejam subutilizados ou estejam vazios. O adotante, em contrapartida, deve revitalizar e manter atividade no local” (SECID, 2021).

A relação entre as pessoas, as casas e os animais no Centro Histórico foi algo que chamou minha atenção. Além dos animais domésticos como cães e gatos, outros bichos fazem parte do dia a dia na região. Em junho de 2024, durante uma manhã, fui Mercado Central fazer compras e passei por algumas ruas do Desterro. Várias pessoas trabalhavam consertando bicicletas, cortando cabelos e vendendo alimentos, próximo ao Mercado. Também havia alguns homens e mulheres, sentados em calçadas, bebendo e fumando, num grande movimento entre bares. Olhei quatro gatos grandes e um filhote saindo de um casarão arruinado, que seguia resistindo à força dos ventos, da chuva e das plantas que cresciam sobre e ao redor de suas estruturas. Segui pela Rua Jacinto Maia e avistei homens idosos, num comércio em frente, jogando dominó e conversando. Chegando no cruzamento com a Rua Afonso Pena, vi uma cena que achei inusitada: um porco pegando sol dentro de numa rampa para lavar carros. Parei para olhar o animal e tirei uma foto. Um homem e uma mulher estavam na porta de um casarão e falaram que o animal estava à venda e apontaram para uma placa pendurada na janela. Eles criam os porcos em outra cidade e quando os bichos estão grandes, levam ao Centro para vender.

Figura 17 - “Hoje tem porco”



Fonte: Registro de campo (junho de 2024)

Meses antes dessa ocasião, indo em direção ao Convento das Mercês, vi um homem de quarenta e poucos anos, sentado numa cadeira, se protegendo da chuva embaixo de uma lona, onde havia ainda um sofá e duas cadeiras de plástico. Parei e o cumprimentei. Depois de alguns minutos de conversa, perguntei se ele conhecia a história do casarão de esquina, que estava sustentado por estruturas de ferro, sem portas e janelas, lacrado com tijolos e cimento. Ele disse que estava morando justamente nesse espaço e me contou um pouco de sua vivência no lugar. Ele me disse que se chamava Flávio e há mais de 10 anos morava no local. Contou que o prédio pertencia a um homem que morava em outra rua do bairro. Anteriormente, o prédio funcionava como bar e também tinha um espaço para moradia.

Nessa época, Flávio morava de aluguel no espaço com sua esposa. Depois de alguns anos morando no casarão, o local passou a sofrer infiltrações, por conta da má estrutura dos telhados. Essa situação se agravou a ponto de danificar completamente as estruturas do lugar, até que o prédio desabou. Segundo Flávio, o Iphan havia notificado o proprietário sobre a necessidade de realizar uma reforma no casarão, que teria um custo médio de 200 mil reais. No entanto, apesar da possibilidade de negociação com o Iphan e com o banco responsável pelo financiamento, Flávio falou que o proprietário não tinha condições financeiras para arcar com os custos da obra e, por isso, optou por “abandonar” o imóvel. O Iphan, como responsável pela preservação do patrimônio histórico, tem a função de garantir que os bens culturais não sejam destruídos, atuando como um fiscalizador e orientador das normas técnicas sobre esse patrimônio material. No caso do casarão onde Flávio residia, o instituto notificou o proprietário sobre a necessidade de reformas nas estruturas devido às infiltrações e à má conservação do local, em termos de segurança. Com isso, o instituto teve que intervir, realizando reparos temporários para evitar a total destruição do prédio. A situação, atualmente em trâmite judicial, evidencia os desafios enfrentados pelos órgãos competentes (como o Iphan) e pelos proprietários e “gerentes” dos espaços na conciliação entre a preservação do patrimônio histórico e as diversas limitações envolvidas, incluindo questões financeiras, estruturais e de viabilidade prática.

Depois “abandonado” pelo proprietário e de ser “lacrado” pelo Instituto do Patrimônio, o casarão ficou fechado por alguns meses, até que um amigo de Flávio viu no espaço uma oportunidade de gerar renda. Ele apresentou a Flávio uma ideia: montar um criadouro de patos e galinhas ali. Flávio aceitou a proposta, e os dois começaram a criar os animais com a intenção de vendê-los. Flávio afirmou que o filho do proprietário, que mora em uma rua próxima, ainda no Centro, deu uma autorização informal (verbal) para que eles ocupassem o imóvel e criassem

os animais. Ele disse que com o tempo percebeu que havia espaço suficiente para construir uma espécie de quarto/casa no local. Flávio então decidiu organizar um cômodo no lugar e hoje, além de criar os animais, ele também mora no local. Flávio explicou que, além das aves, ele vende os ovos e, toda semana, coloca os animais na calçada para “*tomarem sol*”. Falou ainda que cuida do lugar, fazendo limpeza e manutenção e entende isso como uma forma de “*preservar*” e “*dar vida*” ao que restou do casarão.

Ouvi de outras pessoas sobre esse cuidado cotidiano nos casarões como uma forma de preservação dos espaços. Laércio, a quem me referi no capítulo anterior, me falou que quando o Coletivo de Arte ocupou o espaço da Galeria Trapiche, eles “*preservavam o espaço*”:

Onde a gente ocupava as partes estavam muito bem conservadas. A gente preservava limpando, fazendo a poda, organizando nossas coisas, fazendo nosso trabalho, trocando algumas telhas quando precisava. Eram reparos do cotidiano mesmo, não eram grandes construções, porém, eram coisas que eram importantes até mesmo para não danificar o nosso material, como estragar as máquinas e estragar peças já prontas. A gente sempre se juntava, fazia uma vaquinha. Cada um dava uma parte e cortava a grama, dava uma parte e comprava uma telha, e fazia alguma coisa que era necessário (Laércio, diário de campo, 13 de abril de 2024).

Nos casarões ocupados por coletivos de arte, como relatado por Laércio, o cuidado com o espaço se dá por meio de pequenas ações diárias, como limpeza, poda e reparos nas telhas. Essas práticas não são apenas de conservação material, mas também demonstram a reinvenção dos espaços, onde as ações coletivas contribuem para manter os ambientes vivos e funcionais. A presença dos animais também é uma constante interessante a ser observada nesses espaços, pois, os casarões se tornam ambientes tanto para o cuidado e afeto com os animais, quanto para criação dos bichos voltados ao comércio popular da região. Os relatos sobre o cuidado com os casarões e a convivência com os animais evidenciam como esses espaços, em ruínas, são vividos, adaptados e também preservados de maneiras criativas e afetivas.

4 RELAÇÕES DE TROCA: VÍNCULOS ENTRE CASAS, ANIMAIS E PESSOAS

No Centro Histórico de São Luís, a convivência nos casarões é marcada por redes de relações que possibilitam ampliar as noções de “preservação” desses espaços. Os imóveis são ambientes de moradia, trabalho, lazer e outras formas de ocupação, moldados pelas trocas constantes que caracterizam o dia a dia dos seus habitantes. Essas interações podem ser percebidas de várias maneiras, envolvendo, especialmente, pessoas, objetos e animais. Chamo a atenção, inicialmente, para a vivência de animais nesse cenário, que, longe de serem meramente passivos à ação humana, participam ativamente nas dinâmicas da região. No plano material, por exemplo, isso se reflete na presença de porcos, galinhas e patos nos casarões mencionados no capítulo anterior, que integram um circuito de trocas nos mercados locais, sustentado pelas lógicas da economia popular. Quando criados para o abate e a venda, esses animais não apenas geram a circulação de dinheiro e práticas de consumo, mas também suscitam debates sobre o uso de casarões sob a ótica do patrimônio, como proponho nesta discussão. Isto ocorre porque a convivência com os animais influencia diretamente a configuração desses espaços, uma vez que ela responde às práticas que os prédios abrigam. Além de situações de abate de animais para consumo, as relações entre humanos e animais se manifestaram no campo por meio dos afetos e cuidados, em forma de companheirismo, demonstrando os vínculos afetivos e sociais entre as espécies.

Assim, sob uma perspectiva antropológica, é fundamental considerar as relações interespecies, como discutido por Donna Haraway (2021), uma vez que a interação entre humanos e não-humanos é um tema amplamente debatido na disciplina, desde autores clássicos até contemporâneos, com novas abordagens sendo desenvolvidas ao longo do tempo. Em grandes obras da antropologia, especialmente sobre povos não ocidentais, a análise das relações com os animais e outros elementos do “mundo natural” permite compreender como as sociedades organizam suas estruturas, criam representações e classificam o mundo ao seu redor (Malinowski, 2018; Mauss, 2003; Evans-Pritchard, 2005). Esses estudos revelam que as formas de se relacionar com os ambientes e os seres variam significativamente entre as sociedades, refletindo cosmologias, dinâmicas culturais e sistemas de valores próprios.

Em “O Pensamento Selvagem” (1997), Lévi-Strauss ressaltou que, em certos contextos sociais, especialmente nos “ocidentais”, os animais “domésticos” eram geralmente relegados a um lugar “humilde”. Essa posição seria fruto das formas de dominação que criaram a separação entre humanos e não-humanos, sustentadas por sistemas simbólicos e pela criação de categorias

específicas de linguagem que marcam a hierarquia nas relações entre os seres. Já nas últimas décadas, o “Manifesto Ciborgue” (1991) de Donna Haraway iniciou um paradigma epistemológico que desafia essas divisões, ao refletir sobre como as transformações sociais, políticas e tecnológicas remodelam a centralidade dos humanos no mundo social, especialmente em suas interações com outras espécies. Esse debate é aprofundado por autores como Bruno Latour (2008), Tim Ingold (2015), Anna Tsing (2019), entre outros, cujas obras investigam as complexas relações entre humanos e não humanos, desafiando as hierarquias e separações que moldam essas interações e questionando as linhas da dicotomia entre “natureza” e “cultura” — classificações dualistas que, apesar da separação arbitrária, compõem uma totalidade. Com base nessa abordagem teórica, é possível examinar as noções de hierarquia entre pessoas e determinados animais no Centro Histórico, observando como essas relações revelam a interconexão de práticas sociais, simbólicas e materiais que estruturam a convivência entre os seres nos espaços.

Nesse sentido, retorno, então, àquela noite de junho de 2024, depois de conversar com os agentes de segurança sobre o casarão que desabou na Rua do Giz (episódio mencionado no primeiro capítulo). Após a conversa com os funcionários da prefeitura municipal sobre a situação do prédio, aceitei o convite de minha colega de *hostel* e fomos assistir à apresentação de tambor de crioula no Centro Cultural Mestre Amaral, que fica na mesma rua e se configura como um importante ponto de encontro da cultura popular da região. Quando chegamos ao casarão, os artistas aqueciam os tambores para dar início à festa, enquanto as pessoas se acomodavam, se cumprimentavam e conversavam. O ambiente, bastante espaçoso, estava decorado com dezenas de quadros, fotografias, instrumentos musicais usados nas rodas de tambor, peças de Bumba Meu Boi, altar com santos, bustos de coreiras³⁸, bandeiras coloridas, roupas tradicionais das danças populares expostas nas paredes e nos cabides, além de itens pessoais do Mestre, compondo um grande acervo de objetos das brincadeiras populares. O movimento foi aumentando, as pessoas se divertiam, e o salão estava animado.

O espaço funcionava simultaneamente como ambiente de trabalho e diversão para o Mestre, além de ser sua moradia, local onde ele e seus animais viviam. O fundo do salão era dividido por um balcão que dava acesso à cozinha, ao quarto e um banheiro de uso pessoal. Na festa, que acontecia na parte mais “pública” do casarão, mulheres de diferentes idades, de jovens a idosas, dançavam ao som do tambor de crioula, enquanto os homens tocavam os

³⁸ “Conduzidas pelo ritmo incessante dos tambores e o influxo das toadas evocadas, as coreiras dão passos miúdos e rodopiam. No centro da roda, seus passos culminam na punha (ou umbigada), movimento coreográfico no qual as dançarinas tocam o ventre umas das outras, num gesto entendido como saudação e convite” (Iphan, 2016, p.13).

instrumentos e cantavam com energia. Algumas pessoas, como eu, estavam sentadas nas cadeiras e sofás, assistindo à apresentação, enquanto outras se levantavam para dançar ou se dirigiam a uma área do salão que funcionava como bar, onde o Mestre vendia diversos tipos de cachaça, além de cerveja e água. Ao redor, os animais circulavam pelo espaço, como parte integrante da celebração e eram mencionados nas cantigas da roda de tambor.

Ao final da apresentação, o Mestre Amaral³⁹ fez questão de parar para conversar conosco e agradeceu nossa presença, nos convidando a voltar em outros dias. Ele nos falou um pouco sobre o seu carinho e o cuidado com o espaço, a limpeza, as pequenas reformas e a decoração do ambiente. Também expressou sua dedicação ao tambor e à cultura popular, e, especialmente, a relação afetiva que mantém com seus animais, que viviam com ele no casarão: uma cadela chamada Jurema, um galo chamado Caboco de Pena, além de outros animais que não eram moradores fixos do casarão, mas mantinham certa convivência e circulação local. Ele nos disse que, todos os anos, entre os dias 13 e 16 de outubro, organiza uma grande festa em homenagem a São Benedito, que reúne amigos, familiares e moradores da região. Tradicionalmente, a festa é marcada pelo abate de porcos, cuja carne é generosamente compartilhada entre todos. Há alguns anos, um amigo do Mestre Amaral lhe presenteou com um bode, ainda filhote, que inicialmente deveria ser abatido para o festejo. Entretanto, ao perceber o olhar triste do animal, o Mestre, comovido, decidiu poupá-lo e adotá-lo. Durante a festa, os convidados começaram a insistir para que ele matasse o bode, desejando comer a carne. O Mestre Amaral, mantendo sua decisão em segredo, inventou desculpas para adiar o abate, até que, com o tempo, todos esqueceram do animal.

Assim, em homenagem ao santo padroeiro da festa, o Mestre batizou o bode com o nome de Juvenal, oferecendo o animal ao santo como um ato de devoção. Tempos depois, o Mestre formalizou o batizado de Juvenal, consolidando-o como uma figura importante na celebração a São Benedito. O dia 16 de outubro passou a ser comemorado também como o aniversário do bode, com a presença de seus padrinhos, um cantor e uma cantora de *reggae* famosos da cidade, em uma celebração aberta ao público, marcada por muita comida, bebida e dança. Além do seu aniversário e da homenagem ao santo, todo ano ele marca presença na famosa festa junina da região que leva seu nome, o “Arraial do Juvenal”. Atualmente, Juvenal vive em outro bairro da cidade, próximo ao Centro, na casa de uma sobrinha do Mestre, acompanhado de suas duas “namoradas” cabras. De vez em quando, ele faz aparições no Centro

³⁹ Mestre Amaral é um homem de 61 anos, natural de São Vicente Ferrer, na Baixada Maranhense, e um dos mais conhecidos artistas da região. Desde os cinco anos de idade dedica-se à cultura popular do Maranhão, influenciado por seu pai, que organizava e era especialista Tambor de Promessa, em homenagem aos santos protetores da festa.

Histórico, seguindo o Mestre Amaral até o casarão onde ocorre o festejo. Os frequentadores do espaço de tambor, que têm grande carinho pelo Mestre, passaram a tratá-lo com o mesmo afeto.

No Centro Cultural Mestre Amaral, a convivência com os animais — como Jurema, a cadela, Caboco de Pena, o galo, e o famoso bode Juvenal — é parte integrante da dinâmica do espaço. Os animais fazem parte da vida social do local, circulando livremente durante as festas e interagindo com os frequentadores. Essa convivência reflete uma relação entre seres humanos e animais no local, numa rede de interações e afetos compartilhados no ambiente. Essa relação entre o Mestre e seus animais, especialmente o bode Juvenal, remete à discussão de Donna Haraway em “O Manifesto das Espécies Companheiras” (2021), onde a autora explora o conceito de “animal de companhia”. Haraway afirma que os animais de companhia são aqueles com os quais os humanos compartilham uma “biossocialidade” — uma convivência e interação que transcende a utilidade, envolvendo laços emocionais e sociais profundos. Nesse contexto, como afirma a autora, “ninguém come seu animal de companhia (nem é por ele comido)”, o que indica que “animais de estimação”, ao contrário de outros voltados ao consumo, ocupam um *status* “superior”. Na relação entre o bode e o Mestre, o animal perdeu sua “utilidade” como alimento e logo se tornou um companheiro de vida. A interação entre eles reflete um tipo de vínculo frequentemente estabelecido na região com cães e gatos — animais mais comuns nas ruas e casarões do Centro.

Em fevereiro de 2024, por intermédio da professora Martina, conheci Márcia, uma moradora do Centro Histórico, ao me inscrever em suas aulas de inglês, que acontecem semanalmente em sua casa. Na manhã de um sábado, durante nosso primeiro encontro, a casa chamou minha atenção desde a entrada, com seu corredor decorado com plantas e objetos variados. As paredes coloridas e os quadros com fotos e desenhos de gatos logo se tornaram o tema da nossa conversa. Ela me ofereceu café e me apresentou seu filho, um rapaz de vinte e poucos anos, com quem mantém uma relação de cuidado e parceria diária. Também me apresentou os outros membros da família, que estavam dispersos pela casa: seus cinco gatos. Contou que resgatou e adotou alguns dos seus filhos, como se refere a eles, oferecendo-lhes conforto e proteção, destacando especialmente Antônio Neto, o mais carinhoso entre os irmãos felinos, de quem diz ter mais ciúmes.

Para ela, cada um dos seus gatos — três machos e duas fêmeas, entre idosos e filhotes, de temperamento tranquilo ou mais agitado — e seus dois cachorros ocupam um lugar único em sua vida e também integram a história que sua casa carrega. Além dos animais que cuida em casa, Márcia também participa de uma rede de apoio àqueles em situação de rua, tanto da

região quanto de outras áreas da cidade. Como me disse, não possui espaço para acolher mais animais em sua casa, “*apesar da vontade ser grande*”. Mas, sempre que pode, ela ajuda na distribuição de alimentos, remédios e na organização de campanhas de adoção, contribuindo para o cuidado dos que vivem nas ruas da região e para que eles possam receber um lar. Ela costuma dizer que não vê os animais como inferiores aos humanos, mas como seres que possuem vida, “*vontades próprias*” e fazem parte do “*mesmo mundo*” dos humanos. Por isso, acredita que o respeito mútuo é essencial, ressaltando que os animais devem ser tratados com a mesma consideração e dignidade que “*todo ser humano merece, porque eles também são gente*”.

Figura 18 - Os casarões “no meio da gataria”



Autor: Leandro Assunção

Eu penso que a visão de Márcia sobre os humanos e certos animais, especialmente os gatos, mostra que ambos compartilham a mesma condição de existência e fazem parte de um espaço interconectado. Essa perspectiva também se aproxima das culturas mencionadas nos estudos de Lévi-Strauss (1997), como algumas ameríndias e australianas, nas quais certos animais são compreendidos e classificados dentro das linhas de parentesco, possuindo uma

condição semelhante à humana. Por outro lado, Anna Tsing, em “Margens Indomáveis: Cogumelos como Espécies Companheiras” (2015), desafia a visão convencional sobre a relação entre humanos e outros seres vivos. Ela argumenta que, longe de ser uma simples dinâmica de domesticação ou cuidado humano, essa convivência é uma troca recíproca que também redefine os próprios significados da existência humana.

Ao afirmar que os animais também são “gente”, Márcia parece buscar superar distinções simbólicas, promovendo uma relação mais próxima e menos “dominante” entre as espécies, destacando que todos compartilham o “mesmo mundo”. Para ela, não deveria haver hierarquia entre humanos e animais, mas sim uma coexistência baseada na igualdade de reconhecimento. Embora sua visão favoreça alguns animais, especialmente os gatos, ela se opõe à ideia de superioridade humana, reconhecendo os animais como parte do mundo, assim como os humanos, e enfatizando a interdependência e a igualdade entre esses seres vivos. Ainda sob a perspectiva de Donna Haraway (2021), pode-se entender que as experiências compartilhadas entre humanos e animais se configuram como trocas simbólicas e práticas, nas quais ambos os lados participam ativamente na criação de significados, sempre que oferecem e recebem cuidados e afetos. No entanto, para a autora, essas trocas não devem ser idealizadas, pois as relações com os animais envolvem uma constante negociação, uma vez que eles também possuem agência.

Assim, ao conviver semanalmente com Márcia e seus gatos no Centro Histórico ao longo dos meses, pude compreender melhor essas relações e o que ela destacou no nosso primeiro encontro, quando falou sobre as “personalidades” e “vontades próprias” dos felinos, ressaltando como essa convivência exigia atenção e flexibilidade. A relação entre ela e seus filhos, marcada pelo carinho, também exigia esforço nos cuidados com a alimentação e a saúde dos animais. Além disso, havia uma constante adaptação à rotina, especialmente em momentos de trabalho, como quando os gatos interrompiam suas aulas ao subir na mesa, derrubar objetos e causar pequenas confusões com as visitas, o que, em suas palavras, a fazia “*passar vergonha*”. Essa convivência exigia que ela conversasse com eles e negociasse os espaços em determinados horários, permitindo que os gatos escolhessem se saíam ou permaneciam nos ambientes. Em outros momentos, a presença dos animais, mesmo quando apenas dormindo pelos cômodos, era ressaltada por ela como algo que alegrava e dava sentido à sua vida. Assim, refletindo sobre a dinâmica compartilhada entre humanos e animais, como proposto por Haraway (2021), essas interações podem ser entendidas como “experiências que trazem alegria para todos os envolvidos nessa troca”. Nesse ambiente, a casa de Márcia se configura como um espaço onde

os animais não são passivos, mas influenciam ativamente a dinâmica familiar, refletindo a ideia de que as relações entre espécies são construídas de maneira mútua e interdependente.

Para Márcia, ao entender esse espaço como um ambiente de interações, os significados da moradia se ampliam, incluindo outros seres não humanos, como a casa e seus objetos, e evidenciando como tudo isso está profundamente conectado ao seu vínculo com o Centro Histórico. Como me disse, embora tenha morado em outros bairros da cidade, como o Renascença, um bairro de classe média alta em São Luís, ela sempre preferiu a vida no Centro, onde tem tudo o que precisa ao alcance e não necessita de carro para suas atividades diárias. Ela mora bem próxima ao Mercado Central, que pode ser alcançado rapidamente a pé, e está rodeada por diversas lojas, supermercados e por uma avenida que possui grande fluxo de ônibus.

Ela me contou que, antes de se mudar para o casarão onde vive atualmente, morava em outra casa na mesma rua, quando estava casada. Após a separação, adquiriu o imóvel, se mudou e se dedicou a transformá-lo, realizando limpeza, investindo em reformas e incorporando elementos de sua biografia à estética do espaço. Em relação aos objetos, afirmou que cada um carrega uma história pessoal e um valor sentimental. Ela mencionou que não tem guarda-roupa porque não sente necessidade e prefere organizar seus itens pessoais de uma maneira mais prática para sua rotina. Além disso, não vê problema em deixar certos utensílios expostos, especialmente na cozinha e no quarto, pois acredita que louças e roupas fazem parte do ambiente e não precisam ser “escondidas”. Márcia me disse que a casa é mais do que um espaço de abrigo para o corpo; é um local de acolhimento e relações afetivas, onde os cuidados diários constroem vínculos duradouros com pessoas, objetos, plantas e animais. Para ela, a casa é um ambiente vivo, onde os objetos têm significados próprios e guardam memórias.

Penso, a partir desses relatos, os significados atribuídos aos espaços podem ser compreendidos como um tipo de “linguagem da casa”, conforme proposto por Marcelin (1999) em seu trabalho sobre as casas no Recôncavo Baiano. O autor, em consonância com a abordagem teórica de Lévi-Strauss (1979), argumenta que o conceito de casa, em sua análise, abrange não apenas a estrutura física, mas também as relações que se estabelecem dentro das residências e entre elas, bem como as pessoas que as habitam e os “mitos” que as sustentam. Assim, a casa é compreendida como um espaço em constante transformação, um “lugar ontológico socioespacial” carregado de significados relacionados às identidades, aos laços afetivos e às configurações familiares, que definem e estruturam a vida das pessoas.

Pensando na composição das casas, onde objetos, plantas e alguns animais são elementos recorrentes, o que mais me chamou a atenção foi como essa relação se manifestou em situações específicas durante o campo, como na casa de Márcia e no Centro Cultural Mestre Amaral. Essas situações ilustram como as casas produzem vínculos de parentesco, amizade e fortalecem as memórias, por meio de trocas materiais e simbólicas entre humanos e não humanos (Carsten e Hugh-Jones, 1995). Além disso, compreendi como essas interações, por meio da transformação dos casarões, ajudam a preservar o patrimônio histórico, mantendo-o vivo e dinâmico. Essas formas de cuidado refletem uma prática coletiva compartilhada por muitos moradores da área, como é mostrado pela pesquisadora Nicole Bezerra (2023) em sua dissertação de mestrado.

4.1 Compartilhando bens: o valor das coisas e os significados dos afetos

Em uma manhã de julho de 2023, encontrei dona Dijé no bairro do Desterro. Durante nossa conversa, ela compartilhou um pouco sobre sua trajetória e seu trabalho no Centro Histórico de São Luís, onde é uma liderança comunitária reconhecida, especialmente pela defesa dos direitos das trabalhadoras sexuais. Ela atua com protagonismo no “Coletivo Por Elas Empoderadas”, fundado em 2019, que é formado majoritariamente por mulheres, incluindo tanto atuais quanto ex-profissionais do sexo, como dona Dijé, e também conta com profissionais de diversas áreas, como professores da rede federal, advogados, profissionais de saúde e militantes da comunidade LGBTQIAPN+. Além disso, dona Dijé se dedica à luta por moradia para a comunidade local e à busca por acesso à saúde e alimentação para grupos vulneráveis, incluindo pessoas em situação de rua.

Ela tem 66 anos e mora no bairro do Desterro desde os 13, quando se mudou de São Bento, no interior do Maranhão, para São Luís, no início da década de 1970. Logo após sua chegada, fez amizades na vizinhança e, por meio de uma amiga em comum, conheceu seu Riba. Na época, ele namorava essa amiga de dona Dijé, e foi através dela que surgiu a amizade entre os dois. Naquele período, ele morava no bairro da Madre Deus⁴⁰, um dos maiores pontos de concentração da cultura popular da cidade. Conhecendo muitos espaços movimentados da

⁴⁰ Desde o início do século XX, a Madre de Deus vem se consagrando como palco das manifestações folclóricas e artísticas da cultura popular maranhense. Com grande movimento de pessoas e festividades, além de todo o conjunto arquitetônico, o bairro é considerado um ponto turístico-cultural de grande relevância na cidade, com destaque de atrações no período das festas populares de São Luís: São João e Carnaval. Além dos ambientes culturais, a região conta ainda com espaços e sedes de órgãos públicos do estado e do município (O Imparcial, 14/12/2018).

região, seu Riba, todo final de semana, convidava dona Dijé para conversar e se divertir em algum lugar da redondeza. Com o tempo, a amizade entre eles aumentou, e foi então que dona Dijé convidou seu Riba para ser padrinho de sua primeira filha, que hoje, aos 37 anos, mora em Salvador (BA).

Atualmente, com pouco mais de 70 anos, seu Riba mora sozinho num pequeno apartamento do Edifício Governador Archer⁴¹, na Magalhães de Almeida, Centro Histórico da cidade, onde também é síndico do prédio. Na época da entrega do imóvel onde seu Riba reside, uma moça que estava cotada para receber um dos apartamentos teve seu cadastro anulado por não se enquadrar nos requisitos do benefício. Por causa disso, a entrega do apartamento foi redirecionada, e com a ajuda de algumas pessoas como dona Dijé, através de contatos na organização do projeto público, seu Riba recebeu o apartamento.

A convivência de mais de quarenta anos entre dona Dijé e seu Riba é marcada pela solidariedade e pela reciprocidade, elementos essenciais para a longevidade da relação. No entanto, ela me falou que, ao longo dos anos, surgiram várias divergências de opiniões, gostos e atitudes, que geraram conflitos entre os dois. Apesar de tantos anos de amizade, dona Dijé mencionou que, em certos momentos, se sentiu frustrada com seu Riba, especialmente por acreditar que ele não acompanhou algumas mudanças sociais, como as discussões sobre temas como igualdade de gênero e diversidade. Essa diferença de visão de mundo, especialmente no que diz respeito ao que ela considera ser o “avanço das questões sociais e tecnológicas”, muitas vezes gera conflitos entre eles. Apesar das divergências, a amizade permanece sólida. O que fortalece o vínculo entre eles não é a uniformidade de ideias, mas a capacidade de negociar as diferenças, mantendo o compromisso com o bem-estar mútuo por meio da parceria e das trocas cotidianas. Além das características e singularidades de cada um, penso que a noção de “pertencer ao Centro”, um discurso frequente entre eles, é um fator que sustenta essa relação ao longo do tempo. Mesmo com as diferenças, a afinidade se dá através de paridades que atravessam lógicas da vida coletiva da região, com vínculos e identificações formadas desde a juventude, que ultrapassam as questões particulares de ambos os lados.

⁴¹ O edifício já funcionou como órgão do Estado, mas há anos estava em situação de abandono por parte do poder público. A partir da ocupação de várias famílias que se encontravam em situação de vulnerabilidade social na região central da cidade, o prédio, durante o governo de Flávio Dino, fez parte do projeto “Habitar no Centro”, um dos eixos do programa “Nosso Centro”, voltado às políticas de habitação e de requalificação de prédios históricos da cidade. Atualmente, funciona como um espaço de habitação popular para 14 famílias (Governo do Maranhão, 07/06/2021).

Além da amizade com seu Riba, ela também mencionou outros vínculos na área, especialmente durante sua atuação ativa na União dos Moradores do Centro Histórico. Relatou que, ao longo de seu trabalho no bairro, já se sentiu magoada por algumas pessoas, mas destacou que não generaliza essas situações, acreditando que a *comunidade* não deve ser associada a casos isolados. E então, recordou sua festa de aniversário de 65 anos, quando muitos de seus amigos de outros lugares estiveram presentes e foram acolhidos com respeito pelos vizinhos, que disseram: “*Se são amigos de Dijé, são nossos amigos*”. Ela disse que, nesse dia, fez uma profunda reflexão sobre a importância de viver no Desterro, destacando o papel da *comunidade* em sua vida. Para ela, essa atitude é muito significativa, pois percebe que as amizades da região são fortalecidas por gestos que podem parecer simples, mas são muito valiosos. Ela acrescentou que se considera amiga de quase todos: alguns com mais proximidade, outros com menos, mas costuma cumprimentar todas as pessoas. Ela acredita que, mesmo com as adversidades, é a convivência e o apoio mútuo que sustentam o dia a dia da região. Essa interação é essencial para o equilíbrio do bairro, gerando um sentimento de pertencimento e união que ultrapassa certas dificuldades.

Nesse sentido, ela compartilhou um episódio envolvendo uma moradora local. Segundo dona Dijé, uma moradora do bairro montou uma barraca para vender açaí na porta de sua casa e foi abordada por um homem que alegou estar a serviço de um órgão da prefeitura municipal. O homem falou que estava realizando vistorias sobre o uso das calçadas e informou que a vendedora deveria retirar seus produtos da porta. Dona Dijé falou que quando sabendo da situação, ficou indignada, considerando um absurdo que os moradores não tivessem o direito de vender seus produtos nas “*suas calçadas*”. Ela ressaltou que, se estivesse no local, teria chamado a vizinhança para protestar ou ao menos alertar sobre o que estava acontecendo com a vizinha. Me disse ainda que a instalação da Subprefeitura da Cidade nos arredores tem tentado “*limpar*” a área, removendo elementos e pessoas que não se encaixam na paisagem considerada “ideal” pela administração pública, especialmente pela presença dos vendedores ambulantes nas ruas.

Com isso, dona Dijé comentou sobre a constante transformação da Praça Nauro Machado. Embora haja um grupo de vendedores que trabalha lá há anos, o espaço vive em mudança, com a chegada de novos vendedores e a saída de outros. Esse fluxo de pessoas já ocasionou conflitos entre os trabalhadores, pois vendedores com muitos anos de experiência no local se sentem “ameaçados” pelos novos, especialmente por aqueles que não residem no Centro e não são conhecidos na redondeza. Vendedores de diversas partes da cidade, e até fora

dela, montam suas barracas, atraídos pelo movimento da praça. Ela também observou que pessoas que possuem carro próprio e o utilizam para o trabalho acabam tendo “vantagem” sobre os vendedores que dependem de outros meios de transporte para suas mercadorias. Isso a motivou a organizar uma reunião com os vendedores ambulantes na praça Nauro Machado, evento do qual eu e a professora Martina participamos, conforme mencionado no primeiro capítulo.

Além de dona Dijé, também ouvi relatos de João, vendedor ambulante da área, sobre a dinâmica de conflitos e união entre os vendedores que trabalham nessa região. João compartilhou casos ocorridos na Praça Nauro Machado durante a Copa do Mundo de Futebol de 2022. Naquele período, o local foi tomado por torcedores, o que causou grande movimentação, mas, de acordo com ele, também aumentou a insegurança, com situações de roubos e até arrastões. Ele mencionou que, durante esse período, surgiram conflitos relacionados à presença de vendedores ambulantes, pois alguns foram impedidos de montar suas barracas por pessoas com grandes carros, como as caminhonetes, que os estacionavam na área para vender cerveja. Para enfrentar essa situação, João contou que os antigos vendedores, até ignorando inimizades, criaram uma rede de apoio, trocando informações sobre a chegada desses carros na área. Dessa forma, conseguiam se organizar, chegando mais cedo e buscando melhores pontos para suas vendas.

Além das trocas materiais, a convivência no Centro Histórico de São Luís — seja no trabalho, lazer ou moradia revela, à luz de Geertz (2008), como os moradores atribuem significados às suas relações e aos espaços que ocupam, moldando interações e ambientes de acordo com suas vivências cotidianas. A solidariedade, expressa por meio de trocas simbólicas, como o compartilhamento de informações em redes de ajuda, fortalece vínculos de amizade e reforça o sentimento de pertencimento à região. No caso de dona Dijé e sua vizinha, assim como entre os vendedores ambulantes da Praça Nauro Machado, a resistência vai além da sobrevivência econômica. Ela envolve a afirmação de sua presença na área e a manutenção das práticas que consideram importantes para a vida cotidiana. Nesse contexto, os moradores reconfiguram as relações com o espaço e com os outros habitantes da *comunidade*, destacando o valor da ocupação e da visibilidade, especialmente frente às pressões externas e institucionais.

Como destacam as pesquisas de Ahlert e Bezerra (2024), nesse contexto da região, a noção de “comunidade” para essas pessoas não se restringe a algo “fechado ou estável, circunscrito a quem possui uma residência fixa e permanente naquele território”. Além dos moradores atuais, as autoras demonstram que essa noção se estende aos antigos habitantes dos

bairros, especialmente no Desterro, que, embora tenham crescido no local e vivido nele desde a infância, passaram por períodos em outros lugares, seja em outro bairro, cidade e até estado. Elas argumentam que esse deslocamento ocorreu por diversos motivos, como o aumento dos preços dos aluguéis, a escassez de serviços essenciais, o deterioramento de casarões, questões de saúde, a necessidade de proximidade com a família ou, ainda, a busca por novas oportunidades de serviços. Contudo, as autoras ressaltam que, apesar dessas mudanças, muitos desses antigos moradores continuam a se considerar parte da *comunidade*. Da mesma forma, os vendedores ambulantes, como os que eu tive contato durante o campo, que, embora não residam no Centro, estabelecem vínculos duradouros com a área por meio de seu trabalho, contribuindo para a configuração de uma rede de cuidados compartilhados.

4.2 Conflitos como fundamento dos vínculos comunitários

Os conflitos, em muitas culturas, não são apenas divisões, mas momentos de transformação e reorganização das relações sociais, como aponta Max Gluckman em “Rituais de rebelião no Sudoeste da África” (2011). Esses conflitos podem abrir espaço para novas formas de troca, transformando antagonismos em oportunidades de acesso a posições, recursos e redes de apoio. Em vez de apenas causar rupturas, eles podem criar alianças e fortalecer vínculos, mesmo em contextos de oposição. Mauss (2003) observou como, em diversas sociedades, antagonismos e rivalidades podem dar origem a relações coletivas, em que as trocas são moldadas por princípios agonísticos. Ao refletir sobre essas dinâmicas, pude perceber como no Centro Histórico de São Luís, os conflitos não apenas fazem parte da vida cotidiana, mas também contribuem para a reconfiguração e o fortalecimento das relações entre os habitantes, mostrando como, nesse contexto, a convivência é moldada por tensões que, de certa forma, tornam os laços mais resistentes e dinâmicos.

José, uma das figuras mais atuantes na luta política local, compartilhou comigo como o Centro Históricos também é marcado por momentos de confronto. Ele mencionou diversos episódios em que se viu em desacordo com outras pessoas da área. Um dos mais intensos aconteceu há alguns anos, quando, junto de seu amigo Celso, que presidia a União de Moradores na época, organizaram um protesto em frente ao Palácio dos Leões⁴², como um ato de protesto ao governo do estado, que havia prometido a organização de um carnaval no bairro do Desterro, mas não cumpriu. Na ocasião, um deputado envolvido na situação, viu o protesto e ordenou que

⁴² Sede do Poder Executivo Estadual, localizado na Rua Dom Pedro II, Centro Histórico de São Luís.

José e Celso retirassem a faixa do local. Eles se negaram a cumprir a “ordem”, alegando que o protesto era legítimo e que o político não possuía autoridade para tal imposição. Meses depois dos protestos, logo após o São João, o governo decidiu organizar um carnaval fora de época, como uma forma de afirmar que o Desterro não era “esquecido”. José disse que, mesmo voltando atrás, as autoridades deixaram claro que ele e Celso estavam proibidos de participar de qualquer tipo de organização das atividades.

José me contou sobre outras desavenças que teve com pessoas da região, incluindo figuras famosas, e uma delas ficou particularmente marcada para ele. O conflito envolveu um nome importante da cultura popular maranhense, um artista que na época ocupava o cargo de Secretário de Cultura Municipal. Segundo José, tudo começou quando ele solicitou apoio para organizar um arraial no bairro do Desterro, mas o secretário se recusou a ajudar e, além disso, menosprezou o bairro. Pouco tempo depois, o governo federal organizou uma grande festa no local, com a participação de artistas locais e nacionais, incluindo Ed Motta, sobrinho do cantor Tim Maia. O evento, no entanto, não saiu como o esperado: Ed Motta foi vaiado e agredido com latas de cerveja. José também relatou que, durante a organização, houve um grande desvio de recursos financeiros, o que resultou na exoneração de alguns envolvidos, incluindo o Secretário municipal. Dias depois, José encontrou o artista e ex-Secretário em um bar de *reggae* na Praia Grande. Ele se aproximou e, sem perder tempo, o provocou, chamando-o de “otário” e demonstrando sua satisfação pela exoneração dele. Depois da provocação, o artista levantou com muita raiva, tentando atingir José com um soco no rosto. Alguns homens que estavam próximos no momento da discussão impediram que a briga tomasse grandes proporções.

José também contou que, anos atrás, recebeu uma proposta para instalar um comitê político em frente ao Convento das Mercês, antes da primeira eleição de Flávio Dino⁴³ ao governo do estado. Na época, ele alugou a sala de frente de uma casa por 500 reais para a organização do comitê. José contou que, nesse período, foi alvo de perseguições por fazer campanha contra a família Sarney e apoiar a candidatura de Flávio Dino. Ele disse que teve problemas com a mulher que alugou a casa para ele, pois sempre que colocava *banners* de apoio a Flávio Dino nas paredes, ela os retirava. Eventualmente, eles tiveram uma discussão, e José deixou claro que não estava ali de favor, que pagava aluguel.

José contou que, nessa mesma época, também teve desavenças com uma amiga de longa data da *comunidade*, com quem sempre manteve uma relação de respeito, mas que entrou em

⁴³ Flávio Dino atualmente é Ministro da Justiça e Segurança Pública do Brasil, cargo que assumiu em 2023 no governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Ele foi governador do Maranhão de 2015 a 2022, pelo PCdoB (Partido Comunista do Brasil).

conflito com ela justamente por questões políticas. Ela foi até o seu comitê e perguntou se ele estava apoiando Flávio Dino. José falou que sim, o que a deixou bastante chateada. Ela lhe disse que não concordava com a forma como ele usava seu cargo na União dos Moradores para fazer campanha política. José respondeu que sua campanha era uma decisão pessoal, sem envolver sua relação com a entidade, já que não havia o nome da associação nas faixas e cartazes. Ele também mencionou que, na ocasião, estava apoiando candidatos da oposição a Edinho Lobão⁴⁴, o candidato que ela apoiava, o que acabou intensificando a divergência entre os dois, mas essa discordância foi momentânea, e a amizade entre eles segue forte.

Após a primeira eleição de Dino como governador do Maranhão, José conseguiu duas vagas de emprego em uma instituição do estado. Ele teve a possibilidade de indicar pessoas para essas vagas, o que acabou permitindo que outras conseguissem oportunidades dentro do governo estadual. José contou que, na última mudança de governo, a permanência de algumas dessas pessoas foi garantida graças ao apoio de um deputado com quem ele havia tido atritos anos antes, durante um protesto sobre a falta de investimentos no carnaval do bairro do Desterro.

José declarou seu voto ao deputado, apesar de este ser filiado a um partido com o qual ele mesmo não tinha afinidade ideológica. Ele explicou que prefere votar nesse deputado ao invés de apoiar um candidato que “*só aparece em época de campanha e depois some*”. José acredita que, embora o deputado seja da “oposição”, ele realmente se importa com a comunidade e tem trabalhado para desenvolver projetos no bairro. Para ele, essa “troca de favores” é positiva, pois acredita que as alianças políticas criam uma rede de apoio que facilita o acesso a posições de liderança e visibilidade que contribuem para as lutas sociais do Centro Histórico.

Com base nas ideias de Beatriz Heredia e Moacir Palmeira em “O voto como adesão” (2012), podemos compreender que o voto, no “tempo da política”, não é apenas uma escolha individual, mas uma inserção em uma rede de relações sociais e políticas. No caso de José, sua decisão de votar em um deputado, apesar das divergências ideológicas, está ligada à confiança nas ações concretas desse político em benefício da comunidade. Em troca do seu apoio, José teve acesso a empregos e passou a integrar uma rede de conexões políticas locais. Assim, o voto de José vai além de uma simples opção ideológica, funcionando como um gesto de adesão a uma rede de trocas que traz benefícios tanto pessoais quanto coletivos, e fortalece as dinâmicas

⁴⁴ Economista, empresário e político brasileiro, Edinho Lobão é filiado ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Foi senador do Maranhão por dois mandatos, de 2008 a 2010 e de 2011 a 2014. Em 2014, se candidatou ao governo do Maranhão, mas perdeu a eleição para Flávio Dino.

sociais no Centro Histórico. Dessa forma, o voto se configura como um meio de fortalecer alianças e criar espaços de ação política que vão além de “ideologias” bem definidas.

Ele também mencionou outras situações de conflito na *comunidade*, dessa vez envolvendo distribuição de alimentos. Certa vez, os líderes da União de Moradores foram procurados pela Central Única das Favelas (CUFA) para a distribuição de 100 cartões de um benefício social, no valor de 300 reais. Além do dinheiro, os beneficiados também receberiam alimentos não perecíveis e um frango. Na ocasião, as pessoas selecionadas foram direcionadas à Casa do Maranhão⁴⁵, onde participaram de uma reunião com representantes da CUFA e receberam os cartões. Sabendo da distribuição, algumas pessoas da comunidade que não foram contempladas começaram a reclamar no grupo do bairro no *WhatsApp*. As discussões logo se acirraram, com trocas de xingamentos entre alguns moradores, o que gerou confusão, desentendimentos e ressentimentos. No entanto, segundo José, com o tempo, algumas dessas tensões foram superadas pelas pessoas envolvidas, enquanto outras, embora ainda guardem mágoas, seguem mantendo suas relações cotidianas.

Os relatos de José e as dinâmicas que ele compartilha sobre o Centro Histórico de São Luís mostram como os conflitos, longe de provocarem rupturas definitivas, funcionam como momentos de transformação e reconfiguração das relações sociais. Em vez de apenas representar divisões ou confrontos pontuais, eles oferecem a oportunidade de negociar posições, afirmar identidades e estabelecer alianças dentro de um contexto de trocas simbólicas e materiais. Esse processo de negociação é um aspecto central da vida comunitária na região, onde as relações, baseadas em redes de parentesco, amizade e reciprocidade, moldam as práticas cotidianas.

Os episódios como o protesto pelo carnaval do Desterro e os desentendimentos políticos com a amiga e o deputado exemplificam como esses momentos de tensão funcionam como pontos de inflexão. Ao invés de romperem com as relações, eles frequentemente reforçam e solidificam laços, tanto pessoais quanto políticos. As pessoas envolvidas nas disputas podem afirmar suas diferenças, mas, ao mesmo tempo, continuar a construir alianças que fortalecem a vida em comunidade. Isso demonstra a flexibilidade das relações sociais, onde desacordos e distanciamentos são temporários e não impedem a criação de novos vínculos ou a reconfiguração dos existentes.

⁴⁵ O espaço cultural, que inclui museu, teatro, cinema, aulas de cerâmica e exposições, voltado à cultura popular maranhense e administrado pelo governo do estado, está situado no bairro Praia Grande, no Centro Histórico de São Luís. Recentemente, o local foi cedido para a rede hoteleira Vila Galé, com o objetivo de ser integrado a um novo hotel de luxo na região, o que tem gerado discussões sobre o impacto dessa mudança no acesso público e na preservação da identidade cultural local.

Esses episódios de troca e negociação ajudam a esclarecer a dinâmica social e política do Centro Histórico de São Luís, onde as tensões são elementos fundamentais na construção de solidariedade e da “comunidade”. Em vez de destruir a estrutura da vida local, os conflitos funcionam como forças que redefinem as relações comunitárias. Assim, ao final, não se trata de um espaço de divisões definitivas, mas de um cenário onde alianças se mantêm e se adaptam, atravessadas por antagonismos, mas sustentadas por uma noção de pertencimento à região que, muitas vezes, transcende as divergências.

4.3 Redes de solidariedade: o alimento como símbolo de cuidado

Retomando as conversas com dona Dijé, ficou claro como as redes de troca na região se intensificam em momentos de crise. Durante a pandemia de Covid-19, por exemplo, as redes de apoio entre os moradores se fortaleceram, evidenciando o poder da cooperação em tempos de adversidade. Ela mencionou que mesmo fragilizados pela crise sanitária, a “*comunidade*” conseguiu manter forças e apoiar uns aos outros. A distribuição de alimentos, como cestas básicas, foi uma das ações mais visíveis, mas a rede de apoio também se manifestou na vigilância das casas dos vizinhos e no cuidado dos idosos que moravam sozinhos. Como me disse, a atenção aos mais velhos e à segurança das casas foram aspectos muito importantes nesse contexto. Embora a pandemia tenha sido um momento de aprendizado e superação para muitos, dona Dijé observou que nem todos saíram melhores dessa experiência, afirmando que “*tinha gente que era ruim e ficou pior*”. Mas, de acordo com ela, apesar das adversidades, a “*comunidade*” demonstrou um forte espírito de solidariedade. A preocupação com a fome e a insegurança de pessoas vulneráveis, como os idosos, reflete uma lógica de vida coletiva no bairro, onde “quem tem mais, ajuda quem tem menos”.

Durkheim em “A divisão do trabalho social” (1989), a partir de determinada compreensão de sociedade, argumenta que a moralidade é crucial para a coesão social, pois está ligada ao cumprimento das normas que estruturam as relações dentro de um grupo. Ainda que não me pareça interessante trabalhar com a mesma chave no que concerne à sociedade e coesão, a ideia de moralidade pode ajudar a pensar meu contexto de campo. No bairro do Desterro, as ações de solidariedade, como a distribuição de alimentos e o cuidado com os idosos, representam um compromisso que vai além dos interesses pessoais e se fundamenta em um dever comum. Mesmo diante de diferenças, esse senso moral é capaz de unir os moradores em torno de um objetivo compartilhado, garantindo as relações durante a crise. O autor sustenta

que essas práticas de ajuda não são apenas altruístas, mas reflexo de uma responsabilidade moral, enraizada nas normas compartilhadas que orientam a vida em conjunto.

Embora esse tipo de apoio seja bem visível em momentos de crise, ele também se faz presente no dia a dia da área. O compartilhamento de alimentos e a vigilância das casas durante a ausência dos moradores são atitudes frequentes, que expressam a confiança e a colaboração entre os vizinhos, fortalecendo os laços que unem os habitantes da região. Um exemplo disso é o seu Luís, o vigilante de carros da Rua da Palma, que apesar de morar em outro bairro há anos, ainda é considerado morador do Centro e é bem conhecido na vizinhança. Todos os dias, enquanto cuida dos carros de seus clientes, ele aproveita para vigiar, por preocupação, o casarão de seu amigo falecido. Por outro lado, ele recebe apoio dos moradores locais de diversas maneiras. Para suas necessidades diárias, como alimentação, especialmente o almoço, ele conta com a ajuda de um restaurante da área onde trabalhou por muitos anos como entregador. Mesmo depois de ter precisado deixar o trabalho, por motivos de saúde, a amizade com os donos do estabelecimento continua, e eles o ajudam constantemente. Todos os dias, por volta das 11h30, ele vai ao restaurante buscar sua refeição, um almoço que lhe é garantido. Além disso, o bairro é um espaço de acolhimento para ele. Quando precisa de cuidados com a higiene pessoal, pode contar com a ajuda de estabelecimentos locais, como o *hostel* onde eu estava. Lá, a dona que o conhece há anos, permite que ele use o banheiro sempre que necessário e, diariamente, ele pode buscar água para se hidratar.

Certa manhã de junho, enquanto conversava com seu Luís, dois homens chegaram em um carro Hilux branca, carregada com caixas de cerveja. Eles pararam ao nosso lado, nos cumprimentaram e logo começaram a descarregar as caixas na calçada do casarão onde acontecem festas de reggae. Seu Luís fez uma brincadeira com um deles, em tom de ameaça, perguntando se não iam deixar o dinheiro do remédio. O homem, sócio do estabelecimento, respondeu de forma similar, dizendo que não tinha “*filho velho*”. Minutos depois, o homem abriu a carteira e deu 20 reais a seu Luís. Antes de saírem, pediram que ele guardasse a vaga do carro às 14 horas, quando retornassem. Perguntei a seu Luís se não era arriscado deixarem as caixas na calçada, caso alguém passasse e pegasse. Ele, tranquilo, respondeu que não havia problema, pois isso era algo comum na região. Além disso, estava ali para vigiar, se fosse necessário.

Além desse dia, em diversas manhãs, ao caminhar pela área, encontrava seu Luís já na calçada, sentado em uma cadeira de plástico, vigiando os carros estacionados. Ele passava boa parte do tempo ali, observando atentamente a movimentação da rua e cumprimentando as

peessoas que passavam. Era comum que os vizinhos e donos dos estabelecimentos ao redor lhe oferecessem algo para comer, e até mesmo os clientes, ao passarem de carro, costumavam deixar algum lanche ou café para ele, o que parecia fazer parte de sua rotina. Em uma dessas ocasiões, ele me contou, com alegria, que naquele dia havia recebido café da manhã, com pães e bolos, de alguns comerciantes locais. Comentou que já estava satisfeito com o que havia comido, mas que guardaria os alimentos para a próxima refeição.

A vida de seu Luís, no Centro Histórico, ilustra como sua rotina está integrada a uma rede de apoio baseada em interações diárias. Ele recebe ajuda de comerciantes locais, com quem mantém vínculos de longa data, que lhe oferecem refeições e outros tipos de suporte. Além disso, conta com a colaboração de moradores e estabelecimentos da região, como o *hostel*, onde pode usar o banheiro quando necessário. Essas trocas cotidianas fortalecem a solidariedade e a confiança mútua entre seu Luís, os vizinhos e os comerciantes, refletindo uma rede de cuidados que sustenta o vínculo comunitário.

A comida é uma parte essencial das dinâmicas cotidianas do Centro Histórico, conectando diferentes momentos de troca entre moradores, trabalhadores e frequentadores da região. Além de seu Luís, durante o campo de pesquisa, era comum ver outros homens que trabalhavam como vigilantes de carros se alimentando nas calçadas e compartilhando comida entre si. Várias vezes, por volta das 14 e 15 horas, observei esses trabalhadores fazendo suas refeições em praças e em ambientes externos dos casarões, provavelmente durante um intervalo de trabalho, quando o movimento de pessoas e carros nas ruas era menor. Esses momentos de partilha mostram como a comida se torna instrumento de vínculo social nas dinâmicas diárias entre as pessoas.

No contexto de sua pesquisa, Olávio Rocha Neto, integrante do LEAP e colega de estudos, explora as dinâmicas da comida no Centro Histórico de São Luís, com ênfase na Casa do Pão, um projeto da Igreja do Carmo que oferece refeições regulares a idosos cadastrados. No trabalho, o autor analisa como a comida, além de ser essencial no enfrentamento de diversas vulnerabilidades, também se configura como um elemento de identificação e construção de relações na região. Ele destaca que, no Centro Histórico, a comida circula não apenas como um recurso para suprir necessidades básicas das pessoas, mas também como um elo que fortalece vínculos, seja ao guardar alimentos para quem precisa, seja ao oferecer acolhimento em espaços comunitários. Dessa forma, a comida desempenha um papel importante nas trocas sociais e nas práticas de solidariedade entre moradores e habitantes da região (Rocha Neto, 2023)

Figura 19 - Comércio Gonçalves Lima- Travessa da Lapa, Desterro



Autor: Adson Carvalho (outubro de 2024)

Em maio de 2024, enquanto conversava com a dona do restaurante “Cafofinho da Tia Dica”, no final de uma tarde, observei uma mulher, aparentando mais de quarenta anos e parecendo estar em situação de vulnerabilidade social, saindo do restaurante com uma quentinha de isopor dentro de uma sacola plástica transparente. Ela conversava com a funcionária do local, que usava uma touca e parecia estar trabalhando na cozinha. Após a conversa, a funcionária se despediu da mulher com um sorriso, lhe entregou a refeição e informou o horário para que ela retornasse no dia seguinte. Pela situação, dava a impressão que não se tratava de uma distribuição aleatória de comida. A mulher não parecia ter chegado de última hora; parecia haver um acordo prévio entre ela, a dona do restaurante e os funcionários, indicando que a distribuição de alimentos era feita de forma controlada, direcionada a pessoas com algum vínculo estabelecido.

Em outra conversa com Gabriel, proprietário de um negócio de sanduíches próximo ao restaurante mencionado, ele me contou como organizava as porções diárias dos alimentos que preparava para cada venda. Disse que calculava a quantidade com base na demanda, de forma a evitar excedentes. No entanto, como sempre há clientes que rejeitam certos ingredientes, alguns alimentos acabam sobrando. Nesses casos, ele distribui esses ingredientes no próprio Centro, dando a pessoas específicas. Por exemplo, quando sobra molho, salada ou alguns tipos de proteína usados nos lanches, ele guarda para uma senhora que vende bebidas ao lado dele na praça. Ela leva os alimentos para casa e os utiliza para preparar lanches para seu neto. Gabriel

também mencionou que, de vez em quando, dá alimentos a um senhor que vive em situação de rua pela região, de quem ele tem muito carinho. Sempre que possível, preparava um lanche e entregava ao homem. Quando sobrava algum ingrediente que não foi utilizado nos lanches, ele também separava em uma vasilha para esse senhor. Quando não havia pão, Gabriel dizia: *“Tem molho aqui para o senhor, só tenta conseguir algo para completar”*.

Ele também contou que, certa vez, um homem, que passeava pela área com seu filho, pediu discretamente – para que o filho não ouvisse – para comprar um sanduíche por crédito. O homem explicou que estava separado da mãe do garoto e que naquele dia era um dos dias em que ele ficava com a criança. No entanto, estava desempregado e não tinha dinheiro para pagar o lanche. O homem prometeu retornar para pagar depois. Gabriel, compreendendo a situação, fez o sanduíche e entregou ao rapaz, sem que o filho percebesse que o pai não tinha dinheiro. O rapaz, no entanto, nunca retornou para pagar. O vendedor disse que entendia a situação, imaginando o constrangimento pelo qual o homem deveria ter passado ao estar com o filho naquele momento.

Gabriel afirmou que os alimentos não devem ser negados a quem está com fome. Ele disse: *“Eu não tenho muito, mas fico triste em ver pessoas sentindo fome, então tento ajudar como posso”*. No entanto, ele fez uma ressalva:

Tem uns caras aqui, fritão, que eu dava lanche, mas agora fico até com receio de dar, porque eles não pedem para comer, pedem para vender ou trocar por drogas. Estou cansado de ver eles pedindo para meus clientes comprarem pra eles, e quando os clientes compram, eles não comem, levam para vender por aí por micharia, menos da metade do preço. Ou então, os clientes pagam e eles esperam os clientes irem embora e me pedem para eu dar o dinheiro ao invés do lanche. Mas eu não dou, falo que se alguém pagou o lanche, é para eu dar o lanche, então faço o sanduíche e entrego. Ainda falo que vou contar para os clientes que eles não querem o lanche; então eles pedem para eu fazer o sanduíche e saem por aí... devem vender na esquina, mas aí eu já não posso fazer nada (Gabriel, diário de campo, 16 de maio de 2024)

A partir das narrativas de Gabriel, é possível perceber como os significados atribuídos à comida se transformam conforme as relações que ele estabelece no cotidiano, evidenciando que esses significados não são fixos, mas sim construídos a partir de um conjunto de valores e símbolos compartilhados nesse contexto (Geertz, 2008). Como vendedor, Gabriel se relaciona com a comida dentro de um circuito de trocas materiais, regido pela lógica econômica local, uma vez que ela representa sua principal fonte de trabalho e sustento financeiro. Em outros momentos, nas interações cotidianas da área, a comida assume um papel diferente, especialmente quando compartilhada com pessoas em situação de vulnerabilidade. Nesses casos, Gabriel a enxerga como um gesto de cuidado e solidariedade, fortalecendo os laços

comunitários, e a entende quase exclusivamente como um recurso para a manutenção da vida fisiológica, que não deve ser utilizada para outros fins.

A dinâmica fica mais clara quando Gabriel se depara com situações em que as pessoas buscam alimentos não para saciar a fome, mas com a intenção de revendê-los ou trocá-los por outros bens, como dinheiro ou produtos. Ele possui uma visão negativa sobre essa prática, especialmente quando se trata de pessoas que recebem o alimento através de gestos de solidariedade, seja dele ou de seus clientes. Gabriel vê a comida, nesse contexto, como algo destinado ao cuidado, e não à lógica de mercado. Embora considere injusto para os clientes que pagam pelo alimento, ele reconhece que, uma vez distribuído, o alimento entra em um circuito de trocas que está além de seu controle.

Essa situação destaca a complexidade das práticas de solidariedade, já que o alimento, embora inicialmente percebido como uma resposta à necessidade fisiológica, adquire novos significados dentro das redes de trocas sociais (Blanco, 2021). Esse fenômeno remete à reflexão teórica de que o que é considerado “natural” está imerso em dinâmicas sociais, culturais e morais. Anne Fausto-Sterling, em “Dualismo em duelo” (2002), questiona a dicotomia entre o “natural” e o “cultural”, argumentando que o biológico é moldado pelas interações sociais e não pode ser dissociado das práticas humanas. No contexto das redes de solidariedade, a comida vai além da satisfação de uma necessidade fisiológica, sendo mediada por valores sociais compartilhados. A forma como Gabriel a percebe em certos casos— destinada ao cuidado e à solidariedade, fora de um circuito de mercado — revela que a distribuição de alimentos é um ato carregado de significados culturais e morais, refletindo normas que guiam as relações da vida em comunidade.

A circulação de comida nas redes de solidariedade se manifestou em várias ocasiões durante minha convivência no Centro. Toda sexta-feira à noite, ao sair da aula de inglês na casa de Márcia, perto do Mercado Central, eu costumava ver grupos, principalmente de igrejas evangélicas e católicas, organizando a distribuição de alimentos para pessoas em situação de rua. O cenário era sempre o mesmo: carros estacionados, dando suporte à estrutura, mesas de plástico cobertas com panos, onde estavam dispostas panelas de sopa, pães e outros alimentos, com voluntários entregando as porções para quem se aproximava. As pessoas se organizavam em filas e, ao receberem os alimentos, se sentavam nas calçadas para fazer suas refeições. Algumas se dispersavam pelas ruas próximas, em busca de um lugar mais afastado para comer ou simplesmente continuar sua caminhada.

Outra vez, em uma conversa com uma hóspede do *hostel*, em junho, ela compartilhou uma experiência que ilustra uma forma sutil de solidariedade no cotidiano da região. Ela me contou que, há alguns anos, esteve em um hotel de classe média alta no Centro Histórico, onde recebeu uma cortesia para se hospedar. O gerente do lugar, muito simpático, sempre deixava o café da manhã disponível até meio-dia, embora o horário oficial fosse até as 10 horas, com o objetivo de evitar desperdício e garantir que os hóspedes consumissem o máximo possível de alimentos. Quando sobravam, ele sempre pedia para o segurança entregar para algumas pessoas da região que iam buscar “escondido”. Ela mencionou que, nessa época, conheceu um homem que vivia no Centro, um artista local, que estava desempregado e se sustentava com alguns bicos pela área. Eles tiveram um romance por alguns dias e ela, em duas noites, o levou para o hotel, onde ele pôde consumir os serviços do estabelecimento sem pagar nada. Como me contou, embora nunca tenha sido dito explicitamente, tanto o segurança quanto o gerente pareciam perceber que ele estava no hotel sem pagar, mas, ainda assim, ele não foi barrado em nenhum momento. O acesso ao hotel e à comida era garantido de forma tácita, uma forma de solidariedade que se refletia nas ações, mesmo sem palavras.

Em outra ocasião, encontrei José, morador e líder comunitário do Centro sobre quem escrevi anteriormente, na inauguração da reforma de um casarão no Desterro. Ele me explicou que não poderia ficar muito tempo no evento, pois precisava se dedicar à organização da distribuição de peixes da Semana Santa para os moradores da área. Em outra oportunidade, ao encontrá-lo novamente pelo bairro, ele me contou sobre uma conversa que teve com Maurício Itapary, então Presidente da Subprefeitura de São Luís, sobre uma ação da Secretaria Municipal de Segurança Alimentar (SEMSA). A ação, chamada “Cesta Verde”, visava à distribuição de alimentos em parceria com agricultores da zona rural de São Luís e era organizada pela União de Moradores, igrejas e associações. José me contou que Maurício Itapary mencionou que conversaria com o prefeito da cidade, Eduardo Braide, sobre a possibilidade de tornar a distribuição das cestas quinzenal. Ele ainda destacou que as cestas eram bem sortidas, com alimentos de ótima qualidade, o que ressaltava a importância dessas iniciativas para a alimentação das famílias vulneráveis da região.

A situação do hotel ilustra uma forma espontânea e informal de ajuda, onde a “não ação” dos funcionários acabou se configurando como uma forma de solidariedade. Contudo, além dessas práticas mais casuais, também existem ações mais formalizadas de colaboração no Centro Histórico de São Luís. Programas como a “Cesta Verde”, mencionada por José, exemplificam como a distribuição de alimentos é organizada de maneira planejada, envolvendo

parcerias com associações locais, igrejas e lideranças comunitárias, além de outras formas de apoio que podem contar com a participação do poder público na região.

Em uma manhã de setembro de 2023, a convite de Dona Dijé, a professora Martina, Natália (LEAP) e eu participamos de um evento realizado no Convento das Mercês, voltado para o atendimento de pessoas em situação de vulnerabilidade social, especialmente aquelas em situação de rua. A ação foi organizada por diferentes grupos da cidade, com apoio de profissionais de serviços públicos, especialmente da Prefeitura, e especialistas nas áreas de saúde e assistência social. Diversas instituições estiveram presentes, como o Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS AD), que ofereceu apoio psicológico e informações sobre tratamento para dependentes químicos; a Ouvidoria do Tribunal de Justiça (TJ), que forneceu orientações sobre direitos e acesso à justiça; o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), que prestou serviços de acolhimento e forneceu informações sobre programas assistenciais; e o Centro de Testagem e Aconselhamento (CTA), que distribuiu preservativos e realizou autotestes de HIV no local. A unidade POP Rua também contribuiu com seu atendimento especializado às pessoas em situação de rua.

A ação contou também com o apoio de lideranças comunitárias, como Dona Dijé e outros colaboradores das ações sociais do bairro do Desterro, assim como diversos grupos da cidade dedicados às causas sociais. Dona Dijé e outros moradores estavam diretamente envolvidos nas atividades, usando camisetas do “Coletivo Por Elas Emponderas” que apoiava a ação, enquanto os voluntários e profissionais das outras instituições usavam camisetas específicas de suas respectivas organizações. Na área externa do Convento, eram realizados cadastros e havia malas com medicamentos, formando uma fila para o atendimento médico e a distribuição de remédios. A maioria das pessoas presentes era composta por homens negros, magros, com mochilas, indicando que viviam em situação de rua. Havia poucas mulheres, entre elas uma grávida, e uma criança acompanhada da mãe.

Além dos serviços de saúde, houve a distribuição de café da manhã, conforme informou uma das organizadoras, foram preparados 400 cafés da manhã para os presentes. Em seguida, foi servido o almoço, em “quentinhas” — marmitas preparadas especialmente para a ação. Um carro estacionado no Convento, com o porta-malas aberto, serviu como ponto central para a distribuição das refeições. Dona Dijé, acompanhada por uma voluntária do Movimento POP Rua, organizava as filas, garantindo que a distribuição fosse feita de forma ordenada. Voluntários também distribuíram sucos, completando a refeição. Tudo ocorreu de maneira

tranquila, com as pessoas recebendo suas refeições, enquanto também trocavam conversas e compartilhavam alimentos e informações.

O evento, que durou até o meio-dia, teve como objetivo oferecer às pessoas em situação de vulnerabilidade social acesso a serviços públicos, com uma variedade de atendimentos. Embora uma única ação social não seja capaz de resolver os problemas estruturais e sistêmicos que afetam essa população, ela destaca a importância de garantir maior visibilidade e acesso a direitos, contribuindo para a inserção dessas pessoas em um contexto social mais amplo e promovendo seu reconhecimento enquanto sujeitos de direitos.

Essa ação social no Centro Histórico ilustra como as lideranças comunitárias locais, como dona Dijé, desempenham um papel fundamental nas dinâmicas que ultrapassam as fronteiras dos bairros. Embora seu foco esteja na defesa dos direitos das trabalhadoras sexuais, sua atuação abrange também outras frentes sociais, como moradia, saúde e alimentação para grupos vulneráveis, incluindo pessoas em situação de rua. Essas redes de solidariedade conectam diversos grupos e profissionais, gerando um fluxo de ações que beneficiam tanto a *comunidade* do Centro Histórico quanto outras pessoas que circulam por essa área da cidade, fortalecendo a articulação e a mobilização social em uma escala mais ampla.

Nesse contexto do Centro Histórico, a relação entre os grupos sociais vulneráveis e as ações de assistência realizadas por ONGs e o Estado também configura uma dinâmica de trocas que, apesar de muitas vezes ser tratada apenas como um gesto de solidariedade, revela uma rede de interações marcadas por diferentes interesses e posições, entre as pessoas e diversas instituições. A partir das ações de distribuição de alimentos, serviços de saúde e apoio emocional a essas pessoas em situação de rua, é possível observar, ainda que brevemente, como não apenas certas necessidades imediatas (alimentação, exames, remédios, documentação etc) sendo atendidas, mas também como esses momentos de interação também configuram dinâmicas de poder que se desenrolam nesses espaços.

O que se observa é que além das formas de assistência e solidariedade, as práticas, que funcionam como instrumentos de “inclusão social” no Brasil, também como formas de controle, categorização e disciplinamento, que operam de maneira no cotidiano dessas ações, como aponta o dossiê organizado por Patrice Schuch, Ceres Gomes VÍctora e Sergio Baptista da Silva intitulado “As políticas de inclusão como problemática de engajamento antropológico” (2018). Assim, é possível compreender que as ações de apoio e cuidados não são apenas uma tentativa de suprir as necessidades dessas populações, mas também um meio de as inserir dentro de um sistema que as classifica e as submete a formas específicas de controle.

Antonádia Borges, em seu texto “Sobre pessoas e variáveis: etnografia de uma crença política” (2005), discute como os direitos não são oferecidos de maneira direta, mas emergem por meio de trocas sociais complexas. Ao analisar famílias que buscam lotes de terra no Distrito Federal, a autora observa um modelo de troca entre o governo e as populações. Ela destaca como as “regras burocráticas se replicam nas experiências sociais concretas dos indivíduos”, especialmente em contextos de adversidade. Borges argumenta que os direitos não são garantidos de forma unilateral, mas se configuram dentro de um “modelo ritual de trocas” entre o governo e as pessoas, no qual os bens oferecidos – como parte de programas sociais – garantem a fixação das pessoas em espaços antes não ocupados, ao mesmo tempo em que impõem novos modos de vida. Embora esses programas possam aparentar oferecer autonomia, eles estão fortemente moldados pelo controle do Estado.

Compreendendo essas perspectivas, as interações entre o Estado e as populações vulneráveis vão além da simples distribuição de recursos, configurando-se como um processo que regula as vidas dessas pessoas por meio de mecanismos de controle, conforme as dinâmicas de disciplina abordadas por Foucault (2007). O autor argumenta que o Estado exerce um poder de várias maneiras, diluídas nas práticas cotidianas por meio de mecanismos como a vigilância, a normatização e a classificação. Como discute Scott (1998), o Estado não apenas atende a necessidades imediatas, mas impõe uma ordem que visa organizar os corpos e os espaços habitados por certas populações.

Assim, é possível compreender que as ações sociais promovidas pelo Estado nos espaços do Centro, voltadas para pessoas em situação de vulnerabilidade, proporcionam, ainda que de maneira temporária, acesso a direitos básicos, como alimentos, serviços de saúde e apoio jurídico. No entanto, essas ações vão além do simples oferecimento de benefícios. Ao disponibilizar recursos, o Estado também exerce um poder de normatização sobre as pessoas. Ao organizar as filas ou categorizar os indivíduos em grupos de “necessitados”, o Estado impõe uma ordem que não só busca a eficiência dos serviços, mas também mantém o controle sobre essas populações. Assim, as pessoas não são apenas “incluídas” no sistema, mas moldadas conforme as lógicas de classificação do Estado. A disciplina imposta nesses espaços, seja pelas filas organizadas ou pelo controle da ordem durante os eventos, também representa uma forma de controle social. Em vez de se tratar apenas de um gesto de generosidade, essas ações configuram uma troca desigual, onde o Estado e suas organizações inserem as pessoas vulneráveis em um sistema que, ao mesmo tempo, as observa e regula.

Este capítulo buscou demonstrar, por meio de situações cotidianas, como as redes de troca permeiam a vida no Centro Histórico, desempenhando um papel crucial na construção de laços comunitários. As relações estabelecidas com o Estado e suas contradições, no contexto das políticas públicas e ações sociais, fazem parte desse processo. Da mesma forma, podemos ver diversas trocas, materiais e simbólicas entre os moradores dos casarões, as casas, os objetos e os animais que as habitam, ampliando as redes e noções de parentesco. Também podemos compreender as redes de amizade entre os vizinhos que compartilham alimentos, dinheiro para remédios e se preocupam com a casa e o bem-estar do outro. Esses atos não se limitam à ajuda pontual, mas se aprofundam nas interações diárias, formando relações mais duradouras. As trocas, nesse sentido, vão além de recursos imediatos e se estendem à integração das pessoas (e dos animais) em espaços como conversas, festas e momentos de lazer, nos quais as noções pertencimento à comunidade são fortalecidas.

Também foi possível perceber como certos discursos são articulados nesse contexto, como no caso das pessoas que possuem papéis de destaque na organização dos bairros da região e se vinculam a várias figuras políticas do município e do estado. Desse modo, observa-se como as relações sociais no ambiente transitam fortemente entre o “público” e o “privado”, o “familiar” e o “profissional”, criando “alianças” e gerando “conflitos”. Assim, compreende-se como essas pessoas estão relacionadas umas às outras e como criam e compartilham saberes, alimentos, empregos, casas, afetos e também desafetos, rivalidades e intrigas. A vida na região é movida por vários agentes (pessoas, animais, Estado) e inúmeros fatores (amizades, concorrência, lutas) numa constante “troca”, permitindo que se fortaleçam as relações sociais. Esses vínculos geram um fluxo contínuo de interação que fortalece os laços comunitários - que precisam de engajamento constante - e contribui para a preservação do patrimônio cultural e social da área, criando uma dinâmica de reciprocidade essencial para a vida cotidiana e a representação do Centro Histórico na cidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As transformações e os usos dos espaços do Centro Histórico de São Luís estão intimamente ligados às práticas cotidianas de seus habitantes, aqueles e aquelas que nele moram, trabalham e circulam. Ao longo desta pesquisa, foi possível perceber que as fachadas dos casarões, com suas marcas de “preservação” e “deterioração”, muitas vezes não refletem a complexidade interna desses espaços, cujas condições físicas não são suficientes para compreender as dinâmicas e modos de vida que neles existem. Foi essa complexidade, evidenciada pelas contradições entre a aparência externa e as dinâmicas internas dos espaços (que se espalham e ocupam as ruas e praças), que motivou este trabalho a partir de uma abordagem etnográfica. Ao focar nas práticas cotidianas dos habitantes e frequentadores dos bairros da Praia Grande, Desterro e Ribeirão, percebi que são essas pessoas, por meio de suas vivências diárias, que revelam as múltiplas camadas de significados e relações em torno do que é concebido como patrimônio.

Este estudo não se limitou a compreender o patrimônio material em seu sentido estrito, mas buscou evidenciar o papel das práticas sociais na constituição e transformação dos espaços, aspectos essenciais para a preservação do título de Patrimônio Histórico da Humanidade. Isso porque, é possível afirmar a partir do trabalho de campo desta pesquisa, foram os usos e transformações desses espaços que permitiram que os monumentos se mantivessem erguidos, sustentados e preservados ao longo dos séculos. Através das interações e das narrativas das pessoas, bem como das relações com outros seres (animais, objetos e casas) este trabalho etnográfico, através de um conjunto de pesquisas do Laboratório de Estudos em Antropologia Política, proporcionou uma compreensão detalhada de certos espaços do Centro Histórico, questionando as representações que frequentemente associam os locais a estigmas de “degradação”, “abandono” e “vazio”. Observamos com isso que, por meio das práticas cotidianas, os habitantes do Centro Histórico constroem e ressignificam continuamente os espaços, transformando-o em lugares de moradia, trabalho e lazer, através de redes de amizade, noções de parentesco, formas de criatividade, vínculos afetivos e trocas cotidianas.

O estudo evidenciou como o patrimônio está interligado a diversas instituições públicas e privadas, tanto nacionais quanto internacionais, que, por meio de normas técnicas e regulamentações, desempenham papéis fundamentais na “preservação” da área. Essas instituições não atuam apenas na conservação material dos bens, mas também influenciam as narrativas e representações sociais, refletindo os interesses e disputas sobre o valor financeiro

e social desses espaços. A preservação, portanto, vai além da manutenção física, sendo um processo contínuo de resignificação, configurado pelas interações sociais, culturais e econômicas sobre os bens patrimoniais. Espero ter demonstrado isso ao contar as histórias que enfatizam percepções locais sobre o Iphan como um agente continuamente presente nas falas dos interlocutores.

Ao consultar documentos e políticas públicas implementadas por diferentes governos ao longo do tempo, nas esferas federal, estadual e municipal, foi possível compreender a complexidade envolvida na gestão e no manejo dos espaços. As diversas instâncias do poder público, como o Iphan, Dphan e Fumph, além de dezenas de outros órgãos que também se relacionam com o patrimônio, como o Ministério Público, a Defesa Civil, a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros, entre outros, compartilham responsabilidades sobre o Centro Histórico, operando em conjunto diante de legislações e normativas que visam garantir a preservação e a manutenção dessa área da cidade. Essas instituições operam de forma dinâmica, com eficácia variável, dependendo das políticas e ideologias dos governos em exercício, que orientam suas decisões e impactam de maneira distinta os espaços e os moradores do Centro.

Exemplos disso podem ser observados nas diferentes formas de gestão dos governos estadual e municipal sobre certos espaços da área nos últimos anos, como a evidente negligência e abandono de alguns casarões e investimentos e reformas em outros. O Centro de Criatividade Odylo Costa Filho, por exemplo, passou por um processo de sucateamento nos últimos anos, deixando de funcionar como um importante polo cultural da cidade, o que representa um claro desinteresse pela preservação de um espaço vital para a cultura local. Da mesma forma, a Casa do Maranhão, que está sendo considerada para ceder seu espaço a um ponto do hotel da rede portuguesa Vila Galé, ilustra a perda de espaços culturais para interesses turísticos e empresariais. O antigo prédio da Defensoria Pública do Estado, fechado há alguns anos e também sucateado, também será destinado à rede hoteleira, mais uma vez favorecendo o setor privado em detrimento da preservação e uso público do patrimônio. Por outro lado, a requalificação do Complexo Trapiche Santo Ângelo, sob a administração da prefeitura municipal, propõe a criação do mais novo “Centro de Criatividade e Inovação Tecnológica da cidade”, mas, na prática, gerou casos de desapropriação de artistas que ocupavam o espaço de forma autônoma.

Além disso, há imóveis como o casarão nº 302, na Rua Portugal, que, voltados para o comércio e o turismo, receberam reformas nos últimos anos. Como relataram alguns interlocutores, a negociação entre o poder público e os empresários foi realizada de forma

“tranquila”, evidenciando a diferença de tratamento: enquanto espaços com potencial econômico como este edifício são rapidamente reformados e favorecidos, os espaços ocupados por trabalhadores de classes populares – como os vendedores ambulantes da praça Nauro Machado, que não são vistos como geradores de lucros rápidos ou benefícios diretos ao mercado –, são tratados com negligência e mesmo violência. Esse tratamento desigual reflete a lógica neoliberal, que prioriza a maximização de lucros e a valorização de espaços alinhados aos interesses do setor privado, enquanto marginaliza as práticas econômicas locais, que, apesar de contribuírem para a economia da região, são tratadas como de menor valor e relevância para seu “desenvolvimento”. Essas pessoas, majoritariamente negras e de classes populares, ocupam diversos espaços da região, tanto no âmbito do trabalho quanto da moradia. No entanto, não se encaixam na estética promovida para o turismo, sendo vistas, juntamente com os espaços que ocupam, como “arruinadas” e, portanto, passíveis de intervenção. Sob a lógica do Estado, que prioriza o grande mercado e o setor turístico, essas comunidades e seus territórios são frequentemente estigmatizados e tratados como algo a ser “higienizado”, negando a riqueza de suas histórias e a importância social, econômica e cultural que representam para a região.

Contudo, há uma resistência contínua por parte das pessoas que habitam e trabalham na região, nas suas lutas por reconhecimento e garantia de direitos cotidianos. Elas ocupam esses espaços não apenas para garantir seu sustento, mas também para preservar suas relações com os locais, com suas histórias familiares e para perpetuar seus saberes geracionais. Além da desapropriação direta de certos espaços, o medo gerado pelos grupos dominantes, através de rumores de desabamento de casarões, é usado para deslegitimar e afastar esses trabalhadores, reforçando a discriminação contra aqueles que, embora essenciais para a dinâmica da região, continuam sendo marginalizados. Assim, as políticas de revitalização que não consideram o impacto sobre as comunidades locais, além de ignorarem suas necessidades, também aprofundam as desigualdades históricas, transformando o direito de usos dos espaços patrimoniais em um privilégio de poucos, enquanto pessoas mais pobres continuam lutando por garantir um espaço para viver e trabalhar na região.

Além disso, através das pesquisas nos jornais locais e nas redes sociais, foi possível demonstrar como as narrativas midiáticas e institucionais predominantes sobre o Centro Histórico de São Luís, especialmente nas discussões sobre “destruição” e “preservação” desse patrimônio, frequentemente o reduzem a uma imagem estática, desconsiderando as dinâmicas das relações que realmente configuram a área. A partir do trabalho de campo, foi possível compreender como essas representações não capturam a diversidade de relações e experiências

presentes nos espaços, particularmente em áreas “arruinadas”. Os principais veículos de comunicação do Maranhão (jornais online e TV) abordam o “abandono” dos espaços com recortes seletivos da realidade, que atendem a interesses específicos e não refletem a complexidade da vida na região. As narrativas midiáticas costumam retratar o Centro Histórico como um espaço abandonado e perigoso, tanto no aspecto material, devido ao risco de desabamento dos casarões, quanto no aspecto social, associando pessoas a comportamentos considerados “desviantes”, como principais responsáveis pela “destruição” desse patrimônio.

Durante a pesquisa de campo, ficou evidente a superficialidade das representações midiáticas, que, ao se concentrarem em aspectos pontuais da realidade, deixam de captar a complexidade dos modos de vida locais e dos vínculos estabelecidos entre os moradores, trabalhadores e frequentadores da região. Ao adentrar no cotidiano desses bairros, foi possível perceber diferentes concepções do que a mídia chamava de “vazio”. Inicialmente, observei que essa noção estava associada à variação na movimentação das pessoas nas ruas. No entanto, ao acompanhar vários lugares em diferentes dias e horários, percebi que, embora alguns momentos revelassem espaços aparentemente desocupados, em outros, esses mesmos locais se tornavam densamente movimentados, seja por pessoas, mercadorias ou serviços.

Além disso, ao refletir sobre o “vazio” enquanto ausência de moradia e ocupação dos imóveis, com base nas pesquisas realizadas no Laboratório e também na minha própria vivência de campo, pude perceber como essa noção contrasta com a realidade do Centro Histórico. Mesmo os casarões considerados mais “arruinados” estão longe de estarem desocupados. Ao caminhar pelos bairros, observei que esses espaços abrigam uma diversidade de atividades e formas de vida, tanto humanas quanto não humanas. Alguns desses casarões são utilizados para a criação de animais voltados para o mercado local, como no caso de Flávio, que cria patos e galinhas para vender na região; há também os vendedores de porcos que trazem animais de outras cidades para comercializar na região ou Zeca, o morador que ocupa um casarão destruído por um incêndio, onde vive com sua esposa e abriga dez cachorros resgatados das ruas do Centro.

Ao refletir sobre os diferentes usos dos espaços, foi possível observar uma grande diversidade nas ocupações dos casarões. Muitos deles abrigavam casas de famílias, cujos moradores, por exemplo, decoravam os ambientes com objetos coloridos, criando um contraste com as fachadas desgastadas pela ação das chuvas, ventos e pela vegetação que crescia sobre os telhados. Nesses espaços, apesar dos sinais da passagem do tempo, eram evidentemente vivos e transformados pelos moradores, refletindo a adaptação e a criatividade das pessoas em

relação à condição dos imóveis. Esses espaços funcionavam como residências, ateliês, bares, pequenos comércios, escolas de música, entre outras funções e atividades. Nessa e em outras áreas da região, muitos casarões passavam por reformas, seja por reparos cotidianos feitos pelos habitantes (moradores, donos de estabelecimentos comerciais, gerentes de espaços, etc.) ou por grandes intervenções realizadas por empresas públicas e privadas.

Além disso, os casarões eram cuidados não apenas através de ações materiais, mas também por formas de afeto compartilhadas entre as pessoas, animais, objetos e as próprias casas, nas redes de relações cotidianas. Os ambientes eram mantidos de diversas maneiras, como quando um morador se preocupava com a casa do vizinho, ou quando as pessoas criavam redes de apoio para garantir o uso dos espaços de trabalho, especialmente quando compartilhavam informações em contextos de tentativas de desapropriação, demonstrando as noções de pertencimento à região. Elas também compartilhavam alimentos como uma forma de cuidado, seja em ações sociais ou nas práticas do dia a dia, quando se preocupavam com a fome da outra, especialmente de pessoas em situação de vulnerabilidade, como idosos e pessoas em situação de rua.

Em outros momentos, os conflitos — entre amigos de longa data, líderes comunitários e representantes políticos — evidenciavam que as relações locais também passavam por instabilidades. No entanto, esses conflitos não eram necessariamente elementos de ruptura absoluta; ao contrário, muitas vezes reforçavam os vínculos sociais, como as amizades, trocas de favores e noções de comunidade, mostrando que, mesmo diante das tensões, as relações se mantinham e, em muitos casos, se fortaleciam. Elas também estabeleciam relações de parentesco com outros seres, como os animais, que se integravam às suas redes de convivência. O bode Juvenal, por exemplo, vivia com o Mestre de Tambor de Crioula, e mobilizava eventos e interações tanto com o casarão quanto com as pessoas que frequentavam o espaço. Na casa de Márcia, seus filhos felinos também faziam parte dessa dinâmica de convivência multiespécie, fortalecendo os vínculos diários entre os moradores e atribuindo significados ao casarão.

Dessa forma, o trabalho realizado nesta dissertação buscou compreender as formas de uso e as transformações do patrimônio no Centro Histórico de São Luís, capital do Maranhão, a partir de uma perspectiva que valoriza as práticas vividas, os vínculos estabelecidos entre as pessoas e outros seres aos espaços, e as maneiras pelas quais as percepções do patrimônio são constantemente reconfiguradas pelas interações cotidianas. A pesquisa demonstrou que, além dos processos formais de preservação realizados pelas instituições do Estado, são as práticas

cotidianas dos habitantes que realmente sustentam e ressignificam os espaços. Embora o patrimônio material seja essencial para garantir a identidade e a memória histórica da cidade, as relações sociais, afetivas e econômicas que ocorrem nas ruas, praças e nos casarões são igualmente determinantes para a manutenção e adaptação desse patrimônio ao longo do tempo.

Ao contrário das narrativas que reduzem o Centro Histórico a uma imagem de “abandono” ou “deterioração”, os diferentes perfis de habitantes e os modos como se utilizam dos locais mostram que esses espaços estão longe de serem vazios ou destruídos. Eles são, na verdade, lugares ocupados e cuidados, onde o patrimônio se transforma constantemente por meio das ações e interações cotidianas das pessoas e outros seres que vivem nos ambientes. Por isso, as políticas de “revitalização” e “conservação” executadas pelo Estado envolvem não apenas a manutenção física desses imóveis, mas também as dinâmicas sociais e culturais que os tornam “Patrimônio da Humanidade”. As práticas cotidianas e os afetos compartilhados, entre humanos e não humanos, revelam outras formas de entender o Centro Histórico de São Luís, que está em constante transformação e ressignificação, sendo fundamental tanto para a vida de quem o habita quanto para a representação da cidade em sua pluralidade cultural e histórica.

REFERÊNCIAS

- AHLERT, Martina; BEZERRA, Nicole Pinheiro. Um centro habitado: casa, mobilidade e mobilização em São Luís (Maranhão). **Revista Antropolítica**, Niterói, v. 56, n. 2, mai./ago. 2024.
- ALIER, Joan Martinez. **O ecologismo dos pobres**. São Paulo: Editora Contexto, 2014.
- ANDRÈS, L.P.C.C. **Reabilitação do centro histórico de São Luís**: análise crítica do programa de preservação e revitalização do centro histórico de São Luís/PPRCHSL, sob enfoque da conservação urbana integrada. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco. 247f. 2006.
- APÓS articulação da SEDEPE, grupo Vila Galé anuncia hotel cinco estrelas no Centro Histórico de São Luís. **Governo do Maranhão**, 31 de jan. de 2024. SEDEPE. Disponível em: <https://sedepe.ma.gov.br/noticias/apos-articulacao-da-sedepe-grupo-vila-gale-anuncia-hotel-cinco-estrelas-no-centro-historico-de-sao-luis>. Acesso em: 7 de out. de 2024.
- ART. 216 da Constituição Federal, de 1988. **Jusbrasil**. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10647933/artigo-216-da-constituicao-federal-de-1988>. Acesso em: 18 de dez de 2024.
- AUGÉ, Marc. **Não-Lugares**: introdução a uma antropologia da sobremodernidade. Lisboa: Editora 90°, 2006.
- AUSTIN, J. L. **How to do things with words**. Cambridge, MA: Harvard university Press, 1962,
- BAUMAN, Richard. **Story, performance and event: contextual studies in oral narrative**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- BEZERRA, Nicole Pinheiro. **“Patrimônio vivo, tombado, mas não caído”**: uma etnografia sobre casa, política e cuidado no Centro Histórico de São Luís/MA. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2023.
- BORGES, Antonádia. Sobre pessoas e variáveis: etnografia de uma crença política. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 67-93, 2005.
- BULAMAH, R. C. **Ruínas Circulares**: Vida e História no norte do Haiti. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Estadual de Campinas, 2018.
- CÁCERES, Florival. **História do Brasil** - Atualizado até o Governo FHC. 1ª ed. São Paulo: Moderna, 1993.
- CARDOSO, Vânia Zikán. Narrar o mundo: estórias do “povo da rua” e a narração do imprevisível. **Mana**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 179-209, 2007.
- CARSTEN, Janet; HUGH-JONES, Stephen. **About the house**: Lévi-Strauss and beyond. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

CARVALHO, Adson Luis de Barros. **A CASA DE NAGÔ CONTINUA VIVA**: cuidados e obrigações no Tambor de Mina em São Luís do Maranhão. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Maranhão, 2024.

CASARÕES históricos do Centro estão abandonados. **O Estado, Imirante.com**, 03 de mar. De 2016. Disponível em: <https://imirante.com/oestadoma/noticias/2016/05/03/casaro-es-historicos-do-centro-estao-abandonados>. Acesso em: 18 de ago. de 2024.

CASTRO, Carlos Gomes. **Hacer la Vida**: Inventos, Negócios e Trampas em um Batey Cubano. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2017.

CENTRO Histórico de São Luís (MA). **IPHAN**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/34>. Acesso em: 15 de set de 2024.

CONHEÇA 23 Patrimônios da Humanidade que ficam no Brasil. **Gov.br**, 31 de jan. de 2022. Ministério do Turismo. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/secretaria-especial-da-cultura/assuntos/noticias/conheca-23-patrimonios-da-humanidade-que-ficam-no-brasil>. Acesso em: 14 de out de 2024.

DAMATTA, Roberto. **A casa e a rua**: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. 5. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DAS, Veena. **Life and words**: violence and the descent into the ordinary. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press, 2007.

DAS, Veena; POOLE, Deborah. El estado y sus márgenes: etnografías comparadas. **Revista Académica de Relaciones Internacionales**, Madri, n. 8, jun. 2008.

DURKHEIM, Émile. **A divisão do trabalho social**. v. 1. Lisboa: Presença, 1989.

FASSIN, Didier. **Le sens de la santé**: Anthropologie des politiques de la vie. Québec: Les Presses de l'Université Laval; Paris: Anthropos, 2005.

FAUSTO-STERLING, Anne. Dualismos em duelo. **Cadernos Pagu**, n. 17-18, p. 21-34, 2002.

FAVRET-SAADA, Jeanne; SIQUEIRA, Paula. “Ser afetado”. **Cadernos de Campo (São Paulo-1991)**, v. 13, n. 13, p. 155-161, 2005.

FELTRAN, G. Economias (i)lícitas no Brasil: uma perspectiva etnográfica. **Journal of Illicit Economies and Development**, v. 1, n. 2, 2019.

FELTRAN, Gabriel de Santis. **Fronteiras de tensão**: um estudo sobre política e violência nas periferias de São Paulo. Campinas, SP: [s. n.], 2008.

FONSECA, Claudia. Classe e recusa etnográfica. **Cadernos Pagu**, n. 17-18, p. 21-34, 2006.

FONSECA, Claudia. Quando cada caso não é um caso: pesquisa etnográfica e educação. **Revista Brasileira de Educação**, jan/abr. n. 10, p. 58-78, 1999.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Iphan, 1997.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Tradução Roberto Machado. 24. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007.

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra C. A. **Patrimônio Histórico e Cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

GATO, Matheus. Espaço, cor e distinção social em São Luís (1850-1888). In: RIOS, Flávia. BARONE, Ana. **Negros nas cidades brasileiras (1890-1950)**, 219-274. São Paulo: Intermeios; FAPESP, 2018.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GLUCKMAN, Max. Rituais de rebelião no Sudoeste da África. **Série Tradução**, v. 01, Brasília: DAN/UnB, 2011. p. 1-34.

GONÇALVES, Gabriela Lages. **Quem vigia o casarão?** Uma análise sobre a convivência entre vigilantes e seres intangíveis no Centro Histórico de São Luís. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal do Maranhão, 2019.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda**: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Iphan, 1996.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 11, n. 23, p. 15-36, jan/jun. 2005.

GOVERNO Federal investiu R\$ 22,5 milhões em ações do Iphan em 2023. **Agência Gov**, 01 de jan. de 2024. Cultura. Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202402/com-maior-investimento-da-historia-iphan-reestabelece-salvaguarda-do-patrimonio-imaterial>. Acesso em: 05 de ago de 2024.

GUTTERRES, Anelise dos Santos. O rumor e o terror na construção de territórios de vulnerabilidade na zona portuária do Rio de Janeiro. **Mana**, v. 22, n. 1, p. 179-209, 2016.

HAICKEL, Joaquim. O Centro Histórico de São Luís precisa ser protegido. **Blog O Estado**, 13 de janeiro, 2015. Disponível em: <https://blogsoestado.com>. Acesso em: 15 de ago. de 2024.

HARAWAY, Donna J., A Cyborg manifesto: science, technology, and socialist-feminism in the late twentieth century. In: **Simians, cyborgs, and women: the reinvention of nature**. New York: Routledge, 1991.

HARAWAY, Donna. Ficar com o problema: Antropoceno, Capitoceno, Chthuloceno. In: MOORE, Jason W. Moore (org.). **Antropoceno ou Capitaloceno?** Natureza, história e crise do capitalismo. São Paulo: Elefante, 2022. p. 67-125.

HARAWAY, Donna. **O manifesto das espécies companheiras**: cachorros, pessoas e alteridade significativa. Tradução: Pê Moreira; Revisão técnica e posfácio: Fernando Silva e Silva. – 1. ed. – Rio de Janeiro : Bazar do Tempo, 2021.

HERZFELD, Michael. **A produção social da indiferença**. Petrópolis: Vozes, 2016.

INGOLD, Tim. **Estar vivo**: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição. São Paulo: Vozes, 2015.

INSTITUTO do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Gov.br**. Ministério da Cultura. Disponível em: <https://www.gov.br/iphan/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/novo-pac>. Acesso em: 16 de set de 2024.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Iphan**, [s.d.]. Disponível em: <http://portal.Iphan.gov.br/>. Acesso em: nov, 2024.

IPHAN. **Revista do Patrimônio**, n. 20, p. 1-202, 1984.

IPHAN. **Tambor de Crioula do Maranhão**. Brasília: Iphan, 2016. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/dossie15_tambor.pdf. Acesso em: 07 de out de 2024.

LATOUR, Bruno. **Reensamblar lo Social**: una introducción a la teoria del actor-red. Buenos Aires: Manantial, 2008.

LEACH, Edmund. **Sistemas políticos da Alta Birmânia**. São Paulo: Edusp, 2014.

LEITE, Rogério Proença. Contra-usos e espaço público: notas sobre a construção social dos lugares na Manguetown. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 17, n. 49, jun. 2002.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **O pensamento selvagem**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

LIMA, Marcella Cristyna Morena Sousa. **Fazer política em uma mesa de bar**: uma etnografia sobre prostituição no Centro Histórico de São Luís/MA. 2024. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Maranhão, 2024.

LITTLE, Paul. Ecologia política como etnografia: um guia prático e metodológico. **Horizontes Antropológicos**, ano 12, Porto Alegre, 2006, p. 85-103.

LOPES, José Antonio Viana. **Guia Turístico Cultural São Luís - Patrimônio Mundial**. São Luís: Quererres Edições, 2024.

MAIS de mil pessoas vivem atualmente em situação de rua na cidade de São Luís. **Jornal Pequeno**, 11 de set. de 2022. Disponível em: <https://jornalpequeno.com.br/2022/09/11/mais-de-mil-pessoas-vivem-atualmente-em-situacao-de-rua-na-cidade-de-sao-luis/>. Acesso em: 10 de out. de 2024.

MALINOWSKI, Bronislaw. 2018. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. Um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia. São Paulo: Ubu Editora, 672pp.

MARCELIN, L. H. A linguagem da casa entre os negros no Recôncavo Baiano. **Mana**, v. 5, n. 2, p. 31–60, 1999.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. In: **Antropologia e Sociologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003. p. 183-314.

MENDES, Ingrid Janne Belfort. Identidades, sujeitos e nações africanas no Maranhão do século XIX: o passaporte como objeto de análise. In: XXVII Simpósio Nacional de História, 2013, Natal – RN. **Anais eletrônicos**. Natal, 2013. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548875806_f92ed42810f8f6dc7c0b937a2de572b1.pdf. Acesso em: 13 de nov de 2024.

MONTAYA URIARTE, Urpi. O que é fazer etnografia para os antropólogos. **Ponto Urbe**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 67-93, dez. 2012.

NEIBURG, Federico. As moedas doentes, os números públicos e a antropologia do dinheiro. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 179-209, abr. 2007.

NEIBURG, Federico; RABOSSI, Fernando. Tentando fazer uma conexão significativa: entrevista com Keith Hart. **Sociologia & Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 1-18, set./dez. 2019.

NORONHA, Raquel Gomes. **No coração da Praia Grande**: representações sobre a noção de patrimônio na Feira da Praia Grande. São Luís: EdUFMA, 2015.

PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. **Horizontes Antropológicos**, ano 20, n. 42, p. 377-391, jul./dez, Porto Alegre, 2014.

PREFEITURA DE SÃO LUÍS. **Manual do Centro Histórico**: São Luís, Patrimônio Mundial. 1ª ed. São Luís: Fundação Municipal de Patrimônio Histórico, 2024.

RESENDE, Fernando. O Jornalismo e suas Narrativas: as Brechas do Discurso e as Possibilidades do Encontro. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 18, p. 31-43, dez. 2009.

ROCHA NETO, Antônio Olávio da. **“Você é da minha família”**: comida, vínculo e cuidado na Casa do Pão - São Luís (MA). Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Maranhão, 2023.

ROTMAN, M.B.; CASTELLS, A.N.G. Patrimônio e cultura: processos de politização, mercantilização e construção de identidades. In: _____. **Antropologia e Patrimônio Cultural**: diálogos e desafios contemporâneos. Blumenau: Editora Nova Letra, 2007, p. 57-79.

RUI, Taniele. **Nas tramas do crack**: etnografia da abjeção. São Paulo: Terceiro Nome, 2014.

RUI, Taniele. Nojo, humilhação e vergonha no cotidiano de usuários de crack em situação de rua. **Anuário Antropológico**, v. 46, n. 3, 2021.

SÃO Luís do Maranhão. Direção: Luís Fernando Baima. Edição: Angelo Guimarães Rosa Maranhão. Prole Filmes, 2007. Audiovisual. (36min.)

SCHUCH, Patrice; VÍCTORA, Ceres Gomes; SILVA, Sergio Baptista da. As políticas de inclusão como problemática de engajamento antropológico. **Horizontes Antropológicos**, v. 24, n. 50, p. 7-23, 2018.

SCOTT, James C. **Seeing Like a State**: How Certain Schemes to Improve the Human Condition Have Failed. New Haven: Yale University Press, 1998. 464 p.

SILVA, Ivanilde da Conceição. **Representações sobre o patrimônio**: participação popular nas políticas habitacionais de interesse social no Centro Histórico de São Luís. 2019. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Programa de Pós-graduação em Cultura e Sociedade, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2019.

STENGERS, Isabelle. **No Tempo das Catástrofes**: resistir à barbárie que se aproxima. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

STOLER, Ann Laura. **Imperial Debris**: Reflections on Ruins and Ruination. *Cultural Anthropology*, v. 23, n. 2, p. 191-219, maio de 2008.

TAMASO, Izabela; GONÇALVES, Renata de Sá; VASSALLO, Simone (orgs.). **Antropologia na esfera pública**: patrimônios culturais e museus. Goiânia: Editora Imprensa Universitária, 2019. p. 29-47.

TELLES, Vera. Jogos de poder nas dobras do legal e do ilegal: anotações de um percurso de pesquisa. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 115, p. 443-461, jul./set. 2013.

TOJI, Simone. O patrimônio cultural brasileiro e a antropologia enquanto fazer técnico: a expressão de um Estado contraditório e os dilemas no "uso da diversidade". **Revista CPC**, São Paulo, v. 12, p. 55-76, out./nov. 2011.

TSING, Anna. Margens Indomáveis: cogumelos como espécies companheiras. **Ilha Revista de Antropologia**, Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 177–201, 2015.

TSING, Anna. **Viver nas ruínas**: paisagens multiespécies no Antropoceno. Brasília: IEB Mil Folhas, 2019.

VALE ROCHA, Abigail. **Socialidade no Centro Histórico de São Luís**: formas de habitar os casarões da cidade. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Maranhão, 2022.

VANDALISMO causa perigo para quem frequenta o Centro Histórico de SL. **O Estado, Imirante.com**, 17 de jan. de 2018. Disponível em: <https://imirante.com/oestadoma/noticias/2018/01/17/vandalismo-causa-perigo-para-quem-frequenta-o-centro-historico-de-sl>. Acesso em: 18 de ago. de 2024.

VELHO, Gilberto. Patrimônio, Negociação e Conflito. **Mana**, v. 12, n. 1, p. 237-248, 2006.

WAGNER, Roy. **A invenção da cultura**. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

WYNTER, Sylvia. **Nenhum Humano Envolvido**: Carta Aberta a colegas. Tradução de Stella Z. Paterniani com colaboração de Patricia D. Fox. *In*: BARZAGHI, C.; PATERNIANI, S.; ARIAS, A. Pensamento negro radical: antologia de ensaios. São Paulo: Crocodilo/n-1, 2021, p. 71-100.

ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta**: as organizações populares e o significado da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 2000.

APÊNDICE A – Programas e políticas voltados ao patrimônio do Centro Histórico de São Luís (1927-2018)

Ano/ EXECUT OR	NOME DO PROGRAMA OU POLÍTICA	LEIS E DECRETOS RELACIONADOS	SÍNTESE	PRINCIPAIS OBRAS
1927- Estado/ Gov. Magalh ães de Almeida	Lei orgânica dos municípios de 30 de março de 1927	Lei orgânica dos municípios de 30 de março de 1927	Dispõe sobre a responsabilidade dos municípios de preservar seus "monumentos"	
1940/ Federal	Tombamento do Portal e da Capela das Laranjeiras		A Quinta pertenceu a vários proprietários ao longo do tempo, tendo sido adquirida pela Arquidiocese do Maranhão, que a vendeu aos irmãos Maristas para a construção de um colégio. Atualmente, restam apenas a capela e o portão armoriado, ambos tombados pelo IPHAN, e sob cuidados da Secretaria Estadual de Cultura. Em suas proximidades ficam o IEMA e a Praça Deodoro.	Tombamento do Portão e Capela das Laranjeiras
1955/ Federal	Primeiros Tombamentos do Núcleo Urbano de São Luís através do DPHAN			Praça Benedito Leite; Praça João Francisco Lisboa; Praça Gonçalves Dias; conjunto arquitetônico e urbanístico do Largo do Desterro

1961	Tombamento		Foram inscritos os imóveis de número 199 a 205, localizados na Av. Pedro II, no livro de Belas Artes	
1962	Tombamento da Academia Maranhense de Letras			
1963	Tombamento	"Um novo processo de tombamento resultou na inscrição da Fonte do Ribeirão (12 de julho de 1963), no Livro das Belas Artes."		
1973/ Estado (Pedro Neiva de Santana) / Relatório Viana de Lima	Visita do arquiteto Viana de Lima, a serviço da UNESCO, a pedido do governo Estadual para elaboração de um diagnóstico e plano de proposições de recuperação do C.H.		Análise de saneamento, fiação elétrica, mobilidade no CH	
1974/Pr eeitura	Plano Diretor			Preocupação com comprometimento físico de prédios

1974/ Federal	Tombamento - reconhecimento de 978 prédios como Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da cidade de São Luís			
1978/ Estado/ Secretaria de Planejamento de Estado/ Elaboração de projeto de reabilitação da área; Feitura de maquete; Título do projeto "Renovação Urbana da Praia Grande" ANDRÉS, 2006. Cap. 5, páginas 95,96; 115 o			Elaboração de projeto de reabilitação da área; Feitura de maquete; Título do projeto "Renovação Urbana da Praia Grande"	

John Gisinger				
1979	1ª Convenção da Praia Grande/ Subprograma de promoção social e habitação	Renovação Urbana da Praia Grande” de John Gisiger; Projeto Praia Grande; Precede a criação do Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís	Discutiu-se a criação do Grupo de Trabalho e uma Comissão de Coordenação; o estabelecimento de políticas de preservação que pudessem nortear a implementação de um plano de revitalização da Praia Grande. Já havia preocupação com o problema da moradia. Projetos de habitação e questões comunitárias (renda) e desenvolvimento comunitário. Amenizar questões habitacionais, misto de casa, comércio e serviços públicos.	Projeto Praia Grande
1981 - 2006	Fase 1: Governo estadual João Castelo; 1987: Estado/ Eptácio Cafeteira/ Roseana Sarney	Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís - PPRCHSL	Decreto Lei nº 7.345 de 16 de novembro de 1979	Fase 1 (1981-1982: Obra da feira da Praia Grande; Obra do albergue Voluntário de obras sociais; Obra do Beco da Prensa Projeto de microfilmagem e transcrição paleográfica dos Livros de Câmara de São Luís dos séculos XVII< XVIII e XIX; Estacionamento periférico; Escola de 1º grau da Praia Grande. Fase 2 (1983-87):

				Pesquisa socioeconômica; Projeto de Embarcações do Maranhão; Projeto Sítio do Físico; Projeto de restauração das fábricas; Projeto de restauração da praça do Comércio e da antiga casa de Câmara Municipal. Fase 3 (1987-1990) Recuperação integral da infraestrutura urbana como a renovação da rede de água, esgoto e drenagem; Construção de novas redes subterrâneas de energia elétrica e telefônica; Reconstrução da escadaria da Rua Humberto de Campos; Reforma do Convento das Mercês; Criação do Centro de Atividade Odylo Costa Filho; Criação do Centro de Comercialização de Artesanato e Cultura Popular CEPRAMA (Antiga fábrica Cânhamo); 117 Criação do Museu de Artes Visuais; Restaurante Escola do SENAC Fase 4 (1990-1994)
--	--	--	--	---

				Restauração do Teatro Arthur Azevedo; Criação do CINTRA (Rio Anil); Mercado do Peixe do Portinho; Projeto Piloto de habitação – Sobrado da Rua Vital Matos, 36. Beco da Pacotilha 10 aptos. Fase 5 (1994-2002) Projeto São Luís Patrimônio da Humanidade; PRODETUR Cais Praia Grande terminal hidroviário do CH Obras de infraestrutura do centro histórico: rede elétrica subterrânea, telefonia, sistema de abastecimento de água, calçamento da rua. Estação de tratamento de esgoto do Bacanga, Urbanização do canal do Portinho; Restauração de edificações: escola de arquitetura da UEMA; Escola de música do Estado, CETEC; Projeto de instalação de centros culturais: Solar dos Vasconcelos; Centro de Pesquisa História Natural e Arqueologia do MA; Teatro João do Vale; Projetos de
--	--	--	--	--

				valorização da cultura popular: Projeto Casa do Maranhão, Projeto Casa de Nhozinho, Mercado das artes – Banco do Empreendedor; Projeto de Habitação do Centro Histórico de São Luís (Seis edificações reabilitadas para uso misto totalizando 40 aptos e 18 lojas), Projeto Morada das Artes. Projeto de restauração e serviços: Instituto Osvaldo Cruz, Viva Cidadão, Casa da Cidade, Projeto Delegacia Especial do CH e Batalhão do Turismo; Centro de Educação e Cidadania; Restauração da Igreja da Sé e do Palácio Episcopal; Restauração da Igreja do Desterro; 119 Projeto de espaços de convivência comunitária: Praça Poeta Nauro Machado, Praça do Poeta Valdelino Cécio, Praça da Seresta, Praça dos Catraieiros, praça da Praia Grande, Praça do Pescador. Fase 6 (2002-2006) Centro Estadual de Educação
--	--	--	--	---

				Profissional de São Luís; Sede da Universidade Virtual do Maranhão; Escola de Enfermagem do SUS; Sede da Aliança Francesa do Maranhão; Projeto do Estaleiro Escola Sítio do Tamancão; Pousada do Largo do Comércio.
1986/ Estadual	Tombamentos no entorno da área de proteção federal			Tombamento de 2500 imóveis do núcleo urbano do século XIX
1992/ Município	Zona de Preservação Histórica (ZPH)			Ações de preservação do conjunto arquitetônico do Centro Antigo e Anel Viário
1997/ UNESCO / Sob governo de Roseana Sarney	São Luís Patrimônio Cultural Mundial			Tombamento
2000/ Caixa Econômica	Programa de Revitalização de Sítios Históricos (PRSH)	Termo de cooperação técnica com a França em 2001	Objetivava reduzir déficits habitacionais a partir de fomento para reabilitação de imóveis nas áreas centrais, preservando o patrimônio cultural e estimulando o desenvolvimento econômico e social	Duas fases: Ateliês Shirchal; Estudos de Viabilidade de Recuperação de Imóveis de Uso Habitacional
2003 a atual (Previsão)	Programa de Revitalização do Centro Histórico de São Luís -	PAC Cidades Históricas	Ainda estão em processo de adaptação para HIS Rua do Giz, 445 e	Habitação de Interesse Social Rua Humberto de Campos, 107 (18

Dezembro de 2018)/ Municipal/ Lançado sob o governo de Tadeu Palácio	Programa de Habitação Municipal do Centro Histórico		Rua da Palma, 195/205. Também fazem parte do plano a restauração da Praça Deodoro, Praça do Pantheon requalificação da Rua Grande	aptos); Casa do Tambor de Crioula; Casa do Bairro; Praça da Mãe D'água, outros)
2005/ Municipal/FUMPH - parceria com Caixa e IPHAN	TAC entre MP, IPHAN, Prefeitura e União dos Moradores	Estabilização de 12 imóveis com risco de desabamento no CH por determinação do Ministério Público		
2005/ Municipal FUMPH - parceria governo francês, Ministério das Cidades, Caixa e IPHAN	Plano de revitalização do Desterro		Portinho, Praia Grande e Desterro	

FONTES:

ANDRÉS, Luiz Phelipe de Carvalho Castro. **Reabilitação do Centro Histórico de São Luís**: revisão crítica do Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Pernambuco, 2006.

SILVA, Ivanilde. **Representações sobre o Patrimônio**: participação popular nas políticas habitacionais de interesse social no Centro Histórico de São Luís - MA. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Maranhão, 2010.

SILVA, João Ricardo Costa. **O processo de patrimonialização do Centro Histórico de São Luís**: práticas patrimoniais desenvolvidas pelo poder público. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Maranhão, 2009.